

da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização

Sessão 1. Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património, e têm vindo a ser desenvolvidas intervenções importantes. Pretendeu-se com a presente sessão discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

Sessão 2. A organização de uma sessão relativo à conservação da natureza, prende-se com a ligação sólida entre arqueologia e o território, mas também pelas semelhanças entre problemáticas relativas à protecção e valorização do património natural e arqueológico.

Debateram-se temas ligados à agricultura, ao ecoturismo, à conservação da natureza, em exemplos sectoriais e concretos, e incluiu-se uma vertente mais teórica e conceptual, relacionada com os meios de protecção e de ordenamento do património.

Sessão 5. Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de rever experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.



04

da idade média à
contemporaneidade
ambientes e
musealização

III congresso
de arqueologia
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



04

**da idade média à
contemporaneidade**
ambientes e
musealização

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

índice

- 06 **prefácio**
António Edmundo
- sessão 1
- 07 **introdução**
Paulo Dordio e Miguel Rodrigues
- 13 acta 1
O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII – XIII
Marcos Osório
- 22 acta 2
A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento
Armando Redentor
- 31 acta 3
O castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001
António Cheney
- 39 acta 4
Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo
César Guedes
- 45 acta 5
Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (Séc. IX – XIV)
Ricardo Teixeira
- 60 acta 6
As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real
Lídia Baptista
- 75 acta 7
Vestígios materiais da guerra - A destruição Capela de S. Marcos em Trancoso, no ano de 1385
Maria Antónia Athaide, Paulo Morgado, Ricarda Moura, António Coelho Rocha
- 86 acta 8
Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (Sécs. XV – XVII)
Amândio Jorge Morais Barros

sessão 2

95 **introdução**

Ana Lúcia Berliner

96 acta 9

Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais

José Manuel Alho

104 acta 10

Das áreas Protegidas aos Parques arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento

Fernando Pau-Preto

119 acta 11

Exemplos da gestão do património natural do PNDI: Estratégias de conservação

Vítor Baptista

sessão 5

- 122 **introdução**
Graça Araújo
- 123 acta 12
Museu de arte e arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico
António Faustino Carvalho e António Nabais
- 127 acta 13
Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização
Ricardo Teixeira e João Ribeiro da Silva
- 150 acta 14
O santuário de São Salvador do mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I – arqueologia
Gonçalves Guimarães
- 157 acta 15
A valorização dos povoados Proto-Históricos. Experiências. (Citânia de briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)
Francisco Sande Lemos, Carla Braz Martins e Gonçalo Cruz
- 170 acta 16
Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: O processo de criação do Serviço educativo do PAVC
Marta Mendes
- 177 acta 17 (extra)
El Mapa de Forrester - Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la Região Demarcada do Douro 1756 – 2006)
Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu

prefácio

António Edmundo

(Presidente da Câmara)

A ânsia e o desejo de conhecer o passado, de desvendar a história fascinante da evolução do homem e as suas complexas relações com o meio, têm acompanhado, desde tempos imemoráveis a caminhada do homem.

A nossa região possui testemunhos do passado que fazem despertar, em todos nós, a ânsia de saber mais. Quem pode deixar de sentir esse apelo e essa ânsia, quando confrontado com a majestade dos testemunhos deixados pelos séculos e pelos múltiplos eventos históricos no Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e nos vizinhos concelhos ribacudanos?

Efectivamente, além do seu inerente valor patrimonial e científico, enquanto testemunhos do Passado, assumem, no Presente, uma estreita relação com o meio e o ambiente onde se entranham, onde a paisagem, também ela humanizada, nos murmura a relação estreita que sempre existiu entre o homem e a natureza.

O trabalho que é dado à estampa constitui uma obra de inquestionável valor, mercê do valioso trabalho científico dos investigadores Paulo Dórdio, Miguel Rodrigues, Dalila Correia, Jorge Silva, Ana Beliner e Graça Araújo, numa área científica fundamental para o conhecimento da história do Homem, em suma, para o conhecimento das raízes profundas da nossa cultura, contribuindo para a sobrevivência da memória colectiva da Região.

Sessão “Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)”

1. Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e, embora com algum atraso em relação ao litoral, também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património.

No início da década de 90 foram aprovados e homologados a generalidade dos Planos Directores Municipais. Elaborados muitas vezes à pressa, com pouco trabalho de levantamento e com meios cartográficos rudimentares (Cartas Militares à escala 1:25.000), estes Planos nem sempre incluem levantamentos específicos para a área do património¹. No entanto, ao incluírem nas Cartas de Ordenamento os imóveis classificados e respectivas áreas de protecção, contribuíram para que, progressivamente, durante a década de 90, se tornasse sistemática a consulta por parte das Câmaras Municipais sobre processos de licenciamento (prevista como obrigatória na Lei de Bases do Património) às entidades responsáveis pela tutela das servidões administrativas da área do Património².

Esta situação de consulta sistemática permitiu introduzir, progressivamente, nos pareceres vinculativos emitidos pelo IPPAR, condicionantes de carácter arqueológico sempre que a localização da obra e as suas características implicavam potenciais danos para o património arqueológico. Principais alvos destas intervenções preventivas foram os centros históricos³ e as áreas de protecção de imóveis que, pelas suas características, o aconselhavam – sítios arqueológicos e igrejas. Intervenções arqueológicas de maior fôlego e com objectivos de investigação mais específicos têm também ocorrido, permitindo aumentar significativamente, não só o conhecimento científico sobre estes centros históricos, mas também valorizar o património histórico da região. Refiram-se por exemplo as intervenções arqueológicas na área do mercado de Bragança e nas muralhas de Miranda do Douro da responsabilidade das respectivas autarquias e sob a direcção, em ambos os casos, de Jorge Arguello ou no castelo de Torre de Moncorvo, sob a direcção de António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho. O desenvolvimento das intervenções arqueológicas conduziu à necessidade da criação por parte das autarquias dos seus próprios gabinetes de arqueologia⁴. Julgamos que a eficácia destas intervenções arqueológicas, dos pontos de vista científico e patrimonial, depende em grande medida da capacidade daqueles gabinetes em coordenar as intervenções e os respectivos resultados e espólios. Sabemos que muitas destas intervenções são de carácter pontual, correspondendo a uma pequena parcela urbana, por vezes com sondagens arqueológicas, outras apenas com acompanhamento das intervenções no subsolo. Assim, os resultados só se tornarão perceptíveis e significativos se encarados como peças de um puzzle que o gabinete municipal de arqueologia ou projectos de investigação específicos deverão reconstituir a pouco e pouco.

Pretendeu-se com o presente colóquio discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

sessão 1 introdução

Paulo Dordio e Miguel Rodrigues

¹ No caso dos PDM's dos concelhos do distrito de Bragança, verifica-se que a maior parte inclui Cartas do património arqueológico, reflectindo trabalho de campo realizado na década de 80. No entanto raramente estas cartas têm continuidade no Regulamento do PDM e menos vezes tiveram aplicação efectiva nas cartas de Condicionantes e de Ordenamento.

² As instituições do Ministério da Cultura responsáveis pela emissão de pareceres sobre processos de licenciamento de obras nas áreas classificadas ou nas respectivas áreas de protecção foram: de 1981 a 1992 - o Instituto Português do Património Cultural, de 1992 a 1997 - o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e a partir de 1997 - o Instituto Português do Património Arquitectónico.

³ Os centros históricos de Bragança, Vinhais, Torre de Moncorvo, Mirandela, Miranda do Douro e Freixo de Numão, todos de origem medieval e com áreas de protecção significativas têm vindo a ser objecto de intervenções arqueológicas pontuais sempre que a obra em causa implique alterações significativas no subsolo.

⁴ Neste momento existem arqueólogos nas Câmaras Municipais de Bragança, Vinhais, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro e Torre de Moncorvo, embora com condições de trabalho e estabilidade distintas de autarquia para autarquia.

2. Quisemos centrar a discussão no inventário e caracterização dos centros da organização do território que antecedeu as profundas transformações do século XIX. Esta organização teve origem na Baixa Idade Média inserindo-se na construção do espaço da Monarquia Portuguesa. Trás-os-Montes e o Alto Douro constituíam então regiões periféricas e de fronteira sobre as quais o poder régio investiu fortemente na reorganização do povoamento e dos territórios. Assim, entre os séculos XII e XV, observamos aquelas regiões cobrirem-se com uma densa rede de povoações fortificadas estruturadoras do território. É o aparecimento de um tipo novo de povoado concentrado, arruado e fortificado, a Vila, cabeça dos termos concelhios onde têm assento as Aldeias. As transformações do final da Idade Média e da Época Moderna, tendo conduzido ao abandono de alguns destes centros político-administrativos e ao aparecimento de outros novos, mantiveram, no entanto, o modelo de organização criado com a emergência da Monarquia Portuguesa, o qual, só no século XIX veria novas e profundas rupturas.

3. Foram múltiplas as aproximações, foram múltiplos os contributos dos participantes na Sessão “Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)”, distribuídos pelo Painel de Discussão da manhã - “Problemática e Definição de linhas de investigação” -, pela série de curtas comunicações sobre “Intervenções recentes e novos contributos para as problemáticas levantadas” e pela Conferência de encerramento de Manuel Luís Real - “Na fronteira de culturas: cristãos, judeus e árabes em terras raianas na Alta Idade Média. Definir rumos de investigação”.

Programa 15 Maio 2006

Sessão da Manhã (9h – 13h) – Auditório Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Problemática e Definição de linhas de investigação (comunicações de 30 minutos cada):

1. Paulo Dordio – “Introdução e Problemática”.
2. Ricardo Teixeira (Arqueologia e Património, Lda.) – “Povoamento e reorganização dos territórios medievais: dos castelos às vilas baixo-medievais na região de Chaves, Vila Real e Lamego”.
3. Luísa Trindade (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Coimbra) – “A fundação de cidades e a consolidação da nacionalidade”.
4. António de Castro Henriques (FCT- Universidade de York, Inglaterra) – “Periferia e sistema fiscal. Um caso transmontano (séculos XIII-XIV)”.
5. Amândio Barros (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) – “As comunidades mercantis de fronteira e a sua participação no sistema atlântico”.
6. Iñaki Martín Viso (Universidade de Salamanca) – “La construcción de las jerarquías territoriales: sitios de altura y villas reales en la frontera leonesa (ss. XII-XIII)”.
7. Walter Rossa (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Coimbra) – “O urbanismo medieval e a urbanística portuguesa”.

Participantes no Painel de Discussão sem comunicação:

Luís Fontes (Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho)

Discussão

Sessão da Tarde (15h – 19h) – Auditório Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Intervenções recentes e novos contributos para as problemáticas levantadas (comunicações de 15 minutos cada):

1. Miguel Rodrigues (IPPAR) – “Introdução”.
2. Ricardo Teixeira, Vítor Fonseca, Susana Cosme e Lídia Baptista (Arqueologia e Património Lda.) – “escavações arqueológicas na área urbana da vila velha de Vila Real”.
3. António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho (ArqueoHoje Lda.) – “intervenções arqueológicas no castelo de Torre de Moncorvo (2001)”.
4. Ricardo Teixeira Vítor Fonseca e César Guedes (Arqueologia e Património Lda.) – “identificação do fosso da cerca de Torre de Moncorvo”.
5. Armando Redentor (Parque Natural de Montezinho) – “A Vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento”.
6. Sérgio Carneiro (CMC) – “O Sistema Defensivo da Praça-forte de Chaves”.
7. Alexandra Isabel Lopes e Luís Pereira (IPA) – “escavações arqueológicas na vila velha de Ansiães”.
8. Alexandra Isabel Lopes, Heloisa Santos e Paula Abranches (Archeo’estudos Lda.) - “escavações arqueológicas na vila velha de Numão”.
9. M. Mathias (Universidade da Beira Interior) – “intervenções arqueológicas em Castelo Melhor”.
10. Maria Antónia Amaral (IPPAR), António Coelho da Rocha, Ricarda Moura e Paula Morgado (Sigologia, Lda.) – “Pola ueiga de Trancoso – que vestígios?”.
11. Maria João Neves, Susana Nunes, Zélia Rodrigues e Miguel Almeida (Dryas Arqueologia, Lda.); Maria Teresa Ferreira (Styx, Estudos de Antropologia Lda) – “arqueologia da morte em Pinhel: contributo para o conhecimento das dinâmicas de povoamento”.
12. Marcos Osório (CMS) – “O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho. Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada dos sécs. XII-XIII em Riba-Côa”.
13. Jorge Arguello (J. Menendez, Lda / POLIS) – “escavações arqueológicas nas áreas urbanas de Bragança, Miranda do Douro e Algosó”.

Discussão e Conclusões

Noite – Auditório do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa

Conferência: Manuel Luís Real (Departamento de Arquivos, Câmara Municipal do Porto) – “Na fronteira de culturas: cristãos, judeus e árabes em terras raianas na Alta Idade Média. Definir rumos de investigação”.

4. Na multiplicidade de aproximações e contributos geraram-se algumas linhas orientadoras da actual investigação sobre os territórios de fronteira e suas reorganizações na longa duração na região objecto de discussão.

Em primeiro lugar, ressalta a necessidade de conceder maior atenção ao conhecimento das comunidades estabelecidas nesta região antes das transformações implicadas pela definição do espaço da Monarquia portuguesa. As frentes abertas pela comunicação de Iñaki Martín Viso são extremamente interessantes. E a arqueologia terá aí um papel determinante pois são comunidades que, longe da escrita e dos poderes que a dominavam, mal se vislumbram no registo escrito que nos ficou. Sepulturas escavadas na rocha, identificação dos antigos povoados, observação do território e da toponímia, conhecimento da cultura material, são tarefas que competem em primeiro lugar aos arqueólogos e dos quais se esperam contributos decisivos. Existe muito trabalho realizado por arqueólogos portugueses (nomeadamente algumas teses de mestrado recentes) sobre estas necrópoles e a discussão sobre a identificação dos respectivos povoados que parecem ocultos a uma primeira observação. E os resultados do projecto de estudo e das escavações arqueológicas realizadas por Marcos Osório no povoado do Sabugal Velho estão aí precisamente para demonstrar o potencial da aproximação arqueológica na identificação e caracterização destas comunidades.

Em segundo lugar o momento da definição do espaço da Monarquia, em que os poderes do centro foram obrigados a estabelecer formas de diálogo e compromisso com estas comunidades e em que a proposta ou imposição do modelo urbano foi a estratégia geralmente seguida. A perspectiva que Luísa Trindade propõe de alargar a escala da análise a todo o território da Monarquia inserindo assim o enfoque estritamente regional num enfoque mais global da definição de todo o espaço da Monarquia, parece-nos essencial. Esse é também o objecto da tese que António Castro Henriques desenvolve actualmente propondo a questão fiscal como prioritária para a análise das actuações régias concretas que procuravam a rentabilização dos recursos de novos e vastos espaços. A outra aproximação, a da escala regional e local, permite, por sua vez, reconhecer melhor as especificidades do processo e o peso das diferentes composições dos poderes. É o que nos propõe Ricardo Teixeira ao centrar a sua análise na região intermédia de Chaves, Vila Real e Lamego.

Em terceiro lugar, o que se passa a partir do final da Idade Média e desse momento maior de definição que parecem ser os reinados de Afonso III e de D. Dinis. Até ao século XVI a região parece perseverar em exibir dinâmicas próprias que lhe vão assegurando um desenvolvimento sustentado:

. Regressando a formas de organização das comunidades mais tradicionais com o aliviar do peso da pressão reorganizadora régia exterior impondo o modelo urbano - lembremo-nos das muitas vilas já abandonadas que o Numeramento de 1527-32 regista;

. Mantendo e até desenvolvendo ainda as dinâmicas transfronteiriças. Nestas dinâmicas, as comunidades de judeus e cristãos novos, já ali instaladas há muito ou recém chegadas, procurando refúgio das perseguições que, nos finais do século XV e inícios do XVI, lhes tornam impossível continuar os seus negócios nas cidades do litoral, encontrarão um contexto onde continuar a trabalhar com as redes de relações que as inseriam num mundo cada vez mais globalizado (Amândio Barros). Relacionada com este tema, discute-se a ideia de que áreas aparentemente periféricas podem, conjunturalmente, assumir novas centralidades. Neste caso uma integração em redes de comércio internacional por via daquelas comunidades de judeus

que procuram refúgio ou, como a conferência do Manuel Real procurou desenvolver para a Alta Idade Média, por via do refúgio naquelas regiões (Viseu/Beira Alta) de um grupo rebelde ligado à família real astur-leonesa. Haveria que investigar até que ponto estamos diante de um epifenómeno, que deixou marcas pouco profundas nas comunidades locais ou se, pelo contrário, teria trazido consigo consequências mais duradouras.

Por seu lado, Walter Rossa, ao centrar o objecto de estudo na concepção da forma e do desenho do modelo urbano chama-nos a atenção não tanto para as mudanças entre uma época (Idade Média) e a seguinte (Idade Moderna) mas antes para as continuidades de que resultaria o que é mais específico na “cidade portuguesa”. No entanto, o dramatismo da mudança acentua-se a partir do século XVII. As dificuldades do Império Espanhol, a que Portugal estava unido depois de 1580, o fechar cada vez maior da Fronteira e as Guerras que se seguiram (Restauração e depois as guerras dos séculos XVIII e XIX) irão cavar cada vez mais a pauperização e “terceiro mundialização” da região que enveredará no caminho inverso ao do desenvolvimento e se afastará, como uma periferia que pouco ou nada interessa aos poderes do centro.

Por último, o momento actual, no qual, com a quebra dos constrangimentos fronteiriços, o retomar das dinâmicas transfronteiriças e a consciencialização em crescendo da importância do desenvolvimento das regiões, creio estar a despertar uma nova fase em que a Raia busca uma nova forma de existência e a ultrapassagem dos esquemas de atraso e periferização implicados na estratégia de definição do espaço da Monarquia portuguesa porque optaram os poderes do centro há 800 anos atrás.

Em complemento dos resumos e da discussão gerada, alguns dos participantes contribuíram igualmente com os textos que agora se publicam. Optou-se por publicar apenas os resumos das comunicações que não apresentam o texto final.

Paulo Dordio – “Introdução e Problemática”

A Norte do Sistema Central, o território português estruturou-se na longa duração segundo três subregiões meridiana: a Ribeira das cidades litorais e da ligação fácil ao Sul, que já nas descrições dos mais antigos geógrafos surgem individualizadas como as Turdulorum Oppida; a Montanha correspondendo às áreas do Barroso, Chaves, Vila Real de Panóias, Lamego e Viseu, cuja individualidade não impede que as ligações preferenciais se estabeleçam com a região litoral; e a Periferia, a região mais interior de Trás-os-Montes e da Beira Alta, já longe do litoral e que procura nos caminhos da Meseta o espaço privilegiado de relacionamento. A história desta região nos últimos mil anos mostra um espaço a organizar como fronteira e uma área a repovoar e dominar quando os poderes estabelecidos na região litoral assumiram uma estratégia expansionista com o objectivo de delimitar o território de um Reino.

Entre a Ribeira e a Montanha localizam-se cristas montanhosas (como o Marão, a Serra da Freita, o Caramulo) atravessadas a espaços por vias de penetração constituídas por caminhos e rios navegáveis sobre as quais se desenvolve toda uma rede de específicas Povoações de Caminho ou de Beira da Estrada. O rio Douro, até onde era navegável, mostra-se um dos principais destes eixos que facilitavam o relacionamento entre a Ribeira e a Montanha. Já entre a Montanha e a Periferia, estrutura-se um Limes, para além do qual estão espaços a dominar e que através dessa dominação externa acabarão arrancados às suas ligações

Resumos das Comunicações

tradicionais configurando a prazo um espaço desarticulado, periférico, dependente e incapaz de se subtrair por si só a uma lógica de subdesenvolvimento.

Numa primeira fase, o poder régio procurou na criação de uma rede micro urbana de vilas e póvoas uma estratégia de dominação claramente extensiva. Impôs então modelos estranhos à região que, no compromisso possível com as formas de organização tradicionais das comunidades locais, apenas perseveraram enquanto perseverou o interesse e o investimento régio na sua manutenção. Numa segunda fase, que se inicia com o fim da Idade Média, o poder régio parece começar a desenvolver uma outra aproximação a toda esta região periférica. A Fronteira começava a deixar de ser entendida como uma região e um conjunto de comunidades periféricas. Era agora cada vez mais uma linha bem definida e cartografada sobre a qual se abriam determinadas “Entradas Geográficas” na feliz expressão de António Sérgio, as rotas que permitiam o acesso à capital do Reino.

O mapa dos castelos que foram palco das principais operações militares entre 1367 e 1449 (João Gouveia Monteiro) deixa já claramente perceber um padrão que as guerras dos séculos XVII, XVIII e inícios do XIX (a Guerra da Restauração, passando pela Guerra da Sucessão e culminando nas Invasões Francesas) instalariam definitivamente. O interesse e o investimento do poder régio sobre a organização do território nas Terras de Fronteira tenderão a concentrar-se sobre aquelas “Entradas Geográficas”. Aí, algumas das antigas vilas transformar-se-ão em imensos quartéis militares enquanto o restante território da periferia se verá abandonado à sua sorte, coarctado das suas ligações tradicionais e incapaz por si só de inverter o caminho da pauperização e do subdesenvolvimento (Fernando Cortés Cortés). Despovoamento e pressão militar seriam doravante os resultados de uma relação desequilibrada com um longínquo centro a cujas decisões os interesses específicos da periferia são alheios.

Resumo

Reflexão em torno de algumas características urbanísticas e arquitectónicas do casario da estação arqueológica do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal), com base nos resultados das campanhas de escavação e na análise do levantamento topográfico e da fotografia aérea. Este núcleo populacional fortificado foi datado, pelos trabalhos arqueológicos, dos sécs. XII-XIII, constituindo um testemunho único dos modelos de organização urbana e das vivências quotidianas de uma aldeia mineira leonesa em Riba-Côa.

Introdução

Esta comunicação pretendeu apenas sintetizar alguns aspectos urbanísticos e arquitectónicos da estação arqueológica do Sabugal Velho, que fica situada a 22 km para leste da cidade do Sabugal, na freguesia de Aldeia Velha, próxima da fronteira com Espanha.

O povoado medieval situa-se no topo de um outeiro destacado do planalto meseteno, num contraforte setentrional da Serra de Aldeia Velha (1019 m) (fig. 1). Este discreto enquadramento na serra possibilita que esteja protegido dos ventos dominantes de sul e que obtenha um amplo domínio visual da paisagem a norte (Silva, 2001: 791). A proximidade à nascente de inúmeras linhas de água e a riqueza mineira atestada pela presença de filões de ferro e de estanho na colina e no seu entorno, terão incentivado a ocupação (Silva, 2001: 794).

Durante as sucessivas campanhas de escavação desta estação arqueológica (1998-2002), foram abertos quatro sectores na plataforma habitada, tendo o maior número de sondagens incidido na área central do aglomerado (sector I) e no troço ocidental da muralha (sector III). As restantes sondagens foram abertas em área setentrionais e meridionais do povoado (fig. 4). O sítio tem sido, repetidamente, abordado em anteriores publicações e, por isso, remetemos para essa bibliografia toda a restante informação concernente ao seu enquadramento geográfico e ao historial da investigação na estação arqueológica (especialmente Silva, 2001; Osório, 2005a; Osório, 2005b).

Queremos apenas lembrar que o Sabugal Velho revelou dois momentos de ocupação: uma 1ª fase que recua ao I milénio a.C. e uma 2ª etapa datada dos séculos XII-XIII. As ruínas actualmente visíveis na plataforma testemunham esta última presença. Dado o bom estado de conservação do urbanismo primitivo, é possível enumerar alguns traços urbanísticos e arquitectónicos do aglomerado, com base na fotografia aérea de 1958 (fig. 3), no levantamento topográfico (fig. 2) e nos dados do registo arqueológico. Não pretendemos ultrapassar este mero intuito descritivo, realizando qualquer estudo comparativo com outros casos, até porque não dispomos de abundante informação deste cariz para a região da Beira Interior.

As estruturas defensivas

A aldeia do Sabugal Velho possui dois sistemas defensivos: a) Uma cerca interior de alvenaria, de aparelho misto de xisto e granito, disforme, com cerca de 4 metros de espessura de enchimento maciço. Esta muralha tem um traçado oval abarcando a totalidade do casario. b) Uma cerca exterior de terra batida, com um máximo de 6 metros de largura e 2 metros de altura, e um fosso que a separa da muralha interior que, além de constituir o resultado do aproveitamento do solo natural, funcionou também como uma solução defensiva complementar (Osório, 2005a: 90). Esta construção apresenta um traçado semi-circular, contornando apenas a encosta poente (fig. 4). Não é a única muralha de terra existente na região do Alto Côa. Segundo documentação do século XVII, existia uma cerca idêntica na povoação de Alfaiates, a 7 km para norte do Sabugal Velho (Saraiva, 1930: 447; Osório, 2005c:

acta 1

O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII.

Marcos Osório.

(Arqueólogo da Câmara Municipal do Sabugal)

62-63). Actualmente, não sobram quaisquer vestígios desta estrutura defensiva, mas pela descrição documentada é provável que fosse semelhante à do Sabugal Velho.

O povoado castrejo da Idade do Ferro do Sabugal Velho encontrava-se abandonado e arruinado, tal como o seu primitivo recinto defensivo, quando os repovoadores leoneses deram com o excelente sítio pelo seu valor estratégico e mineiro e, em função do novo urbanismo ortogonal, produziram um discurso que alterou o traçado anterior. A muralha proto-histórica foi refeita em função da cerca exterior de terra batida e, em consequência, foi abandonado e entaipado o primitivo acesso pela encosta poente (apesar do futuro alinhamento da rua central da aldeia medieval coincidir com esta abertura), optando por uma nova entrada, mais setentrional, que não dá acesso directo ao arruamento principal, mas a um eixo perpendicular (fig. 4).

O reforço das estruturas defensivas preexistentes, comprovado arqueologicamente, e a construção da cerca de terra, de acordo com os novos requisitos defensivos da época, demonstram o evidente empenho na fortificação do povoado. Este instinto defensivo é compreensível à luz da instabilidade militar dos séculos XI-XIII na raia entre leoneses e portugueses, e da necessidade de proteger a riqueza resultante da actividade metalúrgica.

O urbanismo

O conjunto edificado intramuros obedece a uma disposição ortogonal, sendo definido por um único eixo central e por diversos alinhamentos perpendiculares (fig. 5). O arruamento principal tem cerca de 200 metros de extensão máxima e 5 metros de largura média, sendo o eixo vertebral a partir do qual se abrem alguns arruamentos secundários de acesso a determinados edifícios ou espaços públicos. Tal como na rua principal, as restantes artérias urbanas não evidenciam qualquer empedrado e aparentam ter em média 2 metros de largura, como por exemplo a ruela que foi escavada do lado norte (fig. 6).

O aglomerado dispõe também de alguns largos que não são mais do que simples alargamentos das ruas, funcionando como zonas de apoio às actividades comunitárias ou dando apenas serventia a edifícios privados (fig. 5). Alguns destes espaços vazios, intercalados entre o casario, poderiam corresponder também a pequenos pátios ou parcelas de cultivo.

As construções estão tendencialmente dispostas por fiadas, alinhadas com o eixo estruturante do urbanismo e com as suas perpendiculares (fig. 5). A norte da rua central, observam-se cerca de 100 metros de fachadas paralelas ao arruamento, sucessivamente adossadas e apenas quebradas por uma ruela. Na fachada sul não é tão evidente esta linearidade e simetria das construções existentes, dado que alguns edifícios não estão implantados de forma paralela à rua e existem mais arruamentos transversais que quebram a fiada de edificações. Observa-se um maior número de casas na encosta meridional, dada a sua melhor exposição solar e o abrigo dos ventos dominantes. Não só se verifica um maior desprezo pela vertente virada para a Meseta, como pelas extremidades nascente e poente da plataforma habitada, adjacentes à muralha (fig. 5). O novo urbanismo medieval não se estendeu para aqui, pois não são visíveis à superfície estruturas arruinadas, não são assinaladas na foto aérea de 1958 e não foram exumadas nas intervenções do sector III (fig. 4). Estas áreas terão tido funções extractivas de minério e de produção metalúrgica, como indiciam os abundantes restos de pedra calcinada exumados no sector III, nos níveis de abandono do povoado. A escolha destes espaços periféricos para a actividade artesanal teve como intuito minimizar os riscos e evitar acidentes no núcleo habitacional, sobretudo causados por incêndio (dado o tipo de cobertura empregue nos edifícios, como veremos adiante).

Nota-se também, o que é deveras importante para a compreensão deste urbanismo, que os

edifícios não encostam à muralha, ao contrário do que sucedeu durante a fase de ocupação proto-histórica (Osório, 2005d: 43, estampas 9 e 10).

Haverá alguma distribuição do edificado por áreas profissionais ou por zonas de natureza funcional? Para além do sector de actividade mineiro-metalúrgica, consideramos que o alinhamento de um muro existente na parte nascente do aglomerado, pode definir um espaço agro-pecuário, bem como toda a zona não urbanizada na encosta norte poderá ter sido cultivada. A área habitacional parece congrega-se ao longo da rua principal, ficando os edifícios mais complexos na vertente sul e as moradias mais simples na fachada norte. Por outro lado, a grande concentração de edificações à entrada da povoação, pode dever-se também a motivos funcionais, sendo aí efectuadas as principais actividades mercantis e as trocas de minério por outros produtos.

Além das habitações, e dos pátios que as prolongam, com pouco mais se equipava este aglomerado, tal como muitos outros da Beira Interior, apenas algum fontanário, forno de cozer pão, venda, instalações do ferreiro, latoeiro ou tanoeiro (APP: 22).

A arquitectura

Os edifícios do Sabugal Velho apresentam plantas maioritariamente rectangulares (em contraste com a morfologia circular de algumas casas castrejas pré-existent), mostrando alguma uniformização no módulo construtivo, em torno dos 9x6 metros (fig. 5 e 6). São edificações amplas, sem quaisquer indícios de divisão interna, com uma área maior do que as casas tradicionais da Beira Interior, talvez concentrando no mesmo espaço todas as actividades domésticas: cozinha, dormitório e a *loja* dos animais.

Mas, também existem no Sabugal Velho construções mais pequenas e outras de maior envergadura e complexidade (fig. 5), cuja interpretação funcional é mais difícil. Se as edificações menores corresponderão a anexos, arrecadações e *lojas* de animais, já os edifícios maiores podem ser mais importantes. No entanto, nenhuma destas construções de planta mais elaborada poderá interpretar-se como sendo a igreja, nem sequer foi ainda detectado qualquer indício de necrópole¹.

Verifica-se que as construções em torno do eixo principal abrem directamente para a rua, sobretudo na fachada norte (fig. 6), onde as moradias possuem vãos de cerca de 1,5 a 2 metros de largura, enquanto que os edifícios de natureza artesanal ou agrícola mostram aberturas maiores, mais adequadas à sua funcionalidade. Por exemplo, a ferraria do lado norte da rua tinha uma grande porta de 3,5 metros, para acesso dos animais ao interior. No lado meridional da rua observam-se outras orientações nas portas, não directas para o eixo principal, mas abrindo para pátios ou pequenos largos.

Os edifícios da aldeia do Sabugal Velho, dado o substrato rochoso local, são totalmente construídos em alvenaria de xisto, de mais fácil aprovisionamento local. São construções de aparelho simples assente a seco, sem qualquer ligante, empregando pontualmente grandes blocos disformes de quartzo nos alicerces, também geologicamente abundantes neste outeiro. A intersecção do xisto com o granito, que ocorre nas encostas norte e poente do relevo, que proporcionou a grande riqueza estanífera e ferruginosa, é também caracterizada por diversos filões de quartzo, empregues como material construtivo.

Infelizmente, não subsiste a cantaria de granito dos cunhais e do revestimento dos vãos. Estes elementos terão sido levados e reutilizados, ao longo dos tempos, nas aldeias próximas, como é frequente, sobrando apenas o xisto, o quartzo e o granito solto e disforme. Por isso, os vãos revelam larguras mais exageradas do que é comum.

Os alicerces das paredes têm, geralmente, uma espessura variável, entre os 60-80 centímetros e não estão alinhados. Embora esta irregularidade se deva sobretudo aos processos de

¹ Temos apenas conhecimento de uma sepultura escavada na rocha, isolada, a cerca de 400 metros para poente do relevo habitado, que poderá estar associada a este núcleo de povoamento, mas que é insuficiente.

arruinamento e erosão, também reflecte a má qualidade construtiva. A grande espessura dos muros permitia sustentar paredes de compartimentos de grande dimensão. Quanto à altura, não temos dados seguros, mas é provável que, de acordo com o que se observa no casario tradicional da região, tivessem um pé direito máximo de cerca de 2,30 metros. Sabe-se que no início do século XX ainda subsistiam no Sabugal Velho algumas paredes com mais de 1 metro de altura (Correia, 1992: 143).

Supomos que, dada a grande dimensão dos compartimentos, os edifícios teriam apenas pisos térreos, pois não obtivemos quaisquer indícios da existência de escadarias interiores ou exteriores, para dois níveis de habitação. Segundo a obra *Arquitectura Popular em Portugal*, este tipo de edifícios integra-se no grupo C da tipologia das casas beirãs (APP: 32), que actualmente, em toda a região Centro, se concentra praticamente no concelho de Almeida (APP: 42-43). Caracteriza-se pelo andar térreo, com dependências e divisões internas de parede de pedra, estando os animais em compartimentos contíguos à habitação. Poderiam até elevar as paredes acima do tecto de madeira, para aí se formar um sótão, onde se guardava a palha e os géneros (APP: 32). Os edifícios térreos têm maiores influências mediterrânicas (Dias: 108), enquanto nas restantes regiões beirãs as casas têm dois pisos, com a habitação no 1º andar e acesso exterior por escadas e varandas alpendradas (APP: 16). Não se detectaram quaisquer indícios de derrubes de telha ou de lajes de xisto, por isso, acreditamos que se empregaram materiais perecíveis como a palha e as giestas, assentes sobre uma armação de madeira, como ainda hoje acontece nas regiões montanhosas da Estrela e de Montemuro (APP: 71). As casas colmadas com a palha sobrando dos cultivos de centeio utilizam-se nas coberturas desde tempos recuados e foram frequentes durante a Idade Média (APP: 71; Conde: 253 e nota 102). Esta solução permitiu criar uma cobertura mais leve para espaços edificados amplos, sendo também mais económica e assegurava uma temperatura mais suportável no interior das casas, factor de grande importância em regiões de Invernos rigorosos (APP: 71; Conde: 263, nota 102), mas, por outro lado, parece-nos um recurso bastante pobre, com pouca durabilidade e sobretudo perigoso para edifícios com fornos interiores, como na ferraria a norte da rua principal. Num dos edifícios escavados foram detectados os restos carbonizados da madeira do suporte desta cobertura vegetal – seriam só caibros ou uma armação para uma cobertura de duas águas?

Da mesma forma, constatou-se a inexistência de pavimentos no interior das casas. Não foram detectados quaisquer pisos de argila ou lajeados de pedra. As escavações permitiram verificar que o próprio afloramento é recortado e impraticável como piso, logo, a cota de circulação seria assinalada, muito provavelmente, por um nível de terra pouco batida com revestimento vegetal (por exemplo tojos, giestas ou palha das camas do gado), como ainda hoje se vê em alguns edifícios agrícolas (APP: 16-17) e como seria corrente na época medieval (Conde: 253). Raramente foi possível compreender a natureza funcional dos edifícios escavados, exceptuando a ferraria, com o forno circular de fundição e a forja (fig. 6), e as habitações familiares, pelo facto de se identificarem lareiras associadas a loiça de cozinha. Estes fogos domésticos encostam sempre à parede nascente do respectivo edifício e demonstram que se cozinhava sobre lajes de granito no chão, talvez sem chaminé (Dias: 108). No entanto, um dos edifícios situados na rua principal, que faz esquina com o acesso à porta da muralha (fig. 6), dada a maior espessura das paredes, em comparação com as restantes, poderia ser talvez o celeiro ou o palheiro. Aí foi recolhido o fragmento de uma chave que constitui um interessante achado para o conhecimento dos objectos quotidianos desta aldeia medieval, talvez da porta meridional deste mesmo edifício.

Conclusões

Os dados obtidos nesta intervenção evidenciam que o urbanismo do Sabugal Velho foi planificado e concebido com um objectivo comunitário. O casario não se concentra e encavalita conforme o parcelamento e a orografia, mas espraia-se por toda a plataforma. Nota-se uma intervenção estruturadora do povoado com um traçado prévio, que não decorreu ao sabor de impulsos e de vagas de ocupação. Houve um esforço para evitar o caos e a desorganização, provavelmente sem intervenção de uma estrutura exterior e centralizada, mas sustentado por poderes ou comunidades locais (Martín Viso, 2006: 54).

A nova disposição urbanística e arquitectónica apagou os vestígios da anterior presença humana na plataforma, não aproveitando as construções circulares castrejas existentes, reutilizando apenas a muralha (Osório, 2005a: 90). Este esforço defensivo da comunidade aldeã leonesa do Sabugal Velho resultou da necessidade de defesa do território, numa época conturbada, mas deveu-se também a motivações económicas.

Acreditamos que se trata de um aglomerado totalmente direccionado para uma funcionalidade particular, com base no conhecimento que temos do seu potencial mineiro. A escala e a organização espacial do casario devem muito às actividades exercidas pelas gentes que aí residiam. Os testemunhos da intensa actividade mineiro-metalúrgica, explorados por meio de *cortas* a céu aberto, perspectivam um grande dinamismo produtivo resultante da exploração mineira e posterior produção de artefactos, talvez mais do que para auto-suficiência, que podia ser motivadora da defesa e da sua disposição urbanística.

Apesar disto, a má qualidade habitacional é flagrante. As técnicas de construção são de grande simplicidade e reduzem-se ao essencial, denotando uma relação estreita com o meio natural, pelas edificações rudes, pedregosas e pobres. Não se recorre a soluções dispendiosas para melhorar as condições de habitabilidade, mas houve uma economia de esforço construtivo, com uma arquitectura sem requintes e carente de elementos de interesse (APP: 25). Nota-se que o casario foi ocupado por populações de fracas possibilidades económicas, como se constata pelo próprio espólio, onde apenas destaca a conta de colar multicolor e as duas fivelas de bronze. Talvez os lucros desta actividade não se reflectissem na cultura material e nas habitações locais, mas apenas fossem canalizados para um grupo restrito e externo à aldeia.

As precárias condições de vida patentes no edificado poderiam até ser um indício de uma ocupação sazonal do aglomerado, reduzida às temporadas de exploração das minas ou aos meses de Verão – única estação do ano em que seria mais cómoda a vivência no topo deste ventoso e frio outeiro.

A presença de veios metalíferos, a formidável posição estratégica e a existência nesta plataforma elevada de primitivas estruturas arruinadas, terão sido os maiores aliciantes à reocupação da colina do Sabugal Velho durante a Idade Média, compensando as más condições climáticas, os maus acessos e o isolamento populacional.

A datação do *diñero* de Afonso IX de Leão, cunhado em Salamanca (1188-1230), recolhido sob o derrube da muralha de alvenaria, bem como as fivelas com paralelos do século XII e os alguidares e as painéis com cronologias que apontam também para os sécs. XII-XIII, permitem-nos datar a ocupação deste relevo no período imediatamente anterior ao Tratado de Alcanizes (1297). É pois um núcleo de fundação leonesa, que terá controlado o território e o potencial mineiro local, durante o período instável entre o repovoamento leonês de Riba-Côa (séc. XII) e a tomada destas terras pelo rei D. Dinis, que só termina com a assinatura do famoso tratado com a coroa leonesa. Durante esse tempo, talvez a aldeia atingisse alguma projecção na região, sem ter obtido jamais uma carta de foral. Talvez se trate até da primitiva povoação de *Abaroncos*, registada na documentação coeva, mas ainda não localizada,

como foi recentemente defendido (Martín Viso, 2005: 109 e 111; Martín Viso, 2006: 51). Quais foram os motivos para o seu abandono? Esgotamento dos filões de ferro e cassiterite? Fim das necessidades defensivas? Piorio das condições climáticas? Localização descentrada em relação aos principais eixos viários? Destruição e rapina militar por D. Dinis? A inexistência de materiais de tradição baixo medieval e o silêncio acerca deste povoado na documentação do séc. XIV, altura em que despontavam também os concelhos de Alfaiates e Vilar Maior, parece confirmar o seu abandono por alturas da assinatura do Tratado de Alcanizes, em 1297, entre o rei D. Dinis e D. Fernando IV de Leão e Castela, tendo a população sido transferida para a Aldeia dos Freires (Aldeia Velha) ou para a própria Vila de Alfaiates, no decurso da reestruturação do território readquirido por D. Dinis.

figuras



fig. 1 Enquadramento geográfico e localização da estação arqueológica na carta militar nº 227 (1:25 000).

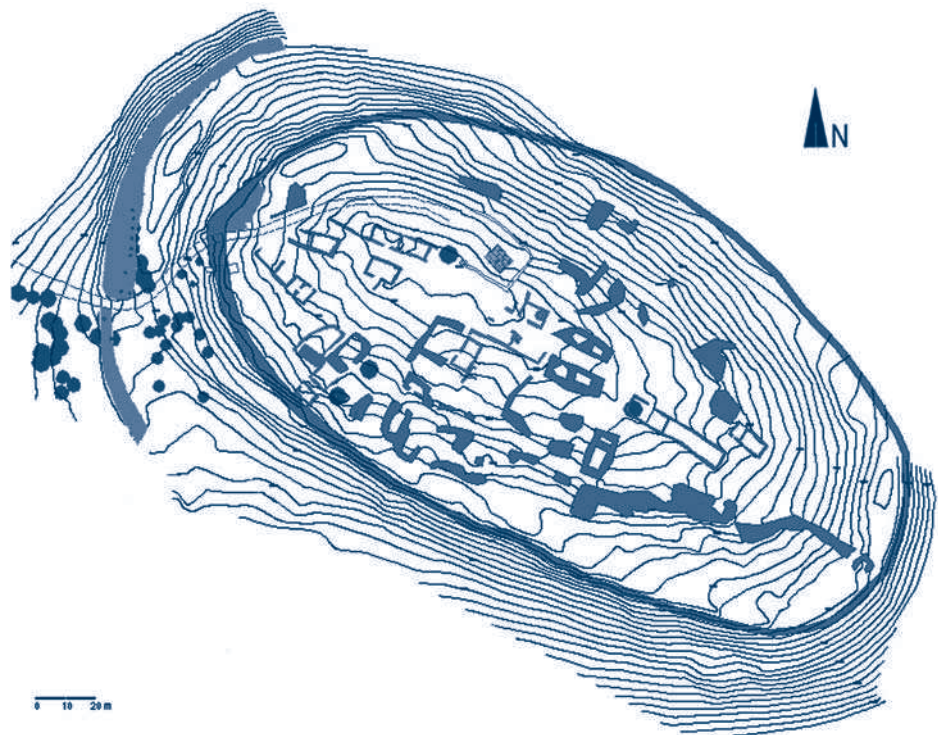


fig. 2 Levantamento topográfico do relevo e das estruturas arqueológicas do Sabugal Velho.



fig. 3 Fotografia aérea das ruínas do povoado visíveis em 1958 (Instituto Geográfico e Cadastral).

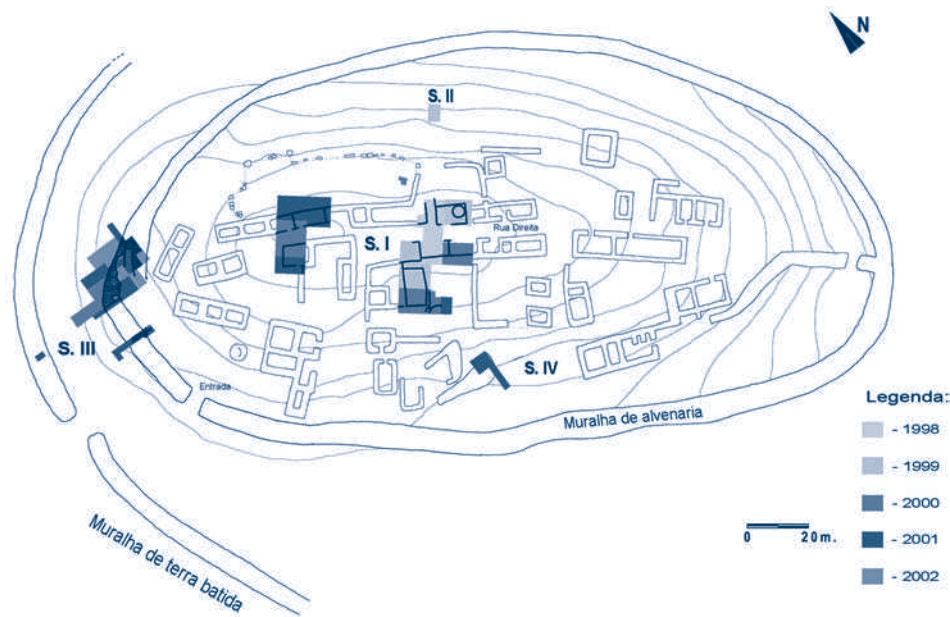


fig. 4 Planta esquemática da reconstrução hipotética do urbanismo, a partir do levantamento topográfico e da fotografia aérea, com a localização dos sectores escavados.

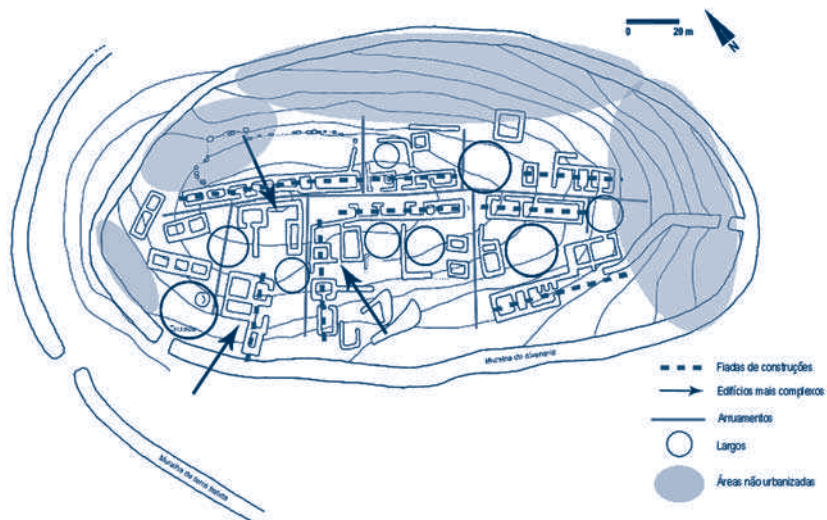


fig. 5 Interpretação esquemática da planta do urbanismo da aldeia medieval.

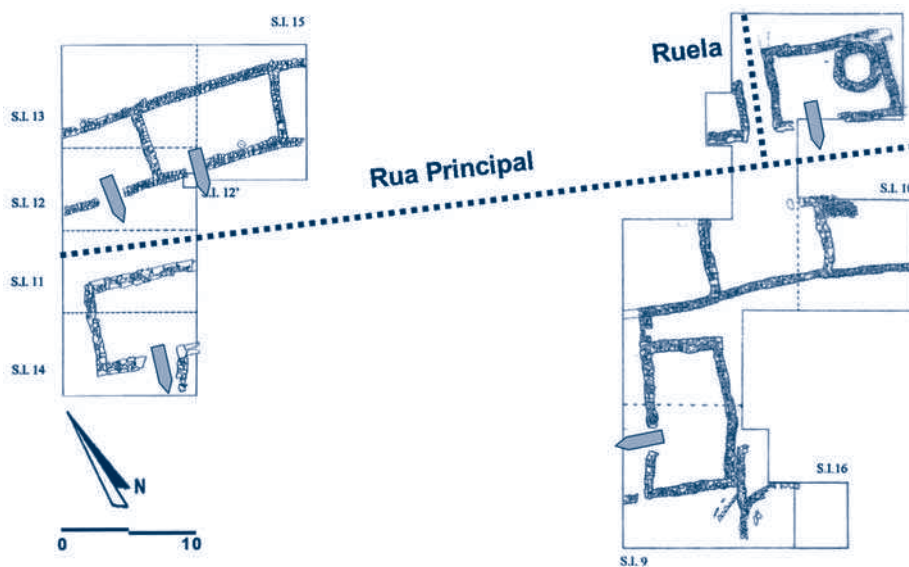


fig. 6 Planta dos edifícios escavados no sector I, em torno da rua principal.

bibliografia

AAVV (1988) – *Arquitectura Popular em Portugal. Vol. 2.* Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses (3ª Ed.) (= APP).

AFONSO, V. (1985) – *Sabugal. Terra e gentes (apontamentos de História e paisagem da região).* Sabugal: Câmara Municipal.

ALMEIDA, J. de (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Vol. 1.* Lisboa: [s.n.].

CONDE, S. (1997) – *Sobre a casa urbana do centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média. Arqueologia Medieval.* Mértola. 5, p. 243-265.

CORREIA, J. M. (1905) – *Antiguidades do concelho do Sabugal.* O Archeologo Português. Lisboa. 1ª Série. 10: 6-9.

CORREIA, J. M. (1992) – *Terras de Riba-Côa. Memórias sobre o Concelho do Sabugal.* Sabugal: Câmara Municipal (3ª Ed.).

DIAS, A. J. (1951) – *Contribution to the study of primitive habitation. In Comptes rendues du 16ème Congrès International de Geographie (Lisbonne, 1949)*. Vol. 3. Lisboa: [s.n.], p. 107-111.

MARTÍN VISO, I. (2004a) – *La frontera como integración del territorio en la Edad Media: la raya leonesa (siglos XII-XIII)*. Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura. Coimbra. 4, p. 14.

MARTÍN VISO, I. (2004b) – *En la periferia del sistema: Riba Côa entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI)*. In JACINTO, R. e BENTO, V., coord. – *Territórios e culturas ibéricas*. (Iberografias; 5) Guarda; Porto: CEI; Campo das Letras. p. 206.

MARTÍN VISO, I. (2005) – *Una frontera casi invisible: los territorios al norte del sistema central en la Alta Edad Media (siglos VIII-IX)*. *Stvdia Histórica: História Medieval*. Salamanca. 23, p. 89-114.

MARTÍN VISO, I. (2006) – *La comarca de Riba Côa entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI): propuestas para analizar un espacio periférico*. Guarda. [Relatório apresentado ao Centro de Estudos Ibéricos]

OSÓRIO, M. (2005a) – *Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho. Contributos para o estudo dos sistemas defensivos proto-históricos e medievais*. Còavisão: Cultura e Ciência (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior). Vila Nova de Foz Côa. 7, p. 81-99.

OSÓRIO, M. (2005b) – *Sabugal Velho: um povoado, duas ocupações*. In Catálogo da Exposição 25 sítios arqueológicos da Beira Interior (Maio/Dezembro 2005). Guarda: ARA; Câmara Municipal de Trancoso, p. 30-31.

OSÓRIO, M. (2005c) – *Contributos arqueológicos para a história de Alfaiates (Sabugal) retirados dos escritos de Brás Garcia Mascarenhas (séc. XVII)*. Praça Velha. Guarda. 8: 18 (1.ª série), p. 53-70.

OSÓRIO, M. (2005d) – *Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa*. In Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 35-65.

SARAIVA, J. M. da C. (1930) – *A região de Riba-Côa e um autógrafo de Brás Garcia Mascarenhas*. Biblos. Coimbra. 6, p. 439-463.

SILVA, M. D. O. da (1998) – *Sabugal Velho. In Terras do Côa: Malcata ao Reboredo: Os Valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 174-176.

SILVA, M. D. O. da (2000) – *O Sabugal Velho: primeiras achegas para o estudo de uma estação arqueológica*. In Beira Interior. História e Património. Guarda: [s.n.], p. 201-214.

SILVA, M. D. O. da (2001) – *Metalurgia no povoado fortificado Alto-Medieval do Sabugal Velho (Sabugal, Guarda)*. In FERNANDES, I. C., coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Edições Colibri, p. 791-794.

acta 2

**A vila de Vinhais:
da sua fundação e
amuralhamento**

Armando Redentor

**O contexto baixo-medieval da
criação da vila de Vinhais**

Da fortificação da vila de Vinhais já pouco resta, se nos reportarmos exclusivamente às estruturas visíveis e com alguma independência relativamente à malha edificada que a ela se sobrepôs. O recurso à documentação gráfica e escrita, bem como à Arqueologia, torna-se, na actualidade, totalmente incontornável no processo de reconstituição de parte significativa dos traçados e da arquitectura desta fortaleza, tal como é indispensável para a construção da sua história. Deste modo, é recorrendo à via documental que apresentamos uma abordagem preliminar da questão.

A história da vila de Vinhais não recua para além do século XIII. Data dos meados do século XII, mais propriamente de 1159, a mais antiga referência escrita ao território de Vinhais, a qual está presente numa carta de doação ao Mosteiro de San Martín de Castañeda, por parte de *Fernandus Godiniz*, de uma propriedade *in villa que vocatur ravanal et est sita in territorio bregantie in villa que vocitant vilar de ossus in territorio viniales* (doc. 199 in Alves, 1910: 263-264). As autoridades superiores aí referidas são o *Rege fernando in Legione et Galletia et pontius comite eo tempore maiordomus ipsius rege et princeps huius terre* e o *Episcopus fernandus asturicences ecclesie*. Trás-os-Montes representa nestes tempos iniciais do reino português um espaço periférico, aproveitado pela expansão senhorial a partir de Astorga e de Zamora, pelo que não surpreende esta referência documental, justificando este contexto que um dos vectores da política de D. Afonso Henriques tenha visado assegurar a fidelidade das comunidades locais e dos senhores da região, em particular os Bragançons (Mattoso, 1985: 26; Gomes, 1993: 26).

Em 1212, D. Afonso IX de Leão invade a “terra” de Vinhais numa expedição de auxílio a D. Sancha, D. Teresa e D. Mafalda, no contexto do conflito que as opôs a seu irmão D. Afonso II de Portugal (Gomes, 1993, 39). O território vinhaense tinha, então, centro num castelo roqueiro situado em Vale de Janeiro, como parece depreender-se do facto de a igreja de Vale de Janeiro se ter chamado de Santa Maria do Castelo e de Nuzedo de Baixo, localizado a sul daquele lugar, junto ao Tuela, ser referido nas Inquirições de 1258 como *Luzedo de sub castelo de vinaes* (doc. in Alves, 1918: 47-48; *Grande Enciclopédia...*: 203). Em 1224, é celebrado um *pactum* entre o Arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, e a *ecclesia que constructa est in castello de Vinaes et concilium ipsius populacionis que facta fuit per domnum Sancium Secundum, illustrissimum regem Portugaliae, ex altera* (*Grande Enciclopédia...*: 208-209). As disposições constantes deste pacto parecem inviabilizar a localização desta igreja na área da actual vila de Vinhais, dada a proximidade com a paróquia de S. Facundo. No entanto, as cláusulas finais deste documento – *ista carta debet valere quandiu ista populatio stetit. Si forte, quod absit, populatio destruat nichil valeat carta ista* – parecem apontar para a precariedade deste acordo, indiciando o carácter transitório do local como cabeça da “terra” de Vinhais. As Inquirições de 1258 são preceptivas ao atribuir a D. Sancho II a iniciativa de criar uma vila nova com o seu castelo: várias testemunhas referem que os *homines de vinaes quando rendauerunt ipsam terram de vinaes Regi domno Sancio germano istius [...] facerunt ei tale pactum quod facerent in vinaes unam villam et quod affortalezassent illam et non fecerunt illam* (doc. in Alves, 1918: 39, 44 e 50).

A concessão feita por D. Afonso III, em 1253, de uma carta de foral aos *hominibus de Vinaes* é, assim, anterior à concretização do propósito, do seu antecessor, de criação de uma nova vila; o Bolonhês apenas se refere à *terra de Vinaes* e ao seu *castello*, tratando com aqueles o pagamento de um foro anual de 600 morabitinos – *500 pro renda de ipsa terra e 100 pro tenencia de ipso castello* – e estipulando que a *iustitia debet fieri in terminis de Vinaes per iudices de Vinaes* (doc. 149 in Alves, 1918: 435).

Como vimos, à data das Inquirições de Afonso III ainda não tinha sido cumprido o acordo estabelecido entre D. Sancho II e os *homines de Vinaes*. A inquirição no Julgado de Vinhais inicia-se pela paróquia de S. Facundo de Crespos, o povoado que preexistia próximo do outeiro onde irá nascer a futura vila, e informa-nos que *tota ipsa villa de crespos est foraria regis*, à excepção de um casal possuído por D. Fernando Eanes da Galiza, de dois casais do Mosteiro de Castro de Avelãs e de outros dois do fidalgo leonês Mem Peres e de seu irmão (doc. in Alves, 1918: 38-41), circunstância que teria facilitado a fundação de Vinhais.

Há indicação de que uma notícia estranha às Inquirições de 1258, mas ainda do reinado de D. Afonso III, cita uma povoação designada Vinhais, que, assim, recebe da antiga “terra” o nome e o seu território por termo (*Grande Enciclopédia...: 207*); por outro lado, na *Crónica de D. Dinis*, Rui de Pina (1945: 154-155) diz que este monarca *nas comarcas damtre douro e minho e trallos mōtes fez estas villas e fortalezas .s. çerquou gujmarães daçerqua que agora tem, e braga, e mjrmda do douro, e seu castelo, e mōçã, crasto Leboreyro, e pouorou denouo e fez os castellos de vinhaes, e villa frol, e dalfundegua e mirãdella, e freyxo despada cinta, e villa noua de çerueyra, E fez de nouo e do primeyro fundamento vila Real*. Fica-nos a dúvida acerca da paternidade desta criação: afonsina ou dionisina, da segunda metade do século XIII. A título de hipótese, não será de rejeitar um cenário de arranque da iniciativa de instalação da nova vila na recta final do reinado de D. Afonso III e o seu efectivo desenvolvimento e conclusão sob os auspícios de D. Dinis. De qualquer modo, esta acção insere-se numa política régia que desejava criar pontos de apoio da administração central e de defesa militar, enquadrando-se a nova criação na constelação de vilas que pontilham a fronteira norte do reino. A vila de Vinhais começa a desempenhar o papel de centro organizador de uma parcela do país e a funcionar como tentáculo local da centralização do poder régio.

De acordo com as Actas do Numeramento de 1527-1532 relativas à Comarca de Trás-os-Montes (Freire, 1906; Galego e Daveau, 1986), Vinhais insere-se na tipologia designada por *villa*. Esta, tal como o *concelho*, tem autonomia político-jurisdicional, mas difere dele pelo seu carácter de “povoado fortificado” e por ter uma origem diferente, que entronca no movimento reorganizador régio de meados do século XII e do século XIII. O facto de ser pólo de concentração do poder político, com jurisdição sobre um território determinado, define-lhe o carácter de centro urbano (cf. Gomes, 1993: 28-30).

A reconstituição da planta do castelo de Vinhais apresenta hoje dificuldades importantes que advêm, sobretudo, do seu estado de conservação. A evolução urbana da vila foi mascarando a arquitectura da fortaleza, pelo que são poucas as estruturas que conservam alguma integridade relativamente às construções que foram ocupando todo o espaço amuralhado. As estruturas defensivas que mantêm alguma autonomia relativamente à malha urbana do aglomerado são extremamente parcas e sempre parcialmente solidárias com as construções envolventes. Permanecem com algum grau de integridade: a porta de S. Facundo e a porta da Senhora das Portas Abertas, cada uma ladeada por duas torres, pertencentes à antiga cerca e voltadas, respectivamente, a sul e noroeste; a porta de Santo António, pertencente à antiga barbacã, em posição fronteira à porta da Senhora das Portas Abertas; a torre norte, parcialmente destruída; e um pano de barbacã, com cubelo associado, no lado sul. A torre do lado nascente também se recorta facilmente na malha urbana, apesar de se encontrar convertida em capela privada, desde a década de 50 do século transacto (fig. 1).

O material construtivo empregue na edificação, quer da cerca, quer da barbacã, é a pedra de xisto, dando corpo a uma alvenaria irregular com argamassas de areia e cal, difíceis de distinguir numa simples análise macroscópica, até porque os sucessivos restauros dificultam

Evolução planimétrica do amuralhamento de Vinhais

essa tarefa. Além disso, estes também embaraçam a identificação de diferenças técnico-construtivas, sobretudo porque a consolidação das estruturas foi passando, nomeadamente na contemporaneidade, pelo aconchego das juntas com argamassas de areia, cimento e cal hidráulica.

Este cenário torna patente que o completo descortinar da evolução planimétrica do amuralhamento de Vinhais exige um projecto estruturado de trabalhos arqueológicos vocacionado para o estudo da temática em questão; todavia, é possível chegar, partindo dos vestígios materiais visíveis ou percepcionáveis e recorrendo às fontes escritas e gráficas modernas, a uma proposta de reconstituição dos traçados e da sua evolução, a qual passamos a apresentar em função do reconhecimento de duas fases ou grandes momentos construtivos marcantes da sua estrutura arquitectónica.

1. Fase I

A fase I do castelo de Vinhais é a correspondente à sua construção e história baixo-medieval. Aquando da concessão do Foral de 1253 aos *hominibus de vinaes* por D. Afonso III e da inquirição ao Julgado de Vinhais de 1258, não existia ainda a vila de Vinhais.

Como vimos, a sua construção poderá datar ainda do reinado de D. Afonso III (*Grande Enciclopédia...*: 207) ou ser já obra dionisina, como quer fazer crer Rui de Pina (1945: 155) na *Crónica de D. Dinis*.

A nova criação régia, verosimilmente, de finais do século XIII, afonsina ou dionisina, implicou a construção de uma cerca que se adaptou às características morfológicas do outeiro amplo e pouco acidentado que a acolheu: mantém ao longo do seu perímetro uma cota mais ao menos constante e define uma planta subcircular.

Os dados que possuímos para a reconstituição desta fase inferem-se da documentação quinhentista. A fortificação da vila nova resumiu-se à construção de uma cerca com duas portas – as actuais portas de S. Facundo e da Senhora das Portas Abertas – e um postigo. A porta de S. Facundo estava ladeada por duas torres – como se percebe de um relato de 1508 constante do fl. 4 dos *Manuscritos Antigos IV* da Câmara de Bragança (in Alves, 1910: 156-161): *estando dous cubellos que estam sobre ahuua porta da bylla que se chama de sam fagundo saos de paredes* –, tal como estaria a porta da Senhora das Portas Abertas. A cerca medieval contaria ainda com uma torre de menagem, localizada a sul da porta da Senhora das Portas Abertas, que no início do século XVI, segundo Duarte de Armas (IAN/TT, *Livro das Fortalezas*, ms. 159 da Casa Forte, fl. 131), *estava toda derybada da parte de dentro da villa*, e com mais três torres, uma a sudoeste, protegendo o postigo, outra a nascente e a última do lado norte (fig. 2).

Presumivelmente, a construção desta fortificação adopta desde logo as soluções arquitectónicas góticas inspiradas no conceito de “defesa activa” (cf. Barroca, 1990-1991: 125-126), através da inserção de torres ao longo da cerca que permitiam a defesa directa dos alicerces dos muros.

Não temos dados que nos permitam asseverar que toda esta estrutura de arquitectura bélica é fruto de uma única obra inicial – apesar de a hipótese nos parecer razoável – ou se teria recebido sucessivos contributos ao longo da Baixa Idade Média, como viria a acontecer no reinado de D. Afonso V.

Por carta de 18 de Maio de 1458, D. Afonso V dá a D. Martinho de Ataíde, Conde de Atouguia e Senhor da Vila, *lugar e licença* para edificar *huum castelo em na dita villa* que por requerimento deste deveria ser construído nas *duas tores que som sobre o cano da porta da dita villa* (IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 47v.). As torres em causa são, com certeza, as que ladeiam a porta da Senhora das Portas Abertas que tinham pela frente o

cano, ou seja, a fonte, ainda hoje presente no Arrabalde e apelidada de Fonte do Cano – a sua existência está documentada nos debuxos de Duarte de Armas (IAN/TT, *Livro das Fortalezas*, ms. 159 da Casa Forte, fl. 91 e 131), vindo a ser transformada em chafariz no século XVII por Estêvão de Mariz Sarmento (Elmano, 1934: 41). Sobre aquelas duas torres preexistentes e a porta foi, então, edificada uma torre que Duarte de Armas virá a identificar como aposento do alcaide. A obra não deveria estar ainda terminada em 1487, dado que nessa data D. João II confirma um alvará de D. Afonso V, seu pai, no qual este considera a necessidade de *sse acabar o castello dessa villa* e ordena tal tarefa a D. Martinho de Ataíde, que deveria obter dos juizes e oficiais *toda a serventia que ouver mester pera ella pagando elle os meestres* (IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 18, fl. 33), de acordo com o costume das obras por ele ordenadas.

Obras de restauro dos muros e torres, sempre necessárias, e ainda mais em tempos de instabilidade, deverão ter ocorrido amiúde. No reinado de D. Fernando, a oferta régia de 600 morabitinos velhos ao concelho e homens-bons de Vinhais para obras do concelho, datada de 21 de Março de 1372 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 104-104v.), poderá relacionar-se com esta necessidade de manter as defesas do reino em boas condições, sobretudo atendendo ao facto de Vinhais haver caído em mãos castelhanas durante a guerra de 1369-71.

2. Fase II

A segunda grande fase construtiva identificada é datável dos albores do século XVI, sabendo-se que estavam obras em curso nos derradeiros anos da primeira década.

Esta empresa decorrerá das preocupações dos monarcas D. João II e D. Manuel I em providenciarem a promoção e consolidação da defesa do reino face ao perigo castelhano, através da adaptação das fortalezas fronteiriças às exigências da pirobalística moderna. Pelo *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (IAN/TT, ms. 159 da Casa Forte, fl. 91, 92 e 131) e por documentação constante dos *Manuscritos Antigos IV* da Câmara de Bragança (in Alves, 1910: 156-161) percebe-se que nesse início de século se vivia na fortaleza de Vinhais grande afã edificativo.

No verso do fl. 3 dos *Manuscritos Antigos IV* encontra-se uma declaração de Lopo de Sousa, vedor-mor das obras, datada de 1508, na qual se diz que *agora sse correge [o muro] de binhaes e se faz de novo toda a barbacã daredor*. No fl. 4 do mesmo livro lêem-se os agravos que sentiam os *lavradores e precuradores e omees boos dos concelhos de bynhaees e lomba e ball de paaçó* por causa das obras em curso na vila de Vinhais que consistiam *emlevantar muros que estabam derybados e fazer cubellos e barreiras e outras hobras*, queixando-se, ainda, do vedor das obras da vila *que mandou desfazer os ditos cubellos [da porta de S. Facundo] e poer a pedra por cyma do muro que estava a cabo dos cubellos e com ho pezo da dyta pedra que era muyto e quayo o muro que estava bem repayrado*.

Também Duarte de Armas nos dá conta das obras que se encontravam em curso na fortaleza de Vinhais aquando da sua visita no dealbar de Quinhentos. Nas duas vistas de Vinhais que apresenta, o escudeiro de D. Manuel dá-nos conta da existência de alicerces *pera fundarem ao redor desta villa cobellos*, tal como reafirma na planta que desenhou. Refere que o cubelo que se une à barbacã no lado sul – e que ainda hoje se conserva – *he novo e nom he acabado* e que as torres que ladeiam a porta de S. Facundo *lhe parecem que nom sam bem firmes*, o que poderá estar relacionado com o episódio relatado no fl. 4 dos *Manuscritos Antigos IV*. A análise desta documentação deixa-nos a impressão de que estava em curso uma grande empreitada de restauro e adaptação da fortaleza às exigências bélicas modernas: para além da construção da barbacã com o seu cubelo provido de troneiras, planeava-se a

construção de mais sete cubos distribuídos ao longo do seu circuito, bem ritmados, de norte a sudeste. Provavelmente, este plano não terá sido integralmente concretizado, pois apenas conhecemos vestígios de mais uma dessas construções, em frente à torre nascente da porta de S. Facundo, a qual também aparece em plantas do século XVIII conjuntamente com o cubelo provido de troneiras, mas segundo o relato do *Sítio de Vinhais em 17 de julho de 1666 pelo general Pantoja* (in Alves, 1909: 99-111) deveriam ter sido construídos mais dois, uma vez que aí se diz que a *segunda muralha tem quatro tenalhas ou furaois redondos*, devendo o autor querer referir-se mais propriamente a cubelos (fig. 3).

A arquitectura do castelo de Vinhais ganha forma definitiva com esta intervenção manuelina, dando-nos uma ideia realista dela a imagem esboçada por Duarte de Armas. De acordo com os desenhos do *Livro das Fortalezas* (IAN/TT, ms. 159 da Casa Forte, fl. 91, 92 e 131), a cerca dispõe de duas entradas principais e de um postigo, para além de cinco torres, da torre de menagem e da torre que serve de aposento ao alcaide, correndo ao longo de todo o seu perímetro um caminho de ronda. A torre sudoeste posiciona-se estrategicamente para defesa do postigo e escadas que dão acesso a um ponto de água existente entre a muralha e a barbacã; duas torres ladeiam a porta do lado sul e outras duas reforçam os panos de muralha dos lados nascente e norte. Quer a torre de menagem, quer a torre que serve de aposento ao alcaide estão voltadas a noroeste, para a zona habitada exterior à fortificação. A torre de menagem tem planta rectangular, com uma entrada lateral e três pisos, cada um com seteira voltada para o espaço extramuros. Os aposentos do alcaide, de planta rectangular e entrada lateral, com uma janela voltada para o exterior e telhado de quatro águas, sobrepõem-se à porta noroeste [porta da Senhora das Portas Abertas] e às duas torres que a ladeiam. A sul, abre-se a outra porta ladeada por duas torres, designada, já no século XVI, de S. Facundo, por estar voltada para a igreja românica que tem este santo por orago. O postigo abre-se para as escadas que dão acesso à cisterna localizada na liça. A barbacã apresenta duas entradas: entre a torre de menagem e a dos aposentos do alcaide abre-se uma delas [porta de Santo António], sobre a qual foi construído um balcão saliente provido de matacães, reflectindo o carácter gótico da arquitectura; a segunda encontra-se próxima da porta sul, mas descentrada. A oeste desta entrada, posiciona-se um cubelo semicircular com duas troneiras e mais à frente, junto à cisterna, a barreira interrompe-se, inflectindo para a cerca, resguardando e reforçando a defesa daquela. No recinto, aparece um grande terreiro liberto de construções, para o qual a entrada sul dava acesso directo. As construções existentes (casas e igreja de Nossa Senhora da Assunção) concentravam-se, sobretudo, na metade noroeste do espaço amuralhado. A área envolvente da fortificação é relativamente despovoada, distinguindo-se dois pequenos bairros exteriores. Um deles, localizado a sul, é assinalado por duas casas, podendo tratar-se do bairro de Crespos; o outro, circundado por vários terrenos de cultivo, está representado por um quarteirão de construções e desenvolve-se, a poente da fortaleza, ao longo de um eixo viário, documentando o primitivo sentido da expansão urbana de Vinhais.

O castelo irá receber nos séculos seguintes obras pontuais de menor envergadura, sobretudo obras de restauro, na maioria dos casos mal documentadas. Logo em 1530, no cadastro referente ao *Numero dos moradores da comarca de Trallos Montes* diz-se que a *villa de Vinhaes he cercada e a cerca e partes derribada* (Freire, 1909: 268), aclarando a precisão de nela se proceder a trabalhos de reconstrução. Porém, será no contexto das guerras da Restauração, em meados do século XVII, que essas obras se tornarão mais necessárias, como se depreende da notícia de 1641 referente a vários donativos destinados à *reformação dos muros desta villa* (doc. in Alves, 1918: 492) ou a *fabrica dos muros de vinhais e feitio e custo das portas da dita villa* (doc. in Alves, 1918: 494).

Informações setecentistas, escritas e ilustradas, documentam a praça de Vinhais com uma estrutura arquitectónica que pouco difere da apresentada por Duarte de Armas, à excepção de algumas subtracções, nomeadamente da torre de menagem e de alguns panos da barbacã. O documento que relata o *Sítio de Vinhaes em 17 de Julho de 1666 pelo general Pantoja*, datado de 1786 e da autoria de Inácio de Moraes Sarmiento de Mariz (in Alves, 1909: 99-111), descreve em pormenor a fortaleza, reportando-se ao seu estado na segunda metade do século XVII. De acordo com esta fonte, a fortaleza dispunha de duas entradas: uma que *sahe para o Terreyro a onde acaba a ultima porta de três que tem em distancia de 15 pés de hua a outra com que melhor se fortalece a entrada que por esta parte he coaze plana; outra do lado sul, e da mesma forma duas portas com a mesma distancia e direitura de hua a outra, além de hua piquena porta falsa chamada a do sol que hoje esta tapada de pedra*. No respeitante à cerca, anota-se que *tera a sua circumferencia quinhentos e cincoenta pasos por ella se devidem sete torres de sufrivel altura: dois pares ladeando cada uma das entradas, outra torre chamada a do sonço para o nascente, outra entre este e o sul e outra para o poente*. Entre a cerca e a barreira, *serve o terreno de 15 pés que entre hua e outra medêa de foço, tendo esta quatro tenalhas ou furaois redondos em proporcionada distancia das torres do muro anterior e, sobre a entrada voltada para o terreiro, hua piquena obra cornea que do ramal do muro distava fora dois palmos cobicos com gatos de cantaria para por entre seus extremos se defender a porta com breu e materias combustiveis, e ainda com tiros de arremesso*. Com toda a probabilidade, os quatro cubelos têm origem quinhentista. Actualmente, apenas restam vestígios de dois deles, os únicos que também aparecem registados em plantas setecentistas. Do confronto destas fontes verificamos que entre a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte desaparecem dois dos cubelos noticiados, facto que poderá prender-se com as intervenções efectuadas nesta praça de guerra, durante este lapso de tempo, sob a direcção do vedor-geral António Roiz Couto que, segundo Inácio de Moraes Sarmiento de Mariz, *tudo lhe disfigurou e a poz em forma que deveria ser castigado se o não disculpace a sua reconhecida ignorancia e má ideia pois por ella se vê mais decipada*. Este documento reflecte, ainda, uma adaptação sumária da fortaleza aos parâmetros da fortificação nova ou moderna, pois nele se discrimina que *hum e outro muro são bem aterrplanados, athe os parapeitos tiverão sete ou oito peças de artilharia, as torres que antes da guerra se mandarão hir para Bragança tinha uma forte estacada e sua barbacam tem corpo de guarda, armazem e tudo o mais comcerente*.

Conhecem-se três plantas da praça de Vinhais, conservadas no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar. A *Planta da Praça de Vinhaes na Provincia de Trás-os-Montes pelo Ajude Ingenheiro Iosê Monteiro de Carvalho* é a única datada: de 1753. As outras duas, a *Planta da Praça de Vinhaes cituada na Prov^a de Trás-os-Montes por Rodrigo de Sande e Vasconcellos* e a *Planta de Vinhaes*, de autor desconhecido, pela sua semelhança com a primeira deverão corresponder, sensivelmente, à mesma época. O traçado da fortaleza que nelas se representa coincide com a descrição de Inácio de Moraes Sarmiento de Mariz, excepto no número de obras exteriores da barbacã, dado que, como referimos, só duas se representam. Documentam, ainda, que a barreira havia perdido a sua integridade, desaparecendo parcialmente em frente às torres norte e nascente.

A perda da importância militar deste castelo fez com que conhecesse um processo de degradação progressiva: foi-se encobrendo com a expansão do casario, a sua pedra foi sendo reaproveitada... até se tornar vestigial. Nos finais do século XIX, já o Abade de Miragaia (Ferreira, 1890: 1501) refere que *dos seus muros restam apenas pequenos lanços, alguns ainda com ameias*.

O castelo de Vinhais foi classificado como Monumento Nacional em 1947, pelo Decreto n.º

36383, de 28 de Junho. Nesse mesmo ano ruiu parcialmente a torre norte, permanecendo ainda amputada do seu lado nascente. Beneficiando do seu estatuto patrimonial, as ruínas do castelo recebem restauros nos anos de 1960 (trabalhos de consolidação e restauro das portas de Santo António e lado sul das muralhas), 1961 (limpeza e consolidação das muralhas), 1969 (consolidação dos restos da torre desabada), 1970 (reconstrução do troço de muralha na zona fronteira ao adro da igreja) e 1996 (consolidação, beneficiação e valorização de elementos do castelo), financiados e orientados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

A abordagem apresentada seguiu uma das possibilidades que o tema pode comportar: a análise documental. No respeitante às hipóteses de evolução planimétrica do amuralhamento da vila de Vinhais, advogamos que se torna necessário testá-las. Salvo o aparecimento de novos dados fornecidos por documentação medieval ou moderna, apenas o trabalho arqueológico futuro poderá resolver alguns aspectos menos claros. Particularizando, na sequência das propostas avançadas, julgamos da maior pertinência que os trabalhos de escavação arqueológica futuros possam: confirmar ou infirmar os traçados hipotéticos propostos, quer para a cerca, quer para a barbacã; verificar se foram construídos mais de quatro cubelos adossados à barreira, isto é, se foram concretizadas as obras em curso aquando da visita de Duarte de Armas nos inícios do século XVI, bem como localizar dois dos quatro cubelos de que há notícia segura; por último, avaliar eventuais vestígios de estruturas arqueológicas relacionadas com os cubelos cuja localização se desconhece, a torre de menagem, a torre sudoeste, o postigo, a cisterna e escadas que junto a ela existiram. Assim sendo, teria toda a pertinência a estruturação de um programa de Arqueologia urbana que possibilitasse a intervenção arqueológica nos espaços não construídos da “vila” e em todas as novas obras que impliquem revolvimento do subsolo, de forma a aperfeiçoar o conhecimento disponível acerca da história e da arquitectura das obras de fortificação, bem como da morfologia urbana do espaço que ao longo dos séculos cingiram.

figuras

fig. 1 Estruturas visíveis do castelo de Vinhais
B: barbacã; **C:** cerca; **Cc:** casa da Câmara;
Cs: cubelo sul; **Csw:** cubelo sudoeste;
Insa: igreja de Nossa Senhora da Assunção;
Pl: pelourinho; **Psf:** porta de S. Facundo;
Psa: porta de Santo António; **Pspa:** porta da Senhora das Portas Abertas; **Te:** torre este;
Tn: torre norte.



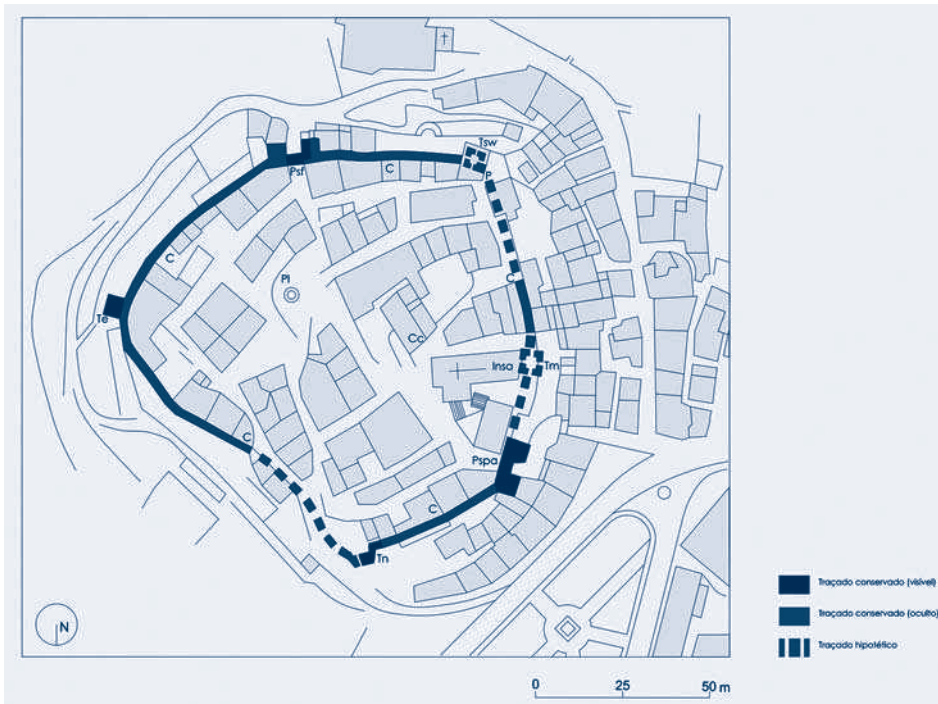


fig. 2 O castelo de Vinhais: planta da fase I.

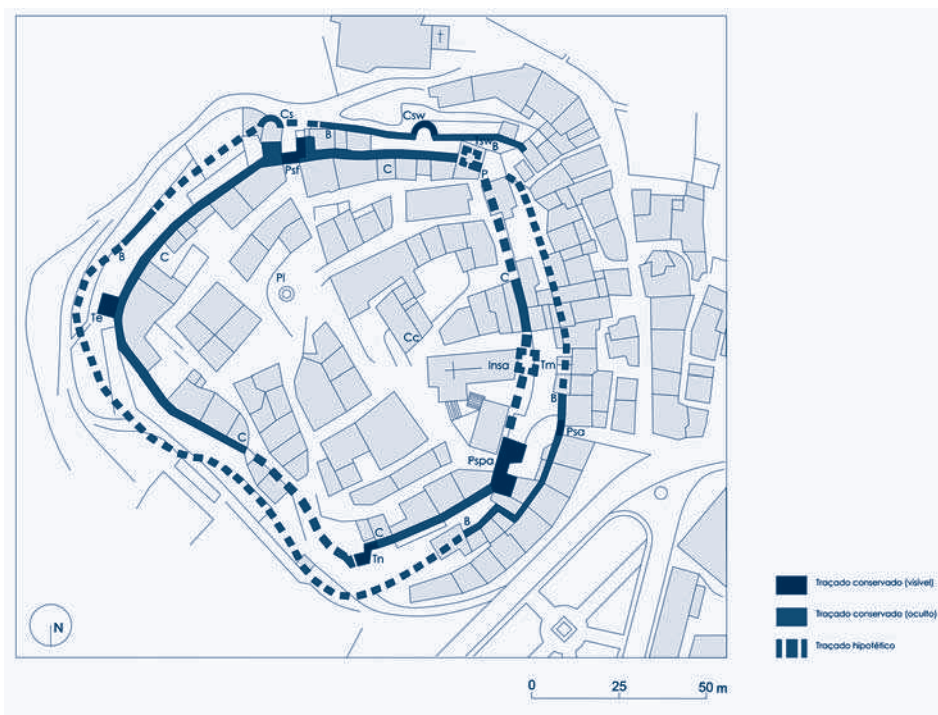


fig. 3 O castelo de Vinhais: planta da fase II.

Fontes manuscritas e cartográficas

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT):

Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 47v.
 Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 33.
 Chancelaria de D. Fernando, livro 1, fl. 104-104v.
 Livro das Fortalezas, ms. 159 da Casa Forte.

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM):

Planta da Praça de Vinhaes na Provincia de Trás-os-Montes pelo Ajude Engenheiro Iosê Monteiro de Carvalho, 1753.
 Planta da Praça de Vinhaes cituada na Prov^a de Trás-os-Montes por Rodrigo de Sande e Vasconcellos, s/d.
 Planta de Vinhaes, autor desconhecido, s/d.

Bibliografia

ALVES, F. M. (1909) – *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Tomo 1. Porto: Typ. da Empreza Guedes.

ALVES, F. M. (1910) – *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Tomo 3. Porto: Typ. da Empreza Guedes.

ALVES, F. M. (1918) – *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Tomo 4. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BARROCA, M. (1990-1991) – Do castelo da reconquista ao castelo românico: séc. IX a XII. *Portugália*. Nova série. Porto. 11-12, p. 89-136.

ELMANO (1934) – *A vila de Vinhais*. Porto: Tip. Nunes & Rocha.

FERREIRA, P. A. (1890) – Vinhais. In *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, p. 1491-1511.

FREIRE, A. B. (1909) – Povoação de Trás-os-Montes no Século XVI. *Arquivo Histórico Português*. Lisboa. 7, p. 268-269.

GALEGO, J.; DAVEAU, S. (1986) – *O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

GOMES, P. D. (1993) – *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. Porto: s. n. [tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira (s/d) – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Vol. 36: «Vinhais», p. 200-215.

MATTOSO, J. (1985) – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal*. Vol. 1: Oposição. Lisboa: Estampa.

PINA, R. de (1945) – *Crónica de D. Dinis*. Porto: Livraria Civilização-Editora.

Introdução

O resumo do estudo que agora apresentamos é o resultado dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da requalificação do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, entre os dias 6 de Agosto e 6 de Dezembro de 2001.

Os objectivos prendiam-se com a identificação, estudo, salvaguarda e valorização dos vestígios arqueológicos no espaço anexo aos edifícios dos CTT, da Câmara Municipal e da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

A entidade proponente dos referidos trabalhos foi a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Os trabalhos arqueológicos em epígrafe foram executados pela empresa Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

A direcção dos trabalhos arqueológicos ficou a cargo de António Chéney (director) e de Pedro Sobral de Carvalho (co-director).

Fizeram parte da equipa de campo João Miguel Perpétuo, Filipe João Carvalho dos Santos, Alexandre Valinho, Joaquim António Moura, Carlos Manuel Santos Rocha e um conjunto de trabalhadores auxiliares.

Em 2004, durante a realização, nos concelhos de Vila Nova Foz Côa e Meda, do “I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior”, tivemos oportunidade de apresentar de uma forma pormenorizada os resultados obtidos.

O estudo em causa está publicado na revista “Côavisão – Cultura e Ciência”, nº 7, ano de 2005, que corresponde exclusivamente às Actas do referido congresso.

O espólio arqueológico e os registos estão depositados no Museu do Ferro em Torre de Moncorvo.

1. Sondagem 1

Identificou-se um troço da cerca construída em alvenaria de xisto, com 2.40 m de largura e uma altura conservada de 1 m – U.E. [146].

Adossado a esta cerca encontra-se um enorme e robusto torreão semicircular com 8 m de diâmetro e uma altura conservada de 2 m – U.E. [144].

Esta estrutura foi edificada através da disposição de fiadas horizontais de lajes de xisto, algumas de grandes dimensões, sumariamente consolidadas com terras argilosas.

A cerca em alvenaria de xisto tem uma orientação paralela ao troço da cerca construída em granito – U.E. [142].

Este último tem uma largura de 2.60 m, e era considerado desde há muito, como sendo o troço original da cerca da vila de Torre de Moncorvo.

Construído com silhares em granito, possuem no entanto, um formato irregular.

O adarve, tem nesta zona uma largura de 2.20 m.

Esta cerca em granito, prolonga-se para o interior do castelo, tendo sido incorporada nas edificações desse espaço, nomeadamente na torre de menagem e numa outra torre de menores dimensões.

Como também é possível constatar, pertencente a esta cerca, existe uma torre rectangular – U.E. [141] que está encostada ao torreão semicircular.

É bem visível que neste ponto o adarve adaptou-se e configurou-se de acordo com o referido torreão.

A remoção de um talude, com uma cronologia recente, permitiu visualizar na íntegra, a face externa Oeste da muralha do castelo – U.E. [137].

Construído com silhares em granito, estes apresentam um conjunto de marcas de canteiro.

O aparelho é isódomo sendo perfeitamente visível duas troneiras cruzetadas.

acta 3

O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001

António Chéney

“Nenhum homem sensato teria pensado nisso”.

Michelet, Prefácio à História de França
(Bourdé e Martin, 1983: 94).

Descrição das estruturas defensivas

2. Sondagem 2

Identificou-se igualmente o troço da cerca em alvenaria de xisto.

Neste ponto, ela continua com uma largura 2.40 m e uma altura conservada de 1 m – U.E. [210].

Esta começa a flectir ligeiramente para Norte, continuando a acompanhar o trajecto da cerca em granito - U.E. [214].

Esta também continua a ter, neste ponto, uma largura de 2.60 m.

Contudo, o adarve apresenta uma largura mais reduzida, do que na sondagem anterior, nomeadamente: 2m.

De salientar a U.E. [218] que corresponde a um nível resultante da destruição da cerca em alvenaria de xisto.

3. Sondagem 3

Continuou-se a identificar a cerca em alvenaria de xisto – U.E. [312].

A largura é menor: 2.20 m.

No entanto, a altura conservada é significativa: 2 m.

De facto, nesta zona o seu estado de conservação era apreciável.

O torreão semicircular – U.E. [330] – colocado a descoberto nesta sondagem, com um diâmetro de 5.40 m e uma altura conservada de 2/3 m, é também construído em alvenaria de xisto.

Encontra-se igualmente adossado à cerca em xisto.

É de salientar que nesta sondagem foram encontrados vestígios importantes de um edifício datado do séc. XIII.

4. Sondagem 4

Os trabalhos efectuados nesta sondagem permitiram colocar principalmente a descoberto as estruturas relativas ao solar do séc. XVIII da família Carneiro de Vasconcelos.

Ainda nesta sondagem surge a cerca em alvenaria de xisto.

Nesta área a sua largura é de 2.20 m, o que nos permite adiantar que seria a largura média desta estrutura defensiva. A altura conservada é de 2 m.

5. Sondagem 5

Toda a área correspondente a esta sondagem sofreu um entulhamento maciço no séc. XIX.

Este foi o resultado da destruição do castelo o que terá provocado na altura a indignação de Alexandre Herculano.

A cerca em granito – U.E. [514] - já anteriormente identificada, surge também nesta sondagem, porque o castelo quando foi construído, incorporou-a no seu interior.

Denota-se igualmente que foi construída com silhares em granito que possuem um formato muito menos regular em comparação com o aparelho isódomo das muralhas do castelo.

Apresenta uma largura média de 2.80 m e conserva ainda uma altura de 3 m.

Das muralhas do castelo é possível visualizar as suas faces internas - U.E.s [547 e 551] - onde mais uma vez é notório os silhares graníticos, de formato essencialmente rectangular, com um aparelho isódomo bem delineado.

O miolo – U.E. [510 e 548] – é constituído por camadas de pedras de pequeno e médio porte em granito e em xisto, compactadas com argamassa e dispostas sucessivamente de uma forma linear.

A largura média da muralha é de 2.10 m, a largura máxima é de 2.60 m e altura conservada ronda os 5 m.

O paredão em blocos em granito – U.E. [515] –, que veio a ocupar o lugar do cubelo anteriormente existente, foi construído em 1869.

Os resultados obtidos com a escavação arqueológica permitem-nos verificar 3 grandes fases no castelo de Torre de Moncorvo, se exceptuarmos a ocorrida no séc. XIX, que corresponde à sua destruição.

O momento em que ocorreram é questionável.

Contudo, conjugando os vestígios arqueológicos com os documentos disponíveis, cremos que terá ocorrido do seguinte modo.

Conclusões

1. 1ª Fase (séc. XIII)

Em 1249 com a tomada de Albufeira e Porches, últimos redutos muçulmanos em território português, findava o processo da (re)conquista.

A preocupação principal, em termos militares, tornar-se-á a defesa da fronteira leste do país (Barroca, 2003: 62).

No decurso dos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, a criação de vilas de raiz, culmina numa reorganização do território de Trás-os-Montes. Estas vilas localizam-se-ão principalmente junto à fronteira, indicando uma preocupação defensiva.

A vila “será o lugar da concentração do poder” (Gomes, 1993: 171), local onde desenvolver-se-ão as actividades urbanas e a cerca que a rodeia, o símbolo desse poder efectivado com a defesa da fronteira e das populações.

Do conjunto destas novas vilas surge Torre de Moncorvo.

Em 1258 é mencionada pela primeira vez, nas Inquirições de D. Afonso III, como aldeia do termo de Santa Cruz da Vilarça.

Em 1285 recebe foral de D. Dinis herdando-lhe o termo.

A implantação de Torre de Moncorvo “num amplo esporão [permitirá delimitar] um espaço urbano muito regular” (Gomes, 1993: 184).

A vila tinha então, dois eixos longitudinais e algumas travessas perpendiculares e estaria rodeada por uma cerca em alvenaria de xisto construída no reinado de D. Dinis, aproximadamente entre 1285-1295.

Um documento de 17 de Novembro de 1295 consolida esta perspectiva quando nele registamos obras de fortificação em Torre de Moncorvo (doc. in Arquivo Histórico de Torre Moncorvo).

Sobre os torreões semi-circulares, poder-se-ia dar o caso de serem escassamente posteriores à construção da dita cerca?

Nos castelos mais antigos os torreões são acrescentados em remodelações que são efectuadas (Barroca, 2003: 109), neste caso, por estarem nitidamente adossados, podem ter sido construídos a seguir a 1296, integrados no programa de reformas após o tratado de Alcanises, numa data entre 1296-1310 (Barroca, 2003: 117).

2. 2ª Fase (séc. XIV)

Ao confrontarmos com a cerca construída em granito, verificamos que a técnica construtiva é diferente, sendo por demais evidente.

Os silhares têm um formato irregular, não apresentam marcas de canteiro e estão sobrepostos em fiadas com uma linearidade tosca (Figs. 1 e 3).

Na cerca em granito é perfeitamente visível o adarve (caminho da ronda) sendo possível observar uma pequena torre rectangular, edificada com a mesma técnica construtiva.

A existência deste troço da cerca em granito levanta um dilema.

Nesta zona, seria a edificação da cerca em alvenaria em xisto interrompida, para dar imediatamente lugar à construção do troço em granito?

Creemos que não e que a cerca em alvenaria em xisto, construída no reinado de D. Dinis, foi posteriormente aqui desmantelada.

Estaríamos assim perante um reforço da cerca, na zona mais frágil e susceptível a ataques de exércitos inimigos, nomeadamente, no acesso ao esporão.

Esta remodelação poderá ter ocorrido no reinado de D. Pedro I (1357-1367), como poderá testar um documento de 1366.

Este menciona obras de restauro efectuadas pelos habitantes de Urros e Peredo, obrigados a prestarem adua.

Competir-lhes-ia que “sservissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbaca e ajudassem aalimpar a carcova da dita vyla da torre” (doc. in Alves, 1981, IV: 277-278). Este muro iria “des ho cubo novo ataa cubo da porta do castelo” (doc. in Alves, 1981, IV: 277-278).

Creemos que o muro, referido neste documento, seja o troço da cerca em granito.

A referência explícita, da construção de uma barbaca, que em “termos gerais [é] um muro de altura mais baixa do que a muralha” (Monteiro, 1999: 86), vai ao encontro da afirmação de que seria um “elemento [inovador] do castelo gótico [associado] ao curto reinado de D. Pedro I “ (Monteiro, 2002: 661).

3. 3ª Fase (séc. XIV)

Rodeada por uma cerca em xisto com torreões semicirculares, fortalecida a Sul e parcialmente a Este por um troço edificado em granito, com torres de planta rectangular e possivelmente com quatro portas, assim se apresentava Torre de Moncorvo em vésperas das Guerras Fernandinas (1369-1371;1372-1373;1381-1382).

Em 1372, no decorrer das referidas guerras, Torre de Moncorvo é cercada sendo queimados “gram parte dos aravaldes e termhos que avyam” (doc. in Alves, 1981, IV: 285-288).

Estas guerras, resultantes da pretensão de D. Fernando em ascender ao trono de Castela, terão contribuído para que a fisionomia da cerca de Torre de Moncorvo se modificasse drasticamente.

Consequentemente, é provável que, após o cerco de 1372, fosse construído o castelo, com o intuito de fortalecer eficazmente a vila e consolidar a defesa da fronteira e da região circundante.

Num documento de 6 de Março de 1376, D. Fernando manda o ouvidor Diogo Gil a Torre de Moncorvo e este “mandou que ffizessem en ella oyto cubos mays dos que tynham em logares certos” (doc. in Alves, 1981, IV: 280-282).

Há nitidamente uma preocupação de reforço defensivo.

No mesmo documento é mencionado novamente os “oyto cubos que lhe o dito diogo gil mandou que ffezessem arredor da dita cerca para affortellegamento da dita vylla que per hy ssera mays fforte e melhor esguardada do que he e que elles faram a dita ffortaleza de pedra e call ou de canto talhado” (doc. in Alves, 1981, IV: 280-282).

Esta referência a uma fortaleza a ser construída, com as indicadas características, creemos que seja o castelo e vai ao encontro da afirmação de que “durante os reinados fernandino e joanino, houve lugar a grandes campanhas de obras de reforço e restauro de castelos e cercas urbanas [estando] sempre presente a intenção de garantir que as fortalezas estivessem equipadas com torres de menagem” (Monteiro, 2002: 662).

A obra será tão dispendiosa, que num documento de 15 de Julho de 1377, os homens bons

e o concelho de Torre de Moncorvo solicitam apoio ao rei, devido às dificuldades financeiras porque “non avyam renda tamanha pera essa obra” (doc. in Alves, 1981, IV: 283-284).

É, por conseguinte, determinado que Vila Flor e o seu termo, como também Vila Nova de Foz Côa e o seu termo, contribuam com as aduas para o término dos trabalhos, enquanto as aldeias de Urros e Maçores “que ssom termho da dita vylla da Torre de mencorvo que ssyrvham e ajudem daqui en deante en nas ditas obras da dita vylla” (doc. in Alves, 1981, IV: 283-284).

Deste modo, cremos que, conjugando os resultados arqueológicos, os documentos mencionados, bem como as características arquitectónicas, que mencionaremos imediatamente, que o castelo de Torre de Moncorvo foi mandado erguer no reinado de D. Fernando.

Localizado no extremo Sul da vila, o castelo possuía uma planta trapezoidal.

As suas muralhas foram edificadas com silhares de granito, muitos com marcas de canteiro, com um talhe regular e linear, formando fiadas sucessivamente sobrepostas, aparentando um perfeito aparelho isódomo (Figs. 2, 4 e 5).

Na face externa Oeste da muralha do castelo é possível identificar duas troneiras cruzetadas situadas numa cota baixa. Na face externa Este da muralha do castelo é também possível visualizar uma outra troneira cruzetada situada igualmente a uma cota baixa.

Estas troneiras permitiriam o acolhimento de armas de fogo.

Esta característica arquitectónica enquadra-se na afirmação de que “ao longo da segunda metade do séc. XIV, e muito especialmente durante o século XV” a arquitectura militar desenvolve-se, adaptando-se à nova realidade das armas de fogo (Monteiro, 1999: 37).

Ladeado somente por uma linha de silhares existe o miolo.

Este foi construído com fiadas sobrepostas sucessivamente, de pedras principalmente em granito e em menor número em xisto, de médias e pequenas dimensões, prensadas por argamassa.

O castelo possuía uma torre de menagem que seria de planta quadrangular e uma outra torre de menor altura que seria de planta rectangular.

Sendo mais um exemplo arquitectónico do triunfo da defesa activa, a localização da torre de menagem “torna-se [num] dispositivo solidário com o conjunto em que se integra. Desloca-se para junto da muralha, aproximando-se das zonas onde a defesa era mais sensível e difícil” (Barroca, 2003: 119).

Os dois cubelos, que estavam situados em duas extremidades do castelo, são mais uma “presença [que] o século XIV e a primeira do século XV se encarregarão de consagrar” (Monteiro, 1999: 35).

Na planta do castelo de Torre de Moncorvo, datada do séc. XIX (Chéney e Carvalho, 2005: 271) é possível averiguar que ambas as torres estavam integradas numa área destinada à habitação, sendo visível em cada uma, uma janela.

Esta função residencial será um processo delineado a partir dos finais do século XIV e no século XV (Barroca, 1990/91: 125)

Contudo, a sua função militar, a razão principal para a qual foram erguidas, não se perde (Monteiro, 2003: 167).

No entanto, para além das características arquitectónicas inovadoras mencionadas, o mais inquietante é verificarmos que, para além da técnica construtiva ser diferente, entre a muralha do castelo e a cerca em granito, esta é incorporada no castelo (Chéney e Carvalho, 2005: 265). De aparelho bem diferente, o castelo será de construção mais recente, absorvendo uma parte da cerca, de cronologia mais antiga, integrando-a no novo dispositivo defensivo, perfeitamente visível na planta do castelo de Torre de Moncorvo datada do séc. XIX e do desenho de Miguel

José Castelinho de 1815 (Chéney e Carvalho, 2005: 271).

Na verdade, as muralhas do castelo incorporam a cerca em granito.

E estão simplesmente adossadas à dita cerca, o que fragiliza profundamente a eficácia defensiva (Figs. 6 e 7).

Esta visível vulnerabilidade levanta a questão da operacionalidade e correcta concepção do castelo.

No verão de 1381, Trás-os-Montes conhece uma nova invasão castelhana, tendo sido conquistados os importantes castelos de Miranda do Douro e Mogadouro.

Entretanto, estaria o castelo de Torre de Moncorvo já terminado?

Creemos que sim, senão Torre de Moncorvo seria um alvo fácil.

De facto, pensamos que para a época e mesmo para a região, o castelo seria uma “fortaleza” possante e dissuasora.

Mas seriam as dificuldades inerentes a uma época de guerra, os problemas financeiros ou simplesmente estarmos perante um período de transição entre guerras efectuadas sem/com armas de fogo o motivo por esta concepção, que contraria um princípio primário?

Que uma muralha simplesmente adossada a uma outra é um ponto frágil e que não responde principalmente aos desafios das armas de fogo, lentamente generalizadas na Europa entre 1325 e 1449 (Monteiro, 2003: 166) e que apesar de “documentadas desde... o reinado de D. Fernando, não [implicaram] alterações significativas na fisionomia dos nossos castelo, antes dos meados do séc. XV” (Monteiro, 2003: 167).

Estamos perante a edificação de um dos primeiros castelos aptos para a guerra com armas de fogo mas ainda com uma falha arquitectónica grossa, que não teve em conta, devido a desconhecimento, do potencial demolidor da artilharia?

Concluindo, edificado entre 1372-1381, creemos que estamos perante um castelo com características arquitectónicas avançadas para a época mas com fragilidades que são evidentes perante uma artilharia de ataque que se desenvolverá em pleno séc. XV, nos “reinados de D. Afonso V e de D. João II [que] vão de 1438 a 1495” (Duarte, 2003: 364).

figuras



fig. 1



fig. 2



fig. 3

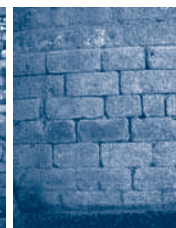


fig. 4



fig. 5



fig. 6

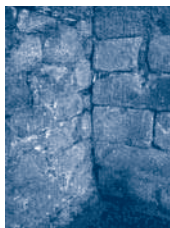


fig. 7

bibliografia

- ALMEIDA, C. A. F. (2000) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho: Desde as origens a 1220*. [Trabalho complementar para a prestação de provas de doutoramento em História de Arte, policopiado].
- ALVES, F. M. (1981) – *Memórias Arqueológicas-históricas do distrito de Bragança. Tomos II a XI*. Bragança: Museu do Abade do Baçal.
- ABREU, C. d' (2000) – *O castelo da Vila de Torre de Moncorvo (e contributos para a história da sua destruição)*. Douro: Estudos e Documentos. Porto. 5: 10, p. 73-98.
- ARMAS, D. de (2006) – *Livro das Fortalezas. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo*; Edições Inapa (fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco.
- BARROCA, M. J. (1990/1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Portugália. Porto. 11-12: Nova Série, p. 89-136.
- BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 21-162.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. (1983) – *As Escolas Históricas*. Mem Martins: Publicações Europa-América (Fórum da História).
- CARQUEJA, M. da A. (1955) – *Subsídios para uma monografia da vila de Torre de Moncorvo*. [Tese de dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUC, Coimbra, policopiado].
- CHÉNEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2001) – *Relatório Final: Sondagens e escavações arqueológicas na zona do castelo de Torre de Moncorvo*. [Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda, policopiado].
- CHÉNEY, A.; Carvalho, P. S. de (2005) – *O castelo de Torre de Moncorvo: Resultados da intervenção de 2001*. Còavisão: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, organizado entre 29 de Abril e 2 de Maio de 2004), p. 251-273.
- DUARTE, L. M. (2003) – *A marinha de guerra: A pólvora: O Norte de África*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 289-441.
- FERNANDES, I. (2001) – *Torre de Moncorvo: Município tradicional*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
- GOMES, P. D. (1993) – *O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro: Primeiras impressões e hipóteses de trabalho*. Arqueologia Medieval. Porto: Edições Afrontamento. 2, p. 171-190.

GOMES, P. D. (1998) – *Centros de povoamento: Um percurso pelas vias medievais*. In LIMA, A. C. P. S., ed. - *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-22.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, J. G. (2002) – *Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, p. 659-666.

MONTEIRO, J. G. (2003) – *De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449): Os desafios da maturidade*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Circulo de Leitores, p. 163-288.

MORENO, H. B. (1982) – *A vila de Torre de Moncorvo no reinado de D. João I*. Porto.

REBANDA, N. (1986) – *O castelo de Torre de Moncorvo na geo-estratégia do Douro Superior: Sua origem, existência e morte*, [Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional sobre o Rio Douro, policopiado].

REBANDA, N. (1988) – *Sondagens arqueológicas no castelo de Moncorvo*. [Relatório apresentado ao IPPC, policopiado].

REBANDA, N. (s./d.) – *Fortificações medievais de Torre de Moncorvo (Trás-os-Montes) – Estudo diacrónico*. [Texto policopiado].

REBANDA, Nelson (s./d.) – *Fortificações defensivas do período medieval no Sul do distrito de Bragança – Norte da Guarda: O caso de Vila Velha / Santa Cruz da Vilarça no concelho de Torre de Moncorvo*. [Texto policopiado].

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1992) – *Cerâmica medievais do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo)*. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval (Tondela de 28 a 31 de Outubro de 1992)*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 51-66.

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1998) – *Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Stª Cruz da Vilarça*, *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela de 22 a 25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela, p. 101-126.

SOUSA, F. de (1982) – *O arquivo municipal de Moncorvo*. Porto: [s.n.].

Os trabalhos arqueológicos que agora se noticiam enquadraram-se no âmbito do projecto de construção de um edifício, sito na Rua Tomás Ribeiro, nº 18 a 26 e lote contíguo em Torre de Moncorvo, tendo sido realizados entre Janeiro e Fevereiro de 2006.

O edifício encontrava-se adossado à cerca medieval de Torre de Moncorvo, inserindo-se assim na zona de protecção do Castelo, classificado como IIP Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 40 361, DG 228, de 20-10-1955. Este facto motivou a emissão de um parecer por parte do IPPAR, condicionando a execução do Projecto à apresentação de um Plano de Trabalhos Arqueológicos.

Os trabalhos que foram adjudicados à empresa *Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia e Património Lda.*, contemplavam a abertura de quatro sondagens, acompanhamento arqueológico da remoção dos rebocos que cobriam a muralha e dos desaterros necessários à execução do projecto de arquitectura. Os alçados da muralha e do torreão foram fotografados e desenhados.¹

As sondagens arqueológicas abrangeram uma área de cerca de 20 m² localizando-se três na área de implantação do projecto e a quarta no cimo do torreão.

A estratigrafia presente nas três sondagens localizadas na área de implantação do projecto resume-se apenas a uma camada de sedimentos seguidos imediatamente pelo solo geológico (xisto). Esta camada de sedimentos resultará de uma grande regularização efectuada no solo geológico que teve como objectivo o seu nivelamento para a construção do edifício. A sondagem efectuada no cimo do torreão revelou-nos um alinhamento de pedras graníticas, não argamassadas e irregulares que servem de apoio a um muro de xisto. Este alinhamento não respeita a orientação do muro de xisto, mas acompanha o alinhamento do alçado Oeste do torreão. Julgamos poder tratar-se do pavimento original deste torreão. A tipologia das pedras e a sua irregularidade são comuns às que se podem observar no outro torreão da cerca, localizado mais próximo do castelo (a Sul). Podemos ainda, relacionando com a observação do outro torreão, notar que as faces internas da muralha e do torreão, não se apresentam de aparelho tão regular e cuidado quanto a sua face exterior.

O pano de muralha posto a descoberto com a demolição dos edifícios mede cerca de 20.70m, incluindo a parte visível do torreão.

A muralha é construída em granito e assenta directamente no afloramento de xisto. A primeira fiada de silhares é composta por blocos graníticos que procuram adaptar-se aos contornos do afloramento e proporcionar às restantes fiadas uma certa regularidade.

Os silhares não são perfeitamente esquadriados nem têm o mesmo comprimento, mas procuram manter a mesma altura. O aparelho construtivo pode considerar-se pseudo-isódomo. É coroada por cinco ameias, que têm entre 1.60m e 1.80m de comprimento, aproximadamente 1 m de altura e os espaços entre elas medem cerca de 0.70m, porém nos primeiros metros da muralha elas terão sido destruídas (zona Norte).

Na zona Norte a muralha atinge cerca de 3.70m de altura acima do afloramento e na zona Sul possui 4.60m, esta diferença de cotas prende-se com o facto do afloramento perder gradualmente, de Norte para Sul, cerca de 1m de altura. Nesta medição consideramos a base das ameias e não o seu topo.

acta 4 Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo

César Guedes

¹ Os trabalhos arqueológicos foram coordenados por Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca. A direcção do trabalho de campo foi assegurada por César Guedes.

Sondagens Arqueológicas

Pano de Muralha e Torreão

Preenchendo e aproveitando o espaço entre as ameias da muralha, observamos que se procedeu à abertura de uma porta que daria acesso ao lado Este da muralha. Esta porta corresponderá ao momento em que se acrescentou ao topo da muralha um muro em xisto e que terá sido entaipada aquando da construção de um forno que se desenvolvia para o interior da cerca. A estrutura foi construída numa zona entre duas ameias, sendo perceptível uma pequena alteração no seu aparelho. Segundo Pedro Sobral de Carvalho e António Cheney, este forno terá uma cronologia do século XVIII e deve relacionar-se com o abandono do adarve (Cheney e Carvalho, 2005: 261).

O torreão destaca-se da muralha aproximadamente 3 metros na sua face voltada a Norte e cerca de 4 m na sua zona mais a Sul, prolongando-se para o interior de um edifício contíguo e deixando visível apenas cerca de 7 metros de comprimento. Apresenta na sua fiada mais alta (alçado Norte) a altura de cerca de 6 metros enquanto que na face Oeste apresenta, devido a destruição levada a cabo já no século XX, apenas aproximadamente 3.50 metros. Os seus silhares são graníticos, esquadriados e dispostos em fiadas irregulares de aparelho pseudo-isodómo.

Vestígios do Fosso

O uso de valas ou fossos como sistema defensivo é conhecido e aconselhado desde a antiguidade (Monteiro, 1999: 93). Um fosso bastante largo e profundo podia mesmo substituir, como no caso do Castro de Ovil, um sistema amuralhado (Salvador e Silva, 2000: 171). Durante a Idade Média, terá perdido alguma da sua importância, sobretudo devido ao uso da barbacã e do alambor. Tal como o fosso, a barbacã apresentava-se como uma primeira barreira e o alambor impedia (ou dificultava) o encosto de escadas e torres de assalto. De qualquer forma devemos notar que a utilização da barbacã e do alambor, não seriam impeditivas do uso do fosso.

Este tipo de estrutura conviveu de perto com a evolução das fortificações e consequentes adaptações às novas formas de fazer a guerra. Com a adaptação das estruturas militares à pirobalística e consequente redução da altura dos seus muros, o fosso tornou-se uma peça essencial na defesa das praças, circunscrevendo-as e contornando também muitos dos seus complementos avançados, como os revelins ou hornaveques.

Em época medieval, o fosso fez parte activa dos sistemas de defesa. Podemos observar o seu uso em estruturas militares do tipo mota, que terão surgido nos últimos decénios do ano Mil e prevalecido até ao século XIII (Barroca, 2003: 102). Estes montes artificiais de perfil cónico e planta circular, eram delimitados na sua periferia por um fosso e uma paliçada de madeira (Barroca, 2003: 101).

Entre nós, o fosso, a *cava* ou a *carcava* “ foi uma solução típica do séc. XIV” (Barroca, 2003: 157). Consiste na escavação de uma vala que acompanha total ou parcialmente o perímetro de uma cerca ou castelo, protegendo-o ou reforçando algumas zonas mais sensíveis, sendo um elemento exterior de protecção. Esta vala pode ser cheia com água, deixada seca ou utilizar ambas as soluções. A sua eficiência dependeria da largura e profundidade com que era escavada.

Destinado sobretudo a impedir a aproximação de pessoas e engenhos de guerra e a evitar os trabalhos de mina ou sapa, o fosso articula-se geralmente com um outro sistema defensivo de localização exterior ao castelo: a barbacã, solução bastante mais comum.

O fosso foi sobretudo usado no Centro e Sul do País, onde a implantação dos castelos em planícies era mais vulgar. No Norte granítico, os castelos e a sua cuidada implantação no terreno dispensariam muitas vezes estas estruturas (Barroca, 2003: 157).

Das poucas referências a fossos devemos realçar as que João Gouveia Monteiro enumera referindo-se à construção, feitura ou reparação destas estruturas. Este autor refere obras entre os anos de 1358 e 1450 em 17 fossos. Do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, regista a presença de cavas em quatro castelos: Mourão, Alandroal, Olivença e em Elvas e refere-nos outras cinco situações onde um curso de água natural substituiria a necessidade de um fosso (Vila Nova de Cerveira, Caminha, Barcelos e ainda Monção e Lapela) (Monteiro, 1999: 94-95). Por seu lado, Mário Barroca admite a existência de fossos em 12 debuxos de Duarte de Armas (21% do total de desenhos), todos localizados no Centro e Sul do País (Penamacor, Segura, Castelo Branco, Nisa, Monforte, Arronches, Ouguela, Campo Maior, Elvas, Olivença, Alandroal e Serpa) (Barroca, 2003: 157-158).

A estas referências documentais devemos também acrescentar uma outra, datada de 1366 onde nos é referido o tipo de trabalhos que competiam aos habitantes de Peredo e Urros, prestando “*adua*”, ou seja, que “*ssevissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbacaa e ajudassem a aalimpar a carcova da dita vyla da torre*” (Cheney e Carvalho, 2005: 269).

Este documento revela-se de extrema importância, pois informa-nos da existência de um fosso e da intenção de construir um muro e uma barbacã. Esta é a segunda referência documental que encontramos relacionada com a barbacã de Torre de Moncorvo. A primeira data de 1337 refere-nos o contrato firmado entre o procurador do Concelho e dois mestres pedreiros, com vista à construção de “*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo*”, confirmando assim a existência de uma barbacã (Abreu, 1999: 27). A segunda referência (de 1366) não confirma a existência de uma barbacã, referindo-nos apenas a obrigatoriedade dos habitantes de Peredo e Urros de ajudarem e servirem na sua construção. Não sabemos se a barbacã existente em 1337 continuaria a existir em 1366, ou se nesta data se propunha a construção de uma nova. Das intervenções arqueológicas levadas a cabo em Torre de Moncorvo, não resultaram evidências claras no que concerne à existência de uma barbacã seja ela extensa ou de porta.

Durante o acompanhamento da remoção de terras registamos uma vala que pelas suas características pensamos tratar-se de vestígios da “*carcova*” mencionada no documento de 1366.

Esta vala é escavada no afloramento de xisto e apresenta um perfil irregular, ovalado junto ao torreão, rectangular na zona central da sua extensão e no topo Norte apresenta-se com ligeiro declive. Acompanha a muralha granítica de forma paralela sendo a distância do eixo da vala à muralha de cerca de três metros. Prolonga-se desde a face Norte do torreão até ao limite Norte da área sujeita a intervenção arqueológica medindo cerca de catorze metros de comprimento e variando na sua largura entre dois metros (nos extremos) e aproximadamente três metros na zona central. Prolonga-se tanto por baixo dos edifícios a Norte, como também para Sul, sob o torreão.

Como já referimos anteriormente, o afloramento sofreu uma grande regularização. Este facto impede-nos de afirmar com segurança a profundidade e a largura original desta estrutura. Porém, podemos tentar inferir as medidas do desnível que ela criava. Partindo do embasamento da muralha e medindo até à profundidade máxima da vala, podemos dizer que no limite Norte atingiria a profundidade de 3.08 metros, ao centro, 2.78 metros e a Sul, cerca de 2 metros.

A relação dos vestígios do fosso com o torreão leva-nos a afirmar que ele é anterior à data da construção do torreão. De facto, ao observarmos o topo Sul, verificamos que o embasamento do torreão preenche, acompanha e assenta na sua escarpa.

O torreão e a muralha de granito terão sido mandados construir provavelmente no reinado

de D. Pedro I, (documento de 1366) reforçando as estruturas defensivas e dotando a vila de um muro e de uma barbacã. Do documento onde nos é fornecida esta informação, é-nos também dito que para além destas novas estruturas, era também necessário limpar a carcova da vila (Cheney e Carvalho, 2005: 269). Não seria de estranhar que a construção do torreão de granito venha sobrepor-se e inutilizar um trecho do fosso. De facto, ao analisar a muralha, observamos que a cota do afloramento desce, perdendo cerca de 1 metro até à zona onde se implanta o torreão. A construção desta estrutura reforçou a defesa da muralha numa zona mais permeável.

A distância entre os vestígios do fosso e a muralha de granito é de cerca de três metros, porém pensamos que este se articula com a cerca de xisto de D. Dinis e não com a cerca de granito existente. Assim, a distância entre o eixo do fosso e a cerca de xisto de D. Dinis será aproximadamente de 10 metros. A cerca mandada construir por D. Dinis em 1295 tem a mesma orientação e é acompanhada paralelamente pela cerca construída em granito. Esta cerca foi parcialmente exposta pela intervenção arqueológica levada a cabo em 2001 (Cheney e Carvalho, 2005: 254).

Conclusões

No que respeita aos resultados dos trabalhos arqueológicos, podemos afirmar que apenas uma sondagem nos trouxe informações pertinentes. Foi a sondagem localizada no cimo do torreão, que permitiu identificar um alinhamento em granito que julgamos poder tratar-se de vestígios do pavimento do torreão.

Os trabalhos de acompanhamento da intervenção no edificado trouxeram resultados importantes para a compreensão da fortificação, pois permitiram expor o pano de muralha com as suas ameias e o alçado Norte do Torreão. Permitiram também identificar diferentes fases de utilização da muralha, tais como a abertura de uma porta para o interior da cerca, a construção de um forno e diferentes negativos de pisos ou sobrados.

O acompanhamento da remoção de terras permitiu-nos identificar e registar dos vestígios do fosso da Cerca de Torre de Moncorvo referido no documento de 1366.

Estes resultados são animadores e por isso achamos importante que de futuro se procure definir não só a extensão do fosso e a sua orientação, mas também confirmar a existência das barbacãs mencionadas nos documentos de 1337 e 1366.

figuras

fig. 1 Carta Militar 1:25000, Folha n.º 130.

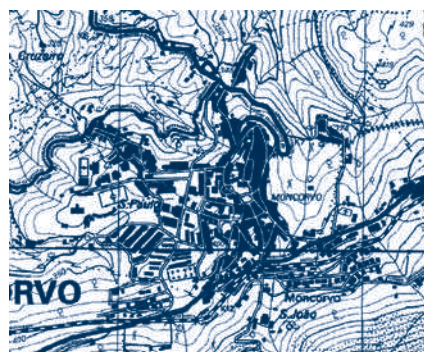
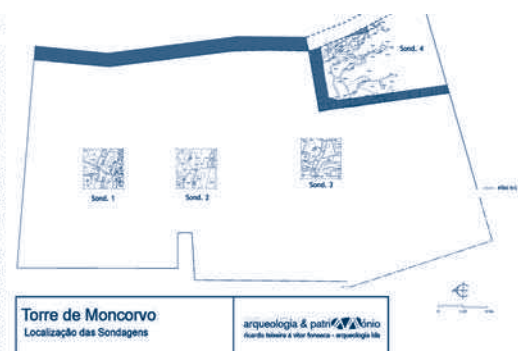


fig. 2 Planta de localização das sondagens.



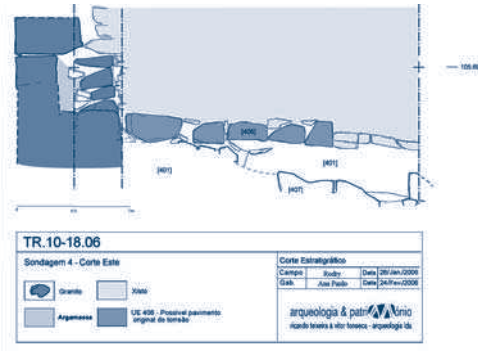
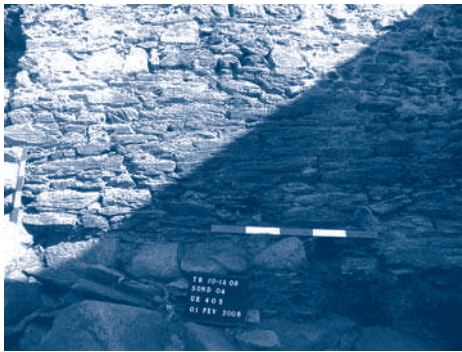


fig. 3 Alinhamento de pedras, possível pavimento original do torreão.

fig. 4 Corte Oeste da sondagem 04.

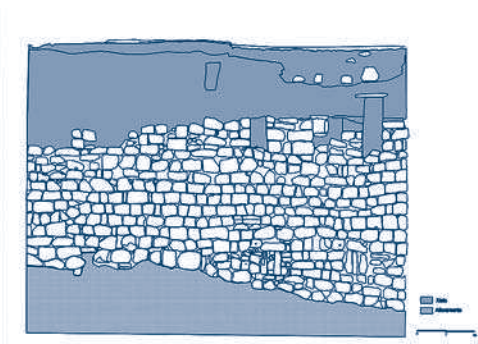


fig. 5 Pano de muralha da cerca de Torre de Moncorvo onde são visíveis ainda algumas ameias.

fig. 6 Alçado da muralha.



fig. 7 e 8 Alçados do Torreão.

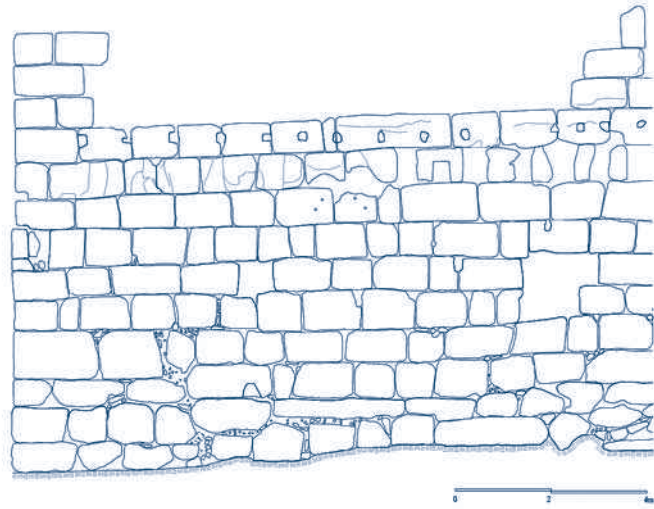
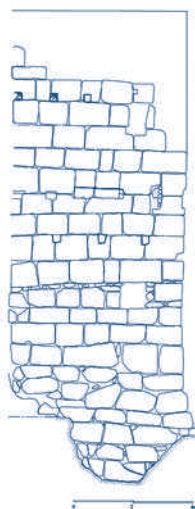


fig. 9 Alçado Norte do Torreão.

fig. 10 Alçado Oeste do Torreão.

fig. 11 Pormenor da base do torreão preenchendo o fosso.

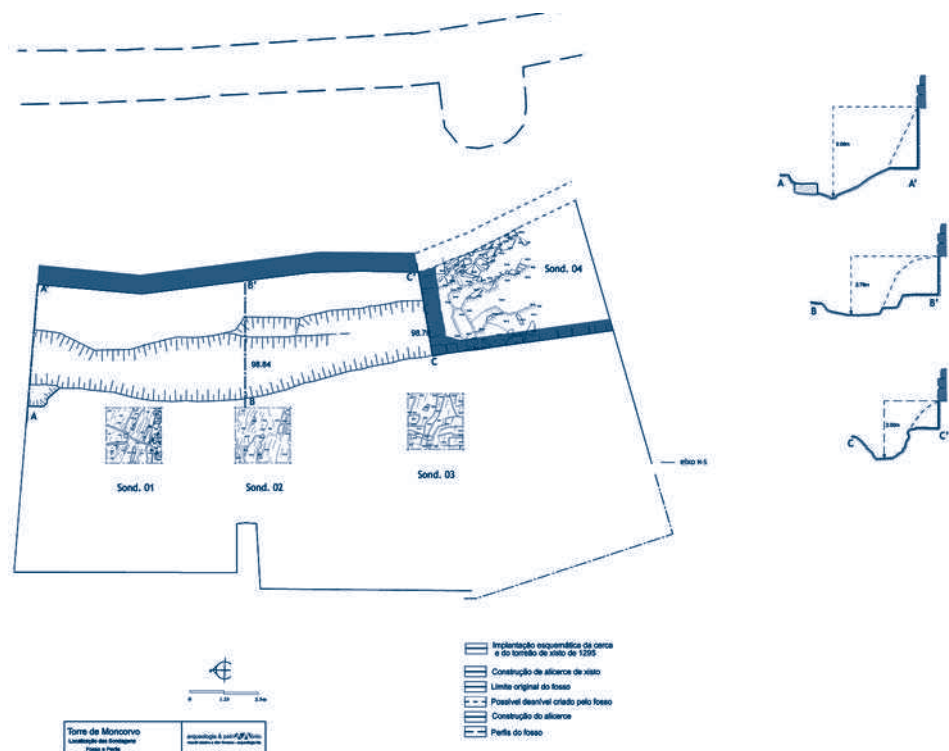
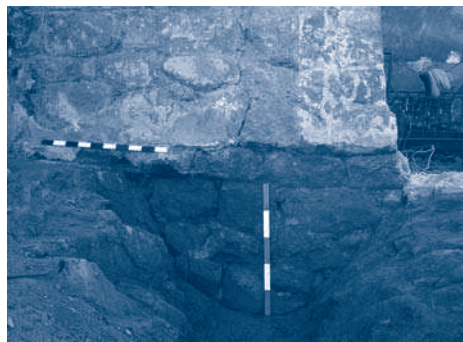


fig. 12 Localização e perfis do fosso, implantação esquemática da cerca em xisto de D. Dinis.

Bibliografia

ABREU, C. d' (1999) – *A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana*. In BARROCA, M. J. – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam. Vol. I*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 23-32.

BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis. Arquitectura Militar*. In MATTOSO, J., coord. – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

CHENEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2005) – *O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001*. Coavisão: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7, p.251-273.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra; 29).

SALVADOR, J. F.; SILVA, A. M. S. P. (2000) – *Da Descoberta do Castro de Ovil à criação de um Gabinete de Arqueologia*. Al-madan. Almada. 2.ª série. 9, p.169-173.

Resumo

Centrando-nos num espaço de transição – interface entre o litoral e o interior do Reino – onde se interpenetram realidades geográficas e históricas distintas, enunciam-se as principais transformações ocorridas entre os séculos IX e XIV no povoamento e organização dos territórios em torno dos três principais pólos que desde os tempos medievais estruturam a rede urbana regional – Chaves, Vila Real e Lamego.

Introdução

O espaço geográfico em que nos vamos centrar constitui uma faixa alongada que se estende desde o Alto-Tâmega, a Norte, até às margens do curso médio do Douro, a Sul. É, a vários títulos, uma zona de transição onde se interpenetram realidades geográficas e históricas distintas. Uma barreira orográfica constituída pelas serras do Marão e Alvão, na margem Norte, e do Montemuro, na margem oposta, separa-a do litoral e das terras do Entre-Douro-e-Minho. Mas, como porta de entrada no Alto Douro, abre-se a Leste para o interior transmontano e beirão.

Zona de transição também entre um povoamento denso, de habitat disperso, no litoral, e zonas de povoamento menos denso e habitat concentrado, no interior, nela se conjugam características dos dois modelos. A meio caminho entre a área por excelência do regime senhorial, o Entre-Douro-E-Minho, e o interior do país onde predomina a organização concelhia, o Douro Médio é uma zona de beatrias e dos chamados *concelhos imperfeitos* ou *rurais*, feitos de pequenas comunidades que tendem a conservar a sua identidade embora enquadradas de uma forma crescente pelo poder senhorial que progressivamente se estende à região.

Assim, a localização deste espaço fez dele uma área de circulação que desde cedo se materializou num conjunto de caminhos transversais que ligaram o litoral ao interior. Mas foi sobretudo uma via principal, de eixo N-S, ligada à travessia do Douro e articulada com os caminhos transversais, aquela que, ainda hoje, lhe confere alguma consistência. Numa primeira fase, em que se destacam as *civitas* de Flavias (Chaves) e Lamego - constituiu um importante corredor do avanço da “Reconquista” e da acção de presúria, marcado por uma fronteira flutuante entre as forças cristãs e muçulmanas. Depois, no período de afirmação e consolidação da nova unidade política do Reino de Portugal, desenha-se a Norte uma fronteira com Leão e Castela e ao longo daquele eixo afirmam-se os três principais núcleos urbanos que ainda hoje polarizam o povoamento da região. Cada uma destas localidades e o território adjacente possui um percurso histórico distinto. Chaves foi um importante centro administrativo romano – a cidade de *Aquae Flaviae* – que renasce com Afonso III. Vila Real representa, no antigo território de Panóias, uma fundação nova de iniciativa régia concretizada no reinado de D. Dinis. Lamego afirma-se como centro episcopal desde o período suevo-visigodo desempenhando, como cidadela fortificada, um papel importante na “Reconquista” a Sul do Douro.

No vasto período que decorre entre o momento em que as primeiras acções efectivas de “Reconquista”, empreendidas no âmbito da dinâmica expansiva da monarquia astur-leonesa, se fazem sentir neste espaço, até à formação e estabilização geo-política do Reino de Portugal, isto é, genericamente, entre a segunda metade do século IX e o final do século

acta 5

Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (sécs. IX-XIV).

Ricardo Teixeira

Etapas e modelos de organização dos territórios

XIII, ocorreram importantes transformações político-militares e também económico-sociais que tiveram profundos reflexos nas formas de conceber a ocupação e domínio do espaço, a administração do território e o conseqüente enquadramento das populações.

Numa perspectiva de síntese, propomos uma leitura geral da evolução deste espaço assente em três grandes etapas às quais correspondem, de forma prevalectente em cada época, outros tantos modelos de organização e domínio do território.

As civitates da “Reconquista” (séculos IX-X)

A segunda metade do século IX consagrou importantes transformações políticas, administrativas e militares que afectaram o território duriense. A acção “repovoadora” desencadeada pelo rei asturiano Afonso III (866-910) conduziu à presúria de várias localidades importantes, entre as quais se destacam a tomada do Porto pelo conde Vímara Peres, em 868, logo seguida também pela presúria de Chaves, feita pelo conde Odoário, em 872. Poucos anos depois, em 878, Hermenegildo Guterres conquistou Coimbra, provocando um avanço provisório da “Reconquista” até à linha do Mondego e a ocupação de Lamego e Viseu. No final do seu reinado estava definitivamente consolidado o avanço até ao Douro, o que se traduziu também, logo em seguida, na estratégica transferência, mais para Sul, da própria capital do reino Asturiano, da cidade de Oviedo para Leon.

Esta ocupação do território obedeceu e foi acompanhada de uma importante reorganização político-militar do espaço conquistado. Se bem que não se conheçam em todos os seus pormenores os contornos desta reorganização, os textos dos documentos coevos evidenciam que se tratou de uma estrutura fortemente apoiada em *civitates*, à frente das quais se encontravam condes ou delegados régios situados na dependência directa de Afonso III, um pouco à semelhança das *commissiones* asturianas e galegas e equivalente às marcas muçulmanas implantadas pelo califado nas regiões fronteiriças (BARROCA, 1990: 92; ALMEIDA, 1991: 47, 49). Assim se terão estabelecido as *civitates* de Tui, Braga, Guimarães, Seia, Coimbra e, em articulação próxima ou mais directa com o Douro, as de Portucale (Porto), Anégia (Eja, Entre-os-Rios), Santa Maria, Viseu, Lamego e Flavias (Chaves), sendo as duas últimas as que mais directamente se relacionam com a região que tratamos.

O seu processo de constituição apresenta desfasamentos quanto à data de estabelecimento, dependente do avanço da presúria, assim como na importância e extensão de cada uma destas unidades. Muitas estruturam-se tendo como centro localidades que haviam já assumido importância no período romano e suevo-visigodo, sendo algumas delas antigas sedes episcopais. Infelizmente Chaves e Lamego não dispõem de séries documentais tão antigas e completas como aquelas que permitem conhecer a *civitas* de Anégia, apontar os seus limites territoriais e seguir a sua evolução até ao desmembramento em *Terras* (LIMA, 1993). A ocupação de Chaves justifica-se por ter sido importante Município Romano (*Aquae Flaviae*) e nó viário estratégico, articulado com a passagem da via imperial que ligava Braga a Astorga, a qual transpunha o Tâmega na célebre ponte de pedra situada junto à cidade. O seu território, centrado no Alto Vale do Tâmega, constituiu também um corredor natural de circulação de eixo N-S, já materializado na viária romana (TEIXEIRA, 1996: 141) que conduzia ao Douro, o que o tornou particularmente importante no período em que as acções da “Reconquista” da monarquia asturiana se dirigiram cada vez mais para o Sul.

Os antecedentes romanos de Lamego são menos conhecidos, mas mesmo assim ainda bastante evidentes (TEIXEIRA, 1998). É no entanto a partir do período suevo-visigodo que a história da cidade emerge nas fontes escritas como importante sede episcopal. Localizada junto a uma elevação rochosa, de fácil defesa, a cidadela, com ocupação romana confirmada pelos vestígios de superfície, cedo se deve ter fortificado, exercendo o domínio sobre uma importante zona de circulação ligada quer à travessia do Douro, quer às ligações para a Beira Interior - para onde se estendeu, mais tarde, o território diocesano - e para o Sul, em direcção a Viseu e Coimbra.

Revelando uma ordenação do espaço que deve muito à memória do quadro administrativo tardo-romano e suevo-visigodo, mantido e adaptado pela estrutura eclesiástica, as *civitates* da “Reconquista”, para além de centros político-administrativos dum território, tinham uma função militar relevante que implicava um habitat fortemente fortificado. Mas a vastidão dos territórios sob o seu controlo exigia certamente a articulação com outras fortificações – castelos e torres – localizadas em pontos estratégicos, algumas das quais estarão na origem dos múltiplos castelos que veremos emergir na fase subsequente, quando se dá o desmembramento das *civitates* em *Terras*. Infelizmente, tanto ao nível da estrutura interna do habitat das *civitates* – suas dimensões, estruturas fortificadas, edifícios e organização do espaço – como da identificação e caracterização dos castelos com elas correlacionados – os textos escritos quase nada revelam, sendo também um campo em que os estudos arqueológicos pouco avançaram. É muito provável que o aproveitamento e adaptação de estruturas anteriores dos povoados tenha tido um papel muito relevante tanto na localização como na topografia urbana de cada *civitas*.

No caso de Lamego sabemos que possuiria uma fortificação importante, documentada desde, pelo menos os meados do século X. No final deste século, uma das importantes incursões militares de Almançor, dirigida a Compostela, atravessou a região, tendo ocupado o castelo de Lamego. No regresso da expedição aí terá realizado a distribuição de benesses pelos senhores que o acompanharam. Só em meados do século seguinte, em 1057, será sido posto fim definitivo ao domínio muçulmano da região, através das campanhas de Fernando Magno. Algumas das crónicas que relatam o evento realçam a resistência e a dificuldade da conquista da cidadela que se encontrava bem fortificada. A partir de 1064/1065 Lamego e o seu território ficam sob a administração do alvazir de Coimbra, D. Sesnando que deve ter promovido a organização e povoamento da região, assim como a reparação do seu castelo.

O que hoje vemos no castelo de Lamego são sobretudo os resultados das transformações românicas e góticas. No ponto mais elevado ergue-se a Torre de Menagem românica integrada num recinto amuralhado superior. Em seu redor, alongando-se pela encosta Sul da elevação desenvolve-se o povoado medieval circuitado por muralha românico-gótica com duas portas localizadas nas extremidades opostas. Mas, na cerca que integra a torre de menagem românica, identificam-se troços de aparelho construtivo mais antigo, reutilizando silhares e epígrafes romanas, juntamente com pedras que exibem o característico “talhe em cotovelo” do aparelho pré-românico. Do lado oriental, sobre a escarpa é possível também observar alguns entalhes no afloramento rochoso que indiciam um traçado diferente daquela que seria talvez a primitiva cerca do castelo. Infelizmente nunca foram realizados quaisquer estudos arqueológicos que nos possam elucidar acerca da topografia urbana alto-medieval da cidade. É provável que o espaço ocupado pela *civitas* e pela cidadela da “Reconquista” se tenha localizado em redor deste ponto mais elevado, formando talvez um perímetro sub-

circular ainda sugerido pela matriz urbana da zona. É também provável que no interior deste recinto se encontrasse localizado um templo, de que a actual capela da Senhora do Socorro poderá ser a memória, embora sem vestígios materiais que denotem antiguidade. No exterior do espaço fortificado, para Oeste, próximo de um dos acessos da cidadela, localizar-se-ia um templo que estará na origem da igreja românica de Santa Maria de Almacave. A raiz islâmica do topónimo – almocavar – significando cemitério, associada a vestígios significativos de uma das necrópoles romanas da cidade, faz supor uma origem muito antiga deste templo que poderá radicar numa basílica martirial. Outros topónimos urbanos que ainda se conservam, como Almedina e Alvorações, testemunham também traços de uma presença islâmica que permanece na obscuridade.

Cada uma destas duas *civitates* possuía um território próprio, cujos limites exactos desconhecemos mas que, se tomarmos como modelo a *civitas* Anégia, seriam certamente bastante extensos. No caso de Lamego é provável que, à semelhança da área diocesana, constituísse uma extensa faixa ao longo da margem Sul do Rio Douro. Trata-se apenas de uma suposição, já que para esse efeito não nos podemos basear nas referências documentais que aludem ao “território” de Lamego, dado que aquele termo se utilizava também na acepção de espaço diocesano.

Relativamente a Chaves o panorama não é muito diferente. Além de tardias – a primeira data de 1029 e as restantes situam-se entre 1072 e 1086 – as referências documentais são escassas e dizem sobretudo respeito a propriedades localizadas muito próximo da cidade, o que lhes retira qualquer valor informativo acerca da extensão do território flaviense, de que nos interessaria particularmente conhecer o seu limite meridional. Como vimos, esta cidade controlava um corredor de circulação potenciador das ligações para o Sul, o que nos leva a interrogar se o seu território se estendia até ao Douro ou se, pelo contrário, dada a proximidade de Lamego, esta zona marginal Norte não estaria antes integrada no território desta *civitas*. Independentemente da resolução deste problema, o certo é que nesta zona da margem Norte do Douro cedo se individualiza o extenso território de Panóias, documentado desde meados do século XI, e que se havia constituído como paróquia suevo-visigoda, e mais tarde como arcediagado da sede bracarense.

Ainda relativamente à organização do território da *civitas Flaviae* (Chaves), possuímos uma referência documental que, embora devendo ser apreciada na óptica de um discurso legitimador da “Reconquista”, elaborado cerca de cem anos depois, nos abre algumas pistas sobre as formas do povoamento e as acções que o conde asturiano responsável pela presúria da cidade aí promoveu, visando a ordenação do espaço reconquistado: “... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, In Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso qui venit in civitate Flaviae, secus fluvium Tamice, vicus et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit, atque eas certis limitibus firmavit, et terminis certis locavit, et inter utrosque habitantes divisit, et omnia ordinate atque firmate bene cuncta disposuit*” (TC: doc. 265).

A acção desenvolvida pelo conde Odoário, que os textos deste período genericamente designam por “povoar”, evidencia uma preocupação de ordem administrativa que consistiu em promover e enquadrar as populações distribuídas pelos diversos tipos de habitats, atribuindo-lhes estatutos e limites bem precisos. Além da referência aos *vici*, *civitates* e *villae*, importa-nos aqui sobretudo a dimensão inequivocamente fortificada do habitat designado por *castella*. É provável que nesta categoria se inscrevessem também alguns dos antigos castros

com ocupação tardo-romana e suevo-visigoda que, ou nunca chegaram a ser totalmente abandonados ou conheceram uma reocupação mais intensa neste período de insegurança. Do ponto de vista arqueológico, podemos documentar, num destes povoados situado junto a Chaves, indícios bastante seguros de ocupação efectiva durante este período. O local, conhecido como Crastas de Santiago, ergue-se a grande altitude, no rebordo da Serra do Brunheiro, em posição dominante e sobranceira à Veiga do Tâmega. Na plataforma superior do antigo povoado podem observar-se alguns arranjos defensivos realizados posteriormente, formando um reduto de menores dimensões. No interior deste espaço pudemos identificar alguns silhares almofadados e um ajimez pertencentes a um templo pré-românico associado a uma sepultura escavada na rocha.

Este conjunto representa, sem dúvida, um testemunho notável de ocupação de um castro proto-histórico revelado apenas por trabalhos de prospecção arqueológica de superfície. No entanto, trata-se de um exemplo, por enquanto, isolado e excepcional nesta região. Mas, o inventário e o reconhecimento de campo das sepulturas escavadas na rocha, pese embora todos os problemas de datação que ainda envolve este tipo de túmulos, pode ajudar-nos a localizar os habitats da “Reconquista”, e a compreender um pouco melhor a distribuição do povoamento neste período.

No Alto Tâmega, como nas zonas mais próximas do Douro, temos vindo a identificar vários modelos de distribuição das sepulturas, sendo um deles de provável correlação com povoados fortificados de origem proto-histórica (castros) (TEIXEIRA, 1996). Trata-se no entanto de um modelo de associação distinto daquele que registámos nas Crastas de Santiago. De facto, muitas destas sepulturas, apesar de se implantarem em sítios abertos e, por vezes, com fortes indícios de ocupação romana, encontram-se efectivamente localizadas nas proximidades, ou mesmo no sopé, de povoados fortificados. Admitindo que os habitats da “Reconquista” não se encontrariam muito afastados das respectivas necrópoles, é provável que, nalguns casos coincidam com os próprios castros. Noutras poderemos estar em presença de habitats abertos, situados nas zona baixas, junto às sepulturas, embora protegidos pela proximidade de um local fortificado, no qual populações e gado encontrariam um refúgio fácil, em caso de perigo temporário.

O período correspondente aos finais do século X e inícios do seguinte foi marcado por um forte clima de instabilidade, traduzido em profundas transformações políticas e sociais que de certa forma aceleraram o processo de implantação do regime senhorial. A conjuntura interna e externa levou a uma forte militarização da sociedade e favoreceu a acção autónoma de senhores que tenderam a afirmar-se localmente cada vez mais desvinculados das autoridades condais, entendendo exercer o seu poder não já por delegação mas por direito próprio, num ambiente também de revoltas, lutas internas e guerras civis pela sucessão ao trono. As ameaças externas parecem ter favorecido e reforçado ainda mais esta tendência. Com o apoio de alguns senhores locais, as forças muçulmanas, chefiadas por Almansor, realizaram importantes investidas, com destaque para a conquista de Coimbra, em 987, e a célebre expedição a Santiago de Compostela, em 997. As zonas costeiras foram também fustigadas por incursões normandas que levaram as populações e os senhores laicos e eclesiásticos a promoverem, por sua própria iniciativa, a organização da defesa e a construção de fortificações.

Na segunda metade do século XI a autoridade asturo-leonesa foi de certa forma restabelecida o que permitiu uma nova etapa da expansão cristã, com as campanhas de Fernando, o

As Terras e os castelos (séculos XI-XII)

Magno, a fazerem deslocar novamente a fronteira para Sul, levando à ocupação definitiva de Lamego, Viseu e Coimbra. Assistiu-se também a importantes transformações sociais, traduzidas na ascensão de determinados elementos da nobreza local, e a mudanças administrativas e militares. A antiga organização territorial baseada nas *civitates* foi progressivamente dando lugar a unidades administrativas de menor extensão, as *Terras* capitaneadas por um castelo, melhor adaptadas às novas condições geo-estratégicas da “Reconquista” e às transformações sociais entretanto registadas. O processo não foi imediato e deu certamente lugar à competição entre castelos, alguns conseguindo ascender a cabeças de *Terra*, enquanto outros entraram definitivamente em declínio, acabando mesmo por desaparecer (ALMEIDA, 1978a: 47-48; BARROCA 1990-1991: 115-119). Estas transformações traduziram-se numa consolidação do regime senhorial pelo qual os detentores de castelos e *Terras*, designados por “tenentes”, passaram a exercer uma autoridade sancionada pelo próprio rei. Estas mudanças representam também o definitivo declínio das antigas famílias condaís e a emergência dos infanções que passaram a exercer funções fiscais, judiciais e militares nos territórios que controlavam (MATTOSO, 1982: 243-244).

Não dispomos de séries documentais tão completas para esta zona do território duriense como as que permitem conhecer com certo detalhe o processo de desagregação da *civitas* Anégia em várias *Terras*, ao longo do século XI. Contudo, os elementos que possuímos apontam para a ocorrência de um processo semelhante nesta região do vale médio do Douro. Ao longo do século XI e sobretudo do século XII, em que o número de diplomas aumenta, multiplicam-se as referências que permitem identificar um número significativo de *Terras* que substituem a anterior organização estruturada em *civitates*. Na zona do Alto-Tâmega, em volta de Chaves, assinalam-se Baronceli, Montenegro, Rio Livre, Santo Estêvão de Chaves (TEIXEIRA, 1996) e um pouco mais para Sul, Aguiar da Pena (BARROCA et al., 1986). Na margem direita do Douro estruturam-se ainda os territórios de Panóias e Penaguião. Na margem Sul vamos encontrar São Martinho de Mouros, Lamego, Tarouca e Armamar. Cada uma destas unidades territoriais era capitaneada por um castelo, cabeça militar da respectiva *Terra*, embora frequentemente apoiado em torres e fortificações secundárias que ajudavam no controlo do território (TEIXEIRA, 2002). No governo destas *Terras* e na tenência dos respectivos castelos vamos encontrar alguns dos mais destacados membros das principais linhagens do século XII. Pela sua ação, a região do Douro Médio converte-se numa importante extensão ou mesmo no palco nuclear dos seus poderes senhoriais associados ao patrocínio dos principais institutos monásticos da região, onde estas famílias constituem também um vasto património fundiário.

As Vilas e os Termos (séculos XIII-XIV)

O terceiro e último “momento” que elegemos nesta abordagem é o que corresponde à afirmação e consolidação do espaço da monarquia portuguesa cuja estruturação pleno medieval expressa já um outro modelo de organização do território, com amplos reflexos na distribuição e enquadramento das populações, nas formas do habitat e também nas características e função desempenhada pelos castelos e fortificações da região. Após a fase de afirmação dos poderes senhoriais das principais linhagens, fortemente ligada ao controlo e posse de castelos, assistiu-se, entre a segunda metade do século XIII e os primeiros anos do século seguinte, a um vasto processo de reorganização territorial que deu origem à promoção de uma nova forma de habitat concentrado e fortificado, a *vila*, investida por iniciativa régia de funções de capitalidade sobre um território mais ou menos vasto, o respectivo termo. No novo modelo de organização do território cada vila recebeu geralmente como termo

uma área que podia ser coincidente com a antiga *Terra*, resultar da integração de várias destas antigas circunscrições ou do seu desmembramento. Promovido e incentivado pelos monarcas, este modelo de ordenação do espaço, que não é exclusivo e convive com outros, de natureza senhorial, com os quais se geram frequentes conflitos, adapta-se melhor a uma organização socio-política e económica em que as actividades artesanais e o desenvolvimento do comércio ganham um peso crescente. Ele reflecte também uma conjugação mútua de interesses em que o poder régio se afirma perante as comunidades de homens livres, subtraindo-os da órbita de outros poderes senhoriais, tendo como contrapartida o reconhecimento e garantia, por parte do monarca, dos direitos e organização tradicional destas comunidades. Não foi um processo simples nem linear e teve muitas cambiantes no tempo e no espaço. Nesta área duriense, os resultados foram desiguais devido a diversos factores, entre os quais o diferente peso e poder das comunidades concelhias pré-existentes, a menor ou mais intensa senhorialização laica ou eclesiástica que serviu frequentemente como obstáculo à constituição e afirmação de comunidades fortes e organizadas, ou ainda o próprio índice de ocupação do espaço, traduzido numa maior concentração ou dispersão do habitat.

Na região do Alto-Tâmega, onde se consolida a constituição da fronteira norte do Reino, afirmam-se dois centros importantes que irão polarizar a organização dos territórios baixo-medievais: as vilas fortificadas de Chaves e de Monforte de Rio Livre. Esta encontrava-se já perfeitamente estabelecida em 1273. A primeira conheceu vicissitudes que em parte desconhecemos, principalmente na fase inicial do processo, anterior a 1258. Alude-se a uma tentativa efémera de constituição de uma Póvoa de Santo Estêvão de Chaves cujos vestígios julgamos ter identificado numa área situada entre o Castelo de Santo Estêvão de Chaves e a actual cidade (TEIXEIRA, 1996; 2002). Em 1258 a vila de Chaves aparece já em coincidência topográfica com a antiga *Aquae Flaviae*, mas o seu termo era ainda extremamente reduzido, confinando-se a uma pequena faixa situada na margem direita do Tâmega, aproximadamente equivalente às actuais freguesias de Outeiro Seco, Curalha e Redondelo. É provável que a ampliação do termo se tenha verificado ainda no reinado de D. Afonso III, integrando-se nele o território de Montenegro – que ainda aparece com autonomia em 1258. Porém só no reinado seguinte, em 1304, ficará o território de Montenegro definitivamente integrado no termo de Chaves, após um período de conflitos e negociações que acabou por inviabilizar o sucesso de uma vila urbana que chegou a estar criada naquele espaço – Vila Boa de Montenegro. A partir de então Chaves irá afirmar-se cada vez mais como fortificação avançada – e mais tarde como praça-forte – situada na primeira linha de uma fronteira que a monarquia portuguesa pretendia consolidar.

Imediatamente a Sul, na antiga Terra de Aguiar da Pena não se assiste à fundação de qualquer vila fortificada. Pelo contrário, a reorganização deste território e do seu povoamento desenvolvia-se desde os inícios do século XIII através da concessão régia de forais e aforamentos colectivos, que se intensificam com Afonso III (BARROCA, 1986: 46). A tentativa de enquadramento, por parte do monarca, das pequenas comunidades desta região, parece ter privilegiado estrategicamente as localidades onde não possuía a maioria das terras ou aquelas que se inseriam no importante eixo de comunicação entre Chaves e o Douro (BARROCA, 1986: 47-48).

No entanto, o modelo de organização do espaço deste território apresentava, como veremos mais adiante, algumas semelhanças com o da Terra de Panóias. É que, se por um lado a cabeça militar do território se encontra corporizada num castelo cuja localização, por

motivos estratégicos, se encontra descentrada do território, por outro, a sede civil, e de certa forma económica, encontrava-se reunida num povoado aberto situado em plena veiga – a vila de Jugal. Documentada desde os finais do século XI, esta localidade beneficiava da sua localização numa portela natural onde se cruzavam as duas mais importantes vias que atravessavam a região: a já referida via de Chaves para o Douro e a que de Guimarães se dirigia a Bragança. Local de feira, aí se encontravam também as medidas padrão usadas na Terra de Aguiar, às quais os diplomas insistentemente se referem.

Ao longo do século XIII assiste-se já a um declínio efectivo da importância militar do Castelo de Aguiar o qual, como Mário Barroca salientou, se converte em “castelo de segunda linha”. A tendência encontra-se bem expressa na diminuição dos encargos das populações de Aguiar para com o castelo, registada entre 1220 e 1258. Em simultâneo surgem também obrigações novas para com o Castelo de Chaves, valorizado como castelo fronteiriço de primeira linha (BARROCA, 1986: 60). O abandono definitivo do castelo de Aguiar só deve ter ocorrido no final do século XV, data em que Jugal, cujo nome se alterara, ainda no decurso do século XIV, para Vila Pouca de Aguiar, se assumia, de há muito, como pólo principal do território.

Mais próximo do Douro, na Terra de Panóias, a reorganização do território ocorre também por intervenção directa do Monarca. Nesta vasta circunscrição assiste-se ao desmembramento e autonomia de multiplicidade de comunidades que nas inquirições de 1220 integravam a Terra de Panóias e que em 1258 surgem já como julgados próprios, constituindo-se como concelhos autónomos – o que acontece sobretudo na área leste, em Murça e Noura, Abreiro, Alijó, Favaios e Jales. Em paralelo com esta tendência de desmembramento e autonomização de parcelas do antigo território de Panóias, ocorre um movimento contrário, de iniciativa régia, de tentativa de constituição de um novo pólo que centralizasse funções políticas, administrativas e militares da restante área de Panóias. A iniciativa, que remonta ao reinado de Sancho II, encontra eco nos depoimentos de várias testemunhas inquiridas em 1258. Mas, a Póvoa da Ponte de Panóias, como era designada a nova localidade, acabou por não vingar, tornando-se um sítio ermo, como informam as referidas testemunhas. Na freguesia de Mouçós, existe ainda actualmente a aldeia de Ponte, mas o local de implantação da póvoa medieval, situa-se um pouco para noroeste, num outeiro sobranceiro ao Rio Corgo, próximo da igreja da Senhora de Guadalupe (AZEVEDO, 1890: 17). Como geralmente acontece em elevações que tiveram povoamento antigo, o local encontra-se sacralizado por uma capela. Porém, os vestígios que aí se detectam, nomeadamente restos de amuralhamentos e muita cerâmica que pudemos observar, remetem-nos essencialmente para uma ocupação bem mais antiga, do período proto-histórico. A implantação da póvoa medieval neste sítio deve ter tido muito curta duração, não parecendo ter deixado marcas muito evidentes. É de qualquer modo recorrente este fenómeno de eleição de locais já amuralhados, embora arruinados, de antigos povoados proto-históricos para implantar na Idade Média muitas das vilas novas fortificadas, como ocorreu em Montenegro (TEIXEIRA, 1996) e em Tarouca (TEIXEIRA, 2002). Nos reinados seguintes prosseguem as iniciativas régias tendentes à fundação duma póvoa na Terra de Panóias. Afonso III confere-lhe foral em 1272, sendo já então designada como Vila Real, mas as dificuldades do projecto arrastam-no para o reinado de D. Dinis, no qual, após um primeiro foral de 1289, se consegue finalmente a fundação de Vila Real segundo novos diplomas concedidos em 1293 e 1304 (AZEVEDO, 1890; SOUSA e GONÇALVES, 1987: 23-35). Desta forma e a partir de então, Vila Real, implantada num remate de esporão na confluência dos rios Corgo e Cabril, assumia-se definitivamente como o centro do antigo território de Panóias.

Na Terra de Penaguão a evolução que conduz do território polarizado e capitaneado por um castelo até à sua organização baixo-medieval, não deu origem à fundação ou promoção de qualquer centro urbano fortificado. Pelo contrário, afirmam-se uma multiplicidade de pequenas unidades concelhias de organização incipiente. Para isso terá contribuído não só a intensa senhorialização desta área mas também a forte dispersão do povoamento, traduzidos numa característica organização do espaço em que cada um dos pequenos concelhos, composto por vários “lugares”, não possuiu sequer um povoado ou núcleo urbano cabeça do concelho. Tal como se evidencia ainda no Numeramento realizado nos inícios do século XVI, a população que se encontra dispersa pelo território reúne-se e realiza o concílio em locais ermos situados nos limites entre os vários lugares que constituem a área concelhia. Apenas o exemplo de Mesão Frio parece contrariar um pouco esta tendência. Mesmo assim, este burgo, essencialmente ligado às actividades mercantis e à passagem de uma via importante, estabelece-se com uma organização que poderíamos designar de urbana, mas de urbanismo incipiente, de tipo linear, ligado à via, formando um núcleo de *habitat* mesmo assim partilhado por duas comunidades com enquadramento paroquial distinto – S. Nicolau e Santa Cristina.

A Sul do Douro, na região em volta de Lamego, onde a senhorialização e a dispersão do *habitat* são também intensas, assiste-se a uma tentativa falhada de constituição de uma póvoa na Terra de Tarouca – a vila de Castro Rei. Em 1258, o texto das Inquirições revela-nos um aglomerado constituído em torno do antigo castelo. Mas, uns anos mais tarde, em 1262, promove-se e incentiva-se a formação de uma nova povoação que deveria encabeçar o território de Tarouca. A iniciativa, que se deve a D. Afonso III, expressa-se no foral que é dirigido aos “*populatoribus de mea popula de Terra de Tarouca que vocatur Castro Rey*”. O novo povoado, oficialmente referido nos diplomas da época com a designação de “Castro Rei”, localizar-se-ia no conhecido monte de Santa Bárbara, junto à actual aldeia de Dalvares, (FERNANDES, 1970: 57-64), onde se detectam amuralhamentos e vestígios de ocupação pré-romana (TEIXEIRA, 2002). Por razões que se desconhecem, a ocupação desta “*popula sive Castro*” não chegou a concretizar-se, ou foi efémera. O insucesso patenteia-se cerca de uma década depois, em 1273, quando o concelho de Tarouca permuta propriedades com o prelado da igreja de S. Pedro, recebendo dele uma vinha no caminho de “Memoiral” e Mondim para aí fazer a vila nova, “*en a qual vina nós conzelo queremos fazer a villa*” (FERNANDES, 1970: 64). Uma vez mais se tratou de uma iniciativa gorada. Com o passar do tempo, o nome de Castro Rei, utilizado como designação oficial a par do nome antigo da terra – Tarouca – foi caindo em desuso, perdendo-se-lhe o rasto a partir do 3º quartel do século XIV. A vila de Tarouca desenvolvia-se e mantinha-se assim, de uma forma orgânica, polarizada entre o Castelo e a nova Igreja de S. Pedro, como se verifica pelo texto das Inquirições realizadas em 1288.

Finalmente, em relação a Lamego, diremos que representa um caso singular de longa permanência topográfica do aglomerado urbano. Com o seu estatuto de cidade episcopal e cidadela fortificada, afirma-se ao longo dos séculos XII e XIII como o principal núcleo urbano da região.

A sua estrutura apresenta um urbanismo polinuclearizado associado também a diferentes estatutos jurídico-administrativos da sua população. Na zona elevada, em volta do castelo, desenvolve-se a cidadela circuitada por muralha românica e gótica. Esse espaço intra-muros confina o domínio da comunidade urbana que constitui o concelho. Na zona baixa, no sopé do castelo, na outra margem da Ribeira de Coura, desenvolve-se o núcleo episcopal, com couto próprio. Ainda fora de portas, na zona intermédia, desenvolve-se o núcleo cada vez mais ligado às actividades artesanais e comerciais, onde se integra uma forte comunidade judaica.

figuras

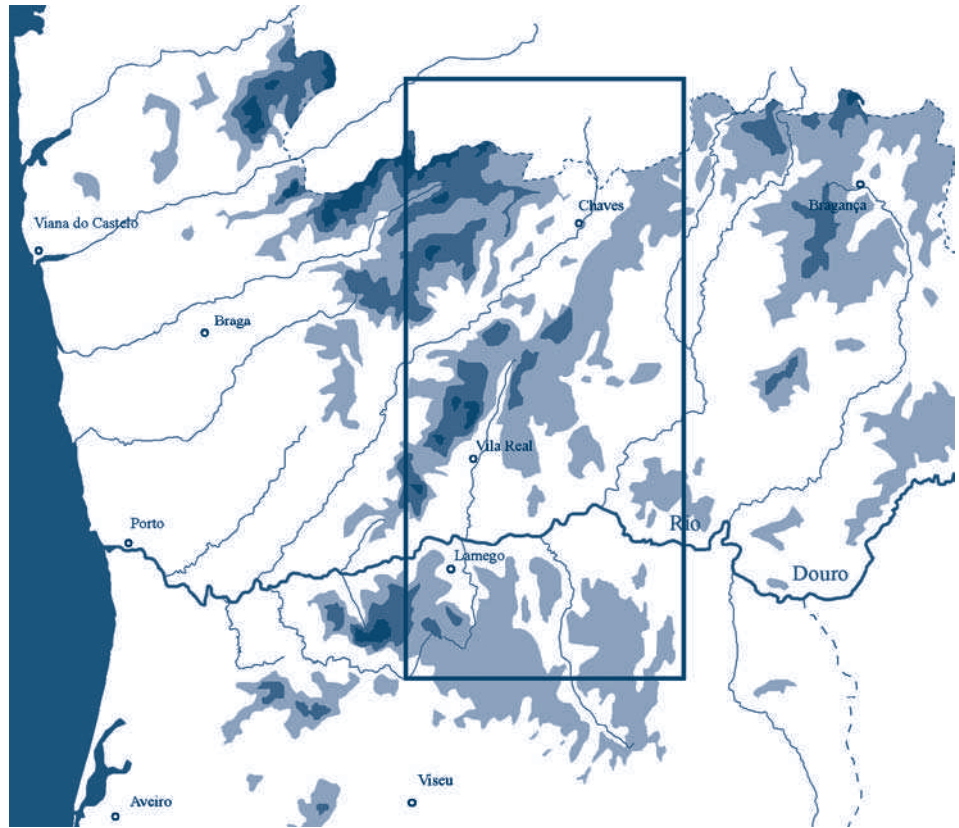


fig. 1 Localização da área em estudo.

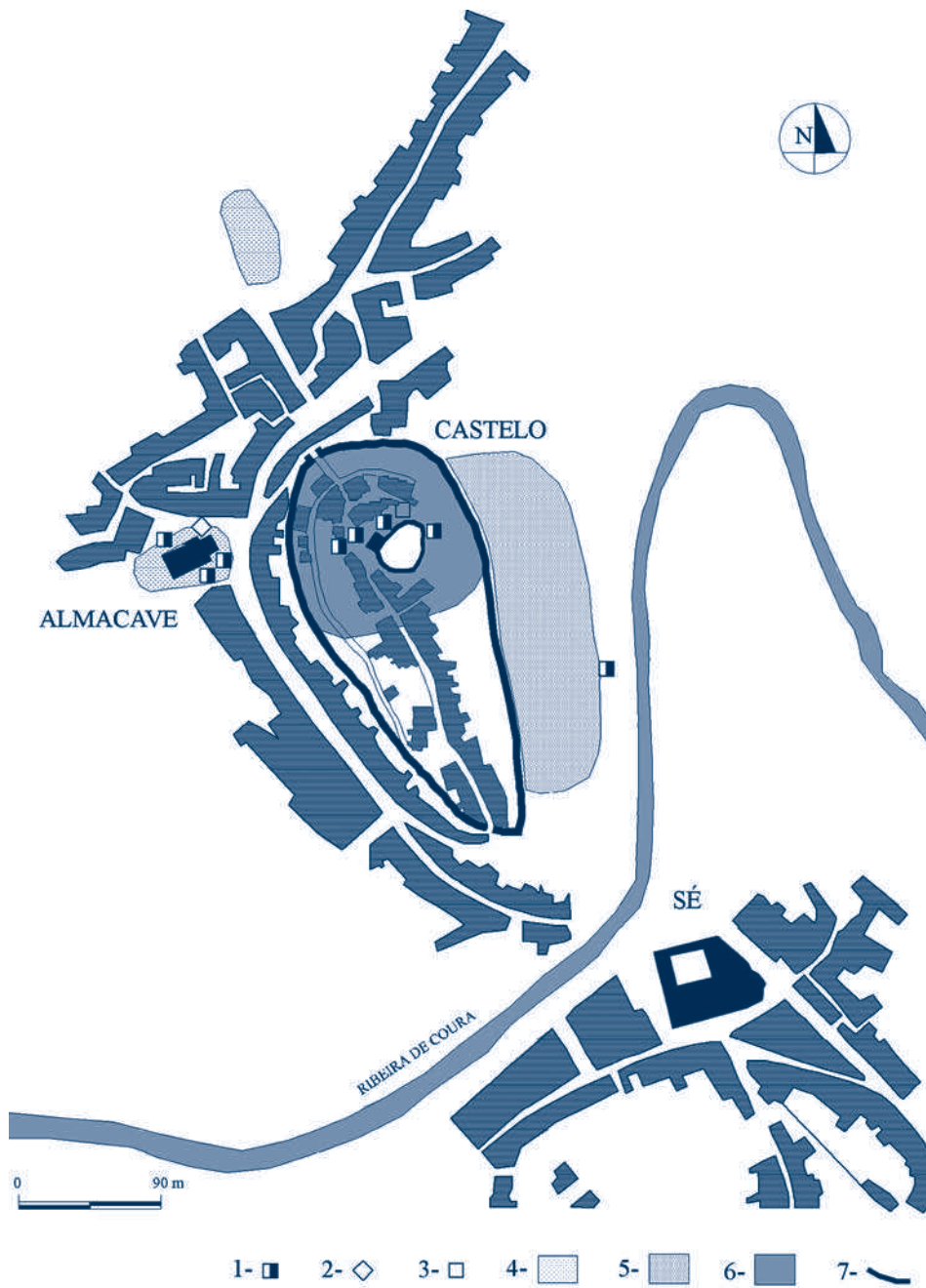


fig. 2 Lamego. Da ocupação romana à cidade episcopal da Baixa Idade Média.

Vestígios romanos:

1. Epígrafe funerária;
2. Estatuária;
3. outros elementos;
4. Necrópole;
5. Concentração de vestígios à superfície.

Da “Reconquista” à Baixa Idade Média:

6. área provável da civitas;
7. Castelo e cerca urbana medievais.

fig. 3 Alto-Tâmega. Sarcófagos alto-medievais, Sepulturas rupestres e Vestígios de templos Pré-românicos.

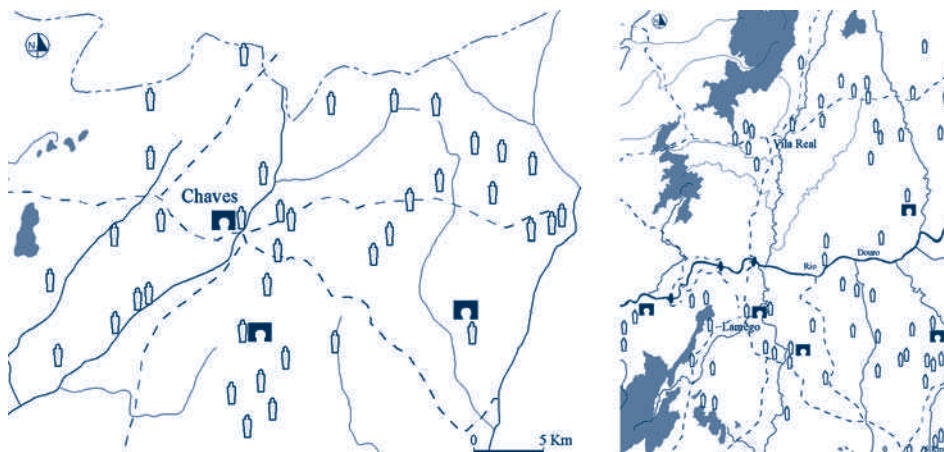


fig. 4 Douro. Sarcófagos alto-medievais, Sepulturas rupestres e Vestígios de templos Pré-românicos.

fig. 5 Alto-Tâmega. Fortificações e Castelos cabeça-de-Terra (Sécs. XI-XII).



fig. 6 Alto-Tâmega. Vilas urbanas fortificadas (Sécs. XIII-XIV).

Vila de fundação régia (quadrado negro).
Vilas novas cuja fundação não teve sucesso (quadrados cinzentos).

fig. 7 Douro. Fortificações e Castelos cabeça-de-Terra (Sécs. XI-XII).

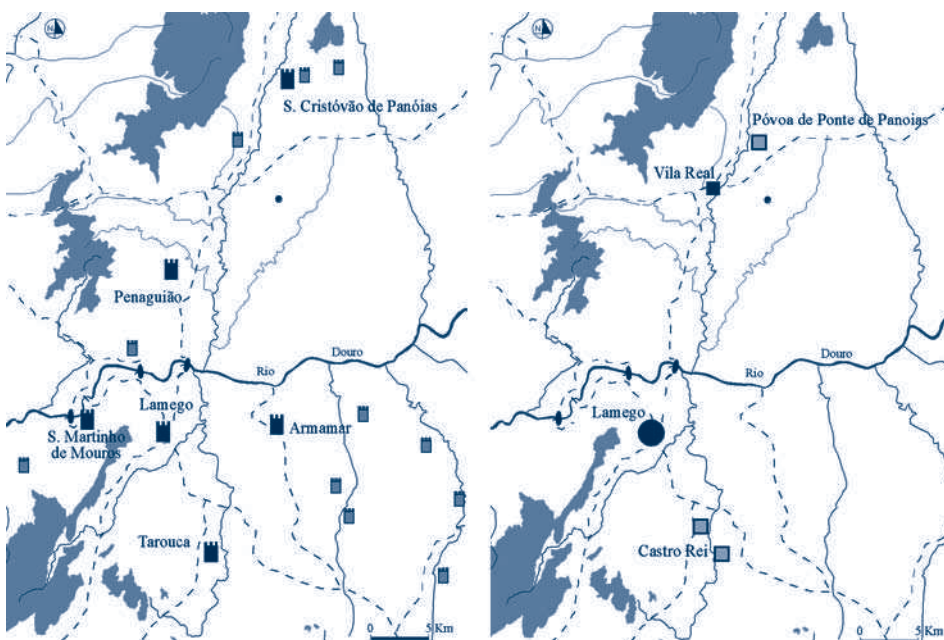


fig. 8 Douro. Vilas urbanas fortificadas (Sécs. XIII-XIV).

Cidade episcopal (círculo negro); Vila de fundação régia (quadrado negro); Vilas novas cuja fundação não teve sucesso (quadrados cinzentos).

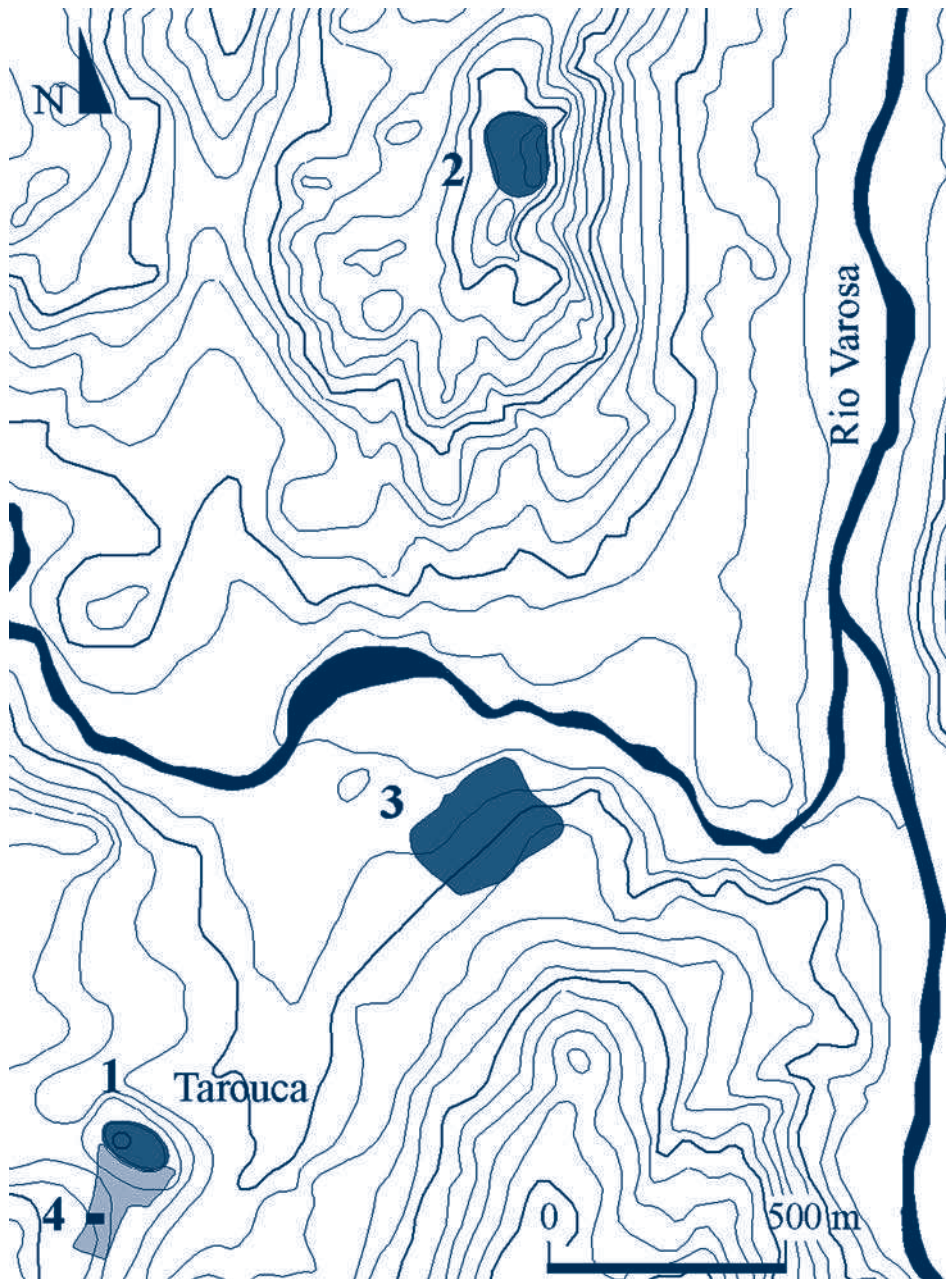


fig. 9 O Castelo e a Vila de Tarouca. (Sécs. XI-XIV).

- 1. Castelo de Tarouca;
- 2. e 3. Locais sucessivamente escolhidos para acolherem a fundação régia da Vila de Castro Rei;
- 4. Área entre o Castelo e a Igreja de S. Pedro, onde acabou por se desenvolver, de uma forma orgânica, a Vila de Tarouca.

Bibliografia

Fontes documentais

DMP-DR, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*. ed. de Rui de Azevedo, vol. 1, Lisboa, 1958; vol. 2 (Aditamentos, Fontes e Índices), Lisboa, 1962.

LIBER FIDEI, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. de Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, Assembleia Distrital de Braga, 1965 (vol. I), 1978 (vol. II), 1990 (vol. III).

PMH-DC, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Diplomata et Chartae*. Lisboa, Academia das Ciências, 1867.

PMH-INQ, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones*. 9 fasc., Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1897.

PMH-LC, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Leges et Consuetudines*. Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868.

TC, *O Tombo de Celanova: estudio introductorio, edición e índices (ss.IX-XII)*. ed. José Miguel Andrade Cernadas. Fontes Documentais para a Historia de Galicia. 2 vols. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1995.

DOC. SANCHO I, Documentos de D. Sancho I (1174-1211). ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira -1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.

Estudos

ALMEIDA, C. A. F. de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Tese complementar de doutoramento].

ALMEIDA, C. A. F. de (1991) – *Castelos e cercas medievais: Séculos X a XIII*. In MOREIRA, R., dir. – *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, p.38-54.

AZEVEDO, J. A. A. de (1890) – *Origens de Villa Real (Protohistoria Portuguêsa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BARROCA, M. J. (1990-1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XIII)*. Revista Portugália. Porto. Nova série. 11-12, p.89-136.

BARROCA, M. J.; MORAIS, A. J. C. (1985-1986) – *A Terra e o castelo: Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*. Portugália. Porto. Nova série. 6-7, p.35-87.

COSTA, A. de J. da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FERNANDES, A. de A. (1970) – *Esparsos de História (sécs. XII e XIII)*. Porto: [s.n.].

GOMES, P. J. A. D. (1993) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)* [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

LIMA, A. M. de C. (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro: séc. IX-XII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Dissertação de Mestrado em Arqueologia].

MATTOSO, J. (1982) – *Ricos-Homens: Infanções e Cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & C.^a.

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real; Câmara Municipal de Vila Real.

TEIXEIRA, R. (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves: Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado].

TEIXEIRA, Ricardo (1998) – *Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão*. Douro - Estudos & Documentos. Porto: GEHVID. 3: 5, p. 11-28.

TEIXEIRA, Ricardo (2002) – *Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro – sécs. IX-XIV*. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, p. 463-476.

acta 6

As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real

Lídia Baptista

(Arqueóloga, Colaboradora da Arqueologia & Património)

“A conservação dos vestígios, sejam eles quais forem, apresenta pois sempre uma dimensão funerária, ou seja, no fundo, uma função de protecção dos vivos. Trata-se sempre de gerir um espaço e de organizar práticas que retenham nele tudo o que possa exceder os limites da vida: memória, discursos, história, obras, objectos.”

(Guillaume, 2003: 90)

Introdução

Os trabalhos arqueológicos na Vila Velha de Vila Real foram realizados no âmbito do Programa Polis para aquela cidade. Foram executados em várias fases do projecto, iniciados com sondagens prévias de avaliação, que condicionariam os projectos de reabilitação do espaço urbano da Vila Velha e de musealização de contextos arqueológicos considerados importantes.

Além destas sondagens prévias, o acompanhamento arqueológico da obra de reabilitação do espaço urbano da vila velha veio pôr a descoberto muitos mais dados relevantes sobre a ocupação deste esporão sobranceiro ao rio Corgo.

Este trabalho tenta apresentar de forma sucinta os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados, que se encontram ainda numa fase inicial de estudo.

Os trabalhos arqueológicos visavam esclarecer, fundamentalmente, quatro pontos cruciais: a cerca medieval, as portas da vila medieval, o traçado urbano medieval e a ocupação pré-histórica.

Enquadramento Histórico

A fundação de Vila Real no reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII, culmina num longo processo iniciado por D. Sancho II, que visava a constituição de um centro urbano como cabeça da Terra de Panóias.

A primeira tentativa para a fundação de “Vila Real” data do reinado de D. Sancho II, com o objectivo de agregar num local mais central a população de uma área mais vasta. A Póvoa da Ponte de Panóias, como seria chamada essa localidade, não vingou como referem testemunhas inquiridas em 1258.

A 7 de Dezembro de 1272, D. Afonso III, concedeu carta de foro para povoamento de Villa Real de Terra de Panoyas. Mas não foi suficientemente atractivo para a população devido as exigências de rendas altas.

Assim, a 4 de Janeiro de 1289, D. Dinis, passa nova carta de foro a Vila Real. Deste foral destaca-se o número elevado de povoadores a que o rei aspirava para a sua nova vila, o facto de que o caminho que seguia de Panóias a Amarante, passaria daí em diante por Vila Real. Contudo esta carta não surtiu o efeito desejado, e em 1293 D. Dinis passa nova carta de foral a 24 de Fevereiro. Deste novo foral destaca-se: a redução do número de povoadores para 500, metade do exigido no foral anterior; o facto do rei se referir ao “Castelo” de Vila Real, por diversas vezes e quase no fim do diploma fazer referência a “e eu devo fazer o muro da vila bõa e cerca la toda”; o facto de ter passado o poder judicial de Constantim para Vila Real. A referência a castelo de Vila Real neste documento levanta várias questões sobre o espaço da Vila Velha: seria apenas pela sua localização, um promontório entre rios com escarpas naturais que faziam do local um espaço protegido por natureza à excepção da sua vertente Norte?; ou existiriam estruturas de casas ou muralhas de uma ocupação anterior do local? Se não existiam, haveria a memória colectiva dessa ocupação que levasse o monarca a referir-se ao Castelo de Vila Real em 1293?

O que é facto é que locais com ocupação anterior são conhecidos por este topónimo e que o rei D. Dinis o atribui a esta vila em formação.

Quanto à referência a propósito da cerca “e eu devo fazer o muro da vila bõa e cerca la toda”, sabe-se, no entanto, que a sua construção/conclusão foi demorada. Em 1304 se encontra uma referência em que D. Dinis ficava de “lhys fazer o muro em esse vila quando o poder fazer querendo deus”.

Sabemos também que no final desse século os trabalhos de construção estavam não só concluídos como já a necessitar de obras de reparação.

Em 1395, o rei ordena que sejam reparados os muros da vila em alguns dos seus pontos, cedendo, para o efeito, pedra do Alcácer (Monteiro, 1999: 135).

A igreja de S. Dinis já existia em 1297, ano em que D. Dinis a doou ao mosteiro de Pombeiro. No entanto só em data posterior a 1320 terá adquirido o estatuto e autonomia como sede paroquial.

Adossada à igreja de S. Dinis, é construída a capela de S. Brás, do lado da Epístola, em posição frontal. Trata-se de uma capela funerária cuja construção parece remontar ao século XIV.

Em 1369, D. Fernando ordena que todos os oficiais e mestrais de Vila Real morassem no interior da cerca a qual estava demasiado despovoada (Monteiro, 1999: 229).

A vila começa ainda no século XIV a transferir-se para Norte, esta transferência ganha maior importância com a construção do mosteiro de S. Domingos nos inícios do século XV.

Em 1677, a vila intra-muros, contava com menos de 10 moradores e uma vez mais, numa tentativa de evitar o despovoamento total, confirmam-se-lhe os privilégios e isenções.

No século XIX com a demolição das muralhas, construção do cemitério e mais recentemente, as constantes demolições dos restantes edifícios dificultam a percepção exacta do traçado urbano medieval.

Já no século XX, este espaço sofreu mais alterações, com a demolição de casas e nivelamento do espaço, sendo utilizado como parque de estacionamento antes do início dos trabalhos.

No espaço intra-muros, ainda hoje se percebe alguns eixos do cadastro regular medieval organizado em blocos rectangulares (Gomes, 1993: 180) e foi baseado nestes eixos e na intervenção arqueológica realizada pelo IPPAR em 1995, junto ao Liceu Camilo Castelo Branco, onde foram detectadas estruturas medievais e níveis pré-históricos, que se realizou um plano de Pormenor da Vila Velha para os trabalhos integrados no Programa Polis de Vila Real.

A cerca medieval teria três portas de acesso ao seu interior: a porta principal, a Norte, conhecida entre os vila-realenses como as “Portas da Vila”, com dois torreões a flanqueá-la; uma porta a Sul; e uma porta a Oeste conhecida pela “Porta Franca”, também ela com uma torre a protegê-la.

O recinto da muralha apresenta uma planta ovalada, embora hoje em dia só seja visível a muralha medieval, na encosta Sudoeste, virada ao rio Cabril. Trata-se de um aparelho em silhares graníticos bem aparelhados, de típica construção medieval (Figs. 1 e 2).

A realização de uma sondagem na face interna da muralha nesta área revelou o mesmo tipo de aparelho. Na vertente Oeste, contrariamente, a escavação no interior do recinto amuralhado mostrou um aparelho irregular com pedras de granito, à qual estão associados níveis da idade do Ferro que lhe encostam e estão por baixo (Fig. 3).

Na área Norte, onde incidiram o maior volume de trabalhos de escavação durante a fase de sondagens prévias, detectou-se parte da Muralha, que se estendia para leste (Fig. 4). Posteriormente, já em fase de acompanhamento arqueológico colocou-se a descoberto o restante pano da muralha e um torreão a leste, onde se perde o traçado da muralha, que devia inflectir para sul (Fig. 5).

Os Resultados

A detecção destes novos elementos arquitectónicos, a muralha e o torreão leste, levou à execução de trabalhos arqueológicos no seu topo e na sua face interna de forma a integrar de forma coerente estes elementos na leitura final da sua apresentação pública prevista no projecto de musealização da Porta Norte.

A realização de uma sondagem de 4x4m permitiu caracterizar a face interna da muralha que parece ser, nesta área e a cotas mais baixas, escalonada, com uma linha mais destacada e larga onde assentam as pedras da fiada seguinte que correspondem ao alinhamento visível da muralha (Figs. 6 e 7).

A restante escavação do topo da muralha foi realizada com apoio mecânico, onde se colocou a descoberto a linha interna da muralha e o seu miolo. Como a rocha base sobe consideravelmente de norte para sul as pedras detectadas na face interna são irregulares, o que nos leva a pensar que provavelmente estas pedras não estariam visíveis (Figs. 8 e 9).

Quanto às Portas da Vila, só foram confirmadas a Porta Norte e a Porta Poente. Na área Norte, os trabalhos arqueológicos de sondagens prévias colocaram a descoberto as duas Torres que constituíam a Porta Norte, mas o grau de conservação deficiente, devido a demolições e construções posteriores, apenas permitiu detectar as pedras a nível da base e alguns entalhes no saibro que permitiu “desenhar” em planta as Torres (Figs. 10, 11, 12 e 13).

Já em fase de acompanhamento arqueológico dos nesta área, colocou-se a descoberto várias estruturas, duas delas, possivelmente, relacionadas com a Porta.

Uma dessas estruturas está implantada a norte da Torre Oeste das “Portas da Vila” e encontra-se completamente alinhada com a torre (Figs. 14 e 15). Contudo devido as grandes alterações nesta área esta estrutura surge-nos muito destruída e a ligação estratigráfica com a torre perdeu-se (Fig. 16).

Mas uma observação mais atenta do seu traçado e da torre leva-nos a considerar tratar-se de dois elementos do mesmo conjunto construtivo, designado no seu todo por “Portas da Vila”. Esta designação, no plural, da Porta Norte da Vila Velha, leva-nos a reflectir sobre a construção que existiria no local. Seria uma estrutura em arcos que permitiria o acesso ao seu interior por três lados? Contudo as reconstituições existentes para a Porta Norte não são esclarecedoras.

Outra estrutura, um muro largo com cerca um metro e vinte de largura parte do cunhal oeste da estrutura a norte da Torre Oeste, que tem orientação, grosso modo, Este/Oeste. Infelizmente esta estrutura segue em direcção as garagens do Parque do Alvão, não permitindo aferir a sua funcionalidade.

Contudo, esta estrutura pela sua técnica construtiva parece tratar-se da mesma estrutura detectada meses antes na Rua de S. Dinis, em fase de acompanhamento de abertura de vala para a colocação de infra-estruturas (Figs. 17, 18 e 19). A observação destas estruturas em planta, parece não deixar margem para erro. Assim sendo, esta estrutura poderá tratar-se de uma segunda linha de muralha (barbacã) (Fig. 20).

A porta Poente, ou Porta Franca como é conhecida, era flanqueada por uma Torre, no seu lado sul. Esta estrutura anunciava-se pela presença de entalhes na rocha que permitia o assentamento de silhares. Com os trabalhos de escavação nesta área colocou-se a descoberto a continuidade dos entalhes e de alguns silhares basais da Torre. Trata-se de uma torre de planta sub-rectangular com cerca de 4x3m (Figs. 21 e 22).

O Traçado Urbano da Vila Velha obedece a um esquema ortogonal, que terá a sua origem medieval. Constituído por um eixo longitudinal principal de orientação Norte/Sul, patenteada na Rua de S. Dinis, auxiliada por uma rua paralela conhecida como a Rua da Quelha ou Rua Direita, também denominada como Rua de D. Dinis numa planta de 1960. Estas ruas estavam ligadas por vielas desenhando quarteirões rectangulares. É de referir a existência extra-muros de vielas que circundam a cerca. A viela oeste dá acesso à Ínsua (confluência dos rios Corgo e Cabril) e à zona ribeirinha onde ainda se vêem em ruínas inúmeros moinhos, que justificará a designação de Vela dos Asnos na planta de 1960.

Na Rua da Quelha, foram detectados três níveis de pavimento, assim como reajustes ao limite da rua que inicialmente seria mais larga, mas que foi estreitada durante os tempos. Esta prática foi também observada na viela entre a Rua de S. Dinis e a Rua da Quelha (Figs. 23, 24 e 25).

A ocupação Pré-histórica já tinha sido detectada durante a intervenção de 1995, na área do Liceu Camilo Castelo Branco. Contudo os trabalhos realizados nesta altura foram poucos, e os níveis mais antigos encontravam-se parcialmente destruídos pelas ocupações posteriores, o que não permitiu uma caracterização conveniente.

Os trabalhos arqueológicos, quer de sondagens prévias, quer durante o acompanhamento arqueológico, permitiu a identificação/caracterização de dois níveis de ocupação pré-histórica integráveis na Idade do Bronze Final e Idade do Ferro.

Os resultados da intervenção permitiram detectar diversas estruturas e contextos bem preservados, em vários pontos da área mais aplanada do morro, o que parece indiciar para uma ocupação sistemática em toda a sua extensão.

Na área Norte, entre a muralha e o muro de propriedade do Parque do Alvão foram detectados vários contextos:

- Nível de ocupação com um piso, onde foram exumadas quatro lareiras e um buraco de poste. Este nível está sobre a estrutura Rampa/Talude.

As lareiras caracterizam-se por barro cozido pela acção do fogo aí praticado, sendo duas delas constituídas também por pedras, que as delimitam (Figs. 27, 28, 29, 30, 31 e 32).

Outra estrutura, que pela sua deposição poderá ser funerária, trata-se de uma estrutura em negativo condenada por uma grande pedra, na qual se exumou um vaso completo, embora fragmentado pela força exercida pela pedra. Nesta estrutura além do vaso foram exumados dois líticos, um dormente em granito e um alisador em quartzito (Figs. 33, 34 e 35).

Destes contextos foram recolhidas amostras para análises: das lareiras foram recolhidas amostras dos barros e de carvões e da estrutura o enchimento do interior do vaso. Os resultados das análises poderão trazer mais certezas quanto a cronologia e quanto à funcionalidade desta.

A estrutura pétreia em rampa/talude é constituída por grandes pedras em granito, sendo algumas destas fragmentos de mós, envoltas num sedimento castanho-escuro. Entre as pedras foram exumadas sementes carbonizadas, alguns fragmentos cerâmicos e duas braceletes em bronze (Figs. 36, 37, 38 e 39).

Dadas as vicissitudes das alterações urbanísticas ao longo do tempo nesta área, esta estrutura encontra-se cortada, a sul pela Muralha medieval e a norte pelo muro do Parque do Alvão, o que não permitiu reconhecer os seus verdadeiros limites.

Quanto a sua funcionalidade, esta estrutura implementada a norte do esporão, que pelas

suas especificidades físicas é a vertente mais acessível ao morro, pode indiciar uma função defensiva/monumental que daria visibilidade ao sítio e o destacaria na paisagem. Estas propriedades associadas às características defensivas naturais do esporão, nas suas vertentes Este, Oeste e Sul transformam este local num marco imponente da paisagem que dominaria as principais vias naturais circundantes. Talvez, daí decorra o topónimo utilizado pelo monarca D. Dinis de Castelo para se referir à Vila Velha.

Na área mais central do morro (entre a Rua de S. Dinis e a Rua da Quelha, mais precisamente na viela perpendicular que as une) foi detectada uma estrutura em negativo, escavada no saibro, associada a um piso e um buraco de poste, assim como um “canal” que circunda parcialmente a estrutura. O enchimento desta caracteriza-se por depósitos argilosos alaranjados alternados com níveis de cinzas. Com muitos fragmentos cerâmicos nos níveis de topo e restos osteológicos. O “canal” estava cheio com um nível de carvões e centenas de sementes; um nível de cerâmicas e alguns objectos líticos envoltos num sedimento castanho argiloso. A componente artefactual aponta para uma cronologia da idade do Ferro, quanto a sua possível funcionalidade, não existem paralelismos a destacar. Apenas a semelhança dos depósitos encontrados na estrutura com soengas, contudo esta associação poderá ser precipitada, na medida em que o estudo da estrutura está apenas numa fase embrionária (Figs. 40 e 41).

Em síntese

“Conservar é suspender a interrogação para dar voz a uma qualquer resposta. Conservar uma ruína implica suprimir, mesmo que transitoriamente, a degustação da sua fisicalidade e impor-lhe uma rigidificação de sentidos.”

(Jorge, 2005: 240)

A concepção do projecto de reabilitação do Espaço Público da Vila Velha, que teve vários intervenientes, desde a solução urbanística patenteada no papel do Arquitecto responsável, apoiado pelos técnicos de arqueologia e de Conservação e Restauro, foi concebido nos meandros de uma política nacional, o Programa Polis.

Após a execução do projecto e dos trabalhos de conservação e restauro levados a cabo, cabe reflectir sobre as decisões tomadas pelos intervenientes e o conceito de património associado. A partir das categorias de Marc Guillaume (1980: 41) de memória autorizada (simultaneamente discursiva; narrativa histórica / não discursiva; monumento) e memória simbólica (enraizada no quotidiano das práticas sociais) é de assinalar que a primeira veiculada pelos mecanismos de regulação do poder político e técnico nem sempre encontra correspondência nas memórias simbólicas de grupos ou de comunidades, estabelecendo-se assim um mecanismo de exclusão de uma diferença e representação identitária na conservação e preservação do património colectivo.

Assim, tendo como base o conceito de património que se alargou de tal forma no século XX, que faz o seu objecto todo o real e o seu sujeito toda a humanidade, temos que chegar aos diversificados públicos através de diferentes discursos de modo a partilhar as memórias da Vila Velha.

O Centro Interpretativo da Vila Velha deverá agir no sentido da comunicação, dando progressivamente relevância a noções de participação, acessibilidade, envolvimento, inclusão e responsabilidade social.

Como é corrente numa intervenção patrimonial no espaço público, esta é realizada num contexto de diferenças e tensões, daí a necessidade que as acções se orientem por princípios democráticos, levando os técnicos intervenientes (arqueólogos, conservadores e outros) a reflectir sobre o seu conhecimento e que promovam activamente esse mesmo conhecimento através de acções de esclarecimento.

Essas acções deverão ser colocadas em prática através do Centro Interpretativo aberto aos “públicos” e os diferentes discursos serem o resultado de uma política interna de investigação que, após o término dos trabalhos de campo, terá que seguir em gabinete.



figuras

fig. 1 Aspecto da Muralha na vertente SW.

fig. 2 A face interna da Muralha na vertente SW.

fig. 3 Aspecto da face interna da Muralha na vertente Oeste.



fig. 4 Vista geral da Muralha e torreão leste após limpeza dos níveis de aterro.

fig. 5 Torreão leste.



fig. 6 A Muralha, aspecto do seu miolo.

fig. 7 Muralha, destaque para a sua construção escalonada.



fig. 8 A Muralha, os trabalhos de limpeza do seu topo.

fig. 9 Muralha, aspecto após a limpeza.



fig. 10 Uma das Reconstituições das Portas da Vila (figura retirada em SOUSA, 1987).



fig. 11 Torre Este da Porta Norte.



fig. 12 Torre Oeste da Porta Norte.

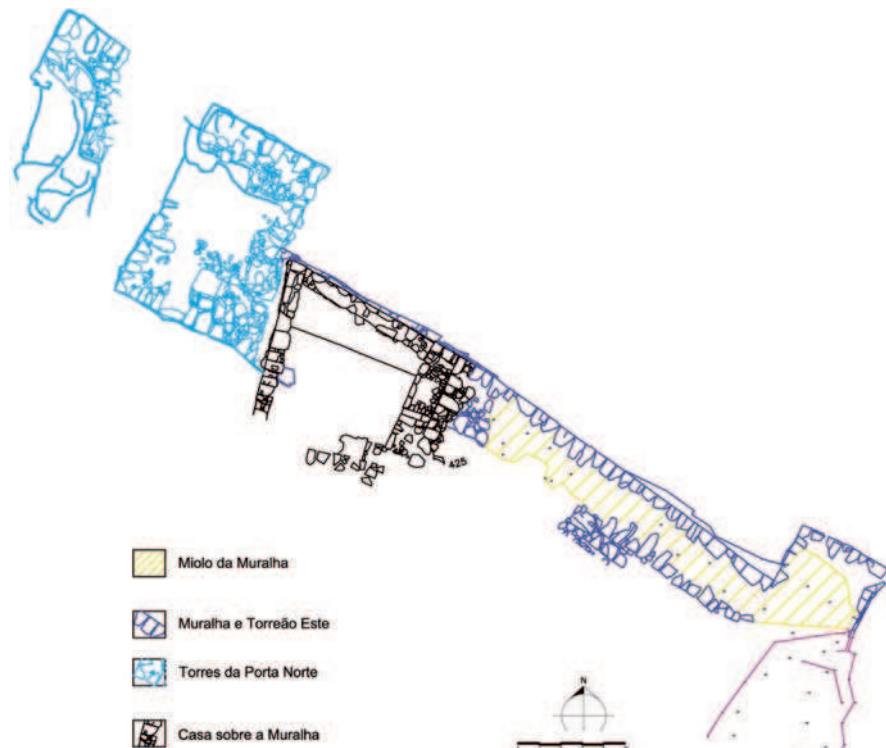


fig. 13 As Torres da Porta Norte, a Muralha, o Torreão leste e a casa sobre a muralha.

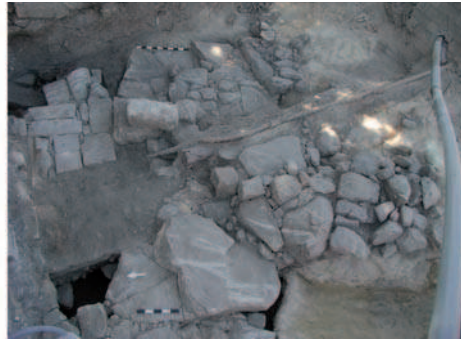


fig. 14 Estrutura alinhada com a torre Oeste da Porta Norte (fotografia tirada de nordeste).

fig. 15 Um outro aspecto da mesma estrutura (fotografia retirada de Noroeste).

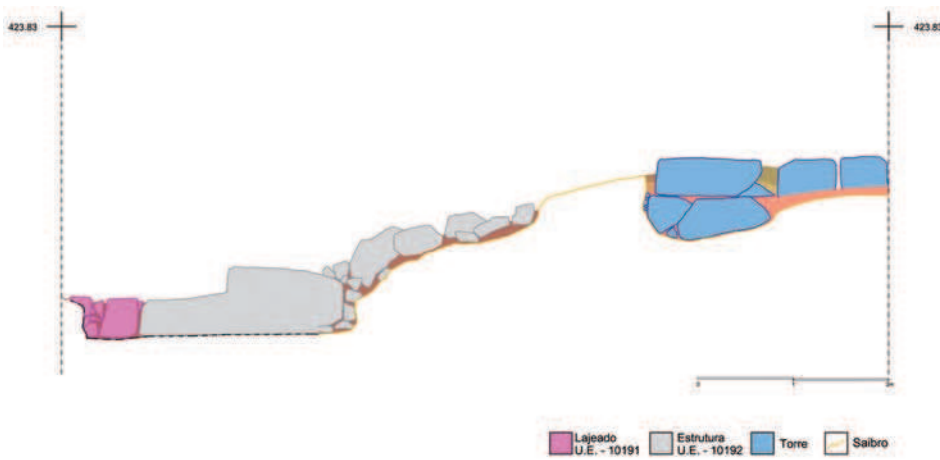


fig. 16 Corte Este das estruturas detectadas a Norte da Torre Oeste. Pode-se verificar a perda de conexão estratigráfica da Torre Oeste com a estrutura a norte.



fig. 17 Muro adossado à estrutura a norte da Torre Oeste da Porta Norte.

fig. 18 Muro detectado na Rua S. Dinis.



fig. 19 Muro, pormenor em alçado, com silhares (dois com siglas).

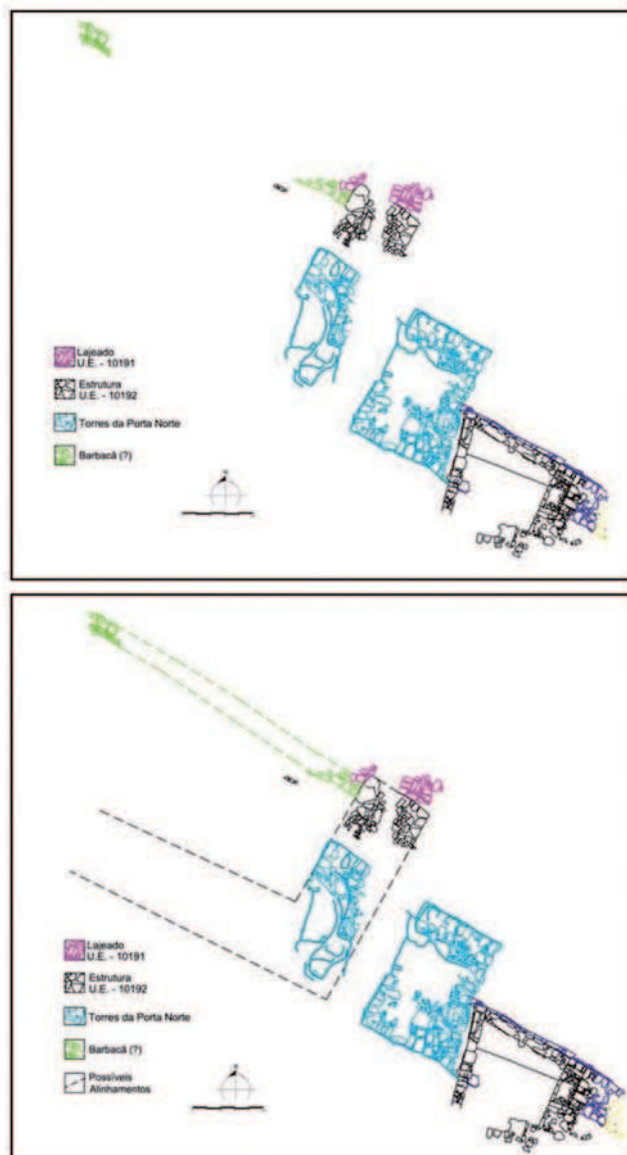


fig. 20 Exercício de possíveis alinhamentos; em cima, as estruturas detectadas e em baixo possível ilustração do traçado planimétrico das estruturas que constituíam as “Portas da Vila”



fig. 21 Desenho da Torre da Porta Poente.

fig. 22 Fotografia da Torre da Porta Poente.



fig. 23 e 24 Rua da Quelha. Diferentes momentos de pavimentação da rua.



fig. 25 Aspecto da Sondagem 6, onde se pode ver o traçado da rua da Quelha

fig. 26 Aspecto da sondagem 1, no final dos trabalhos de escavação prévios.

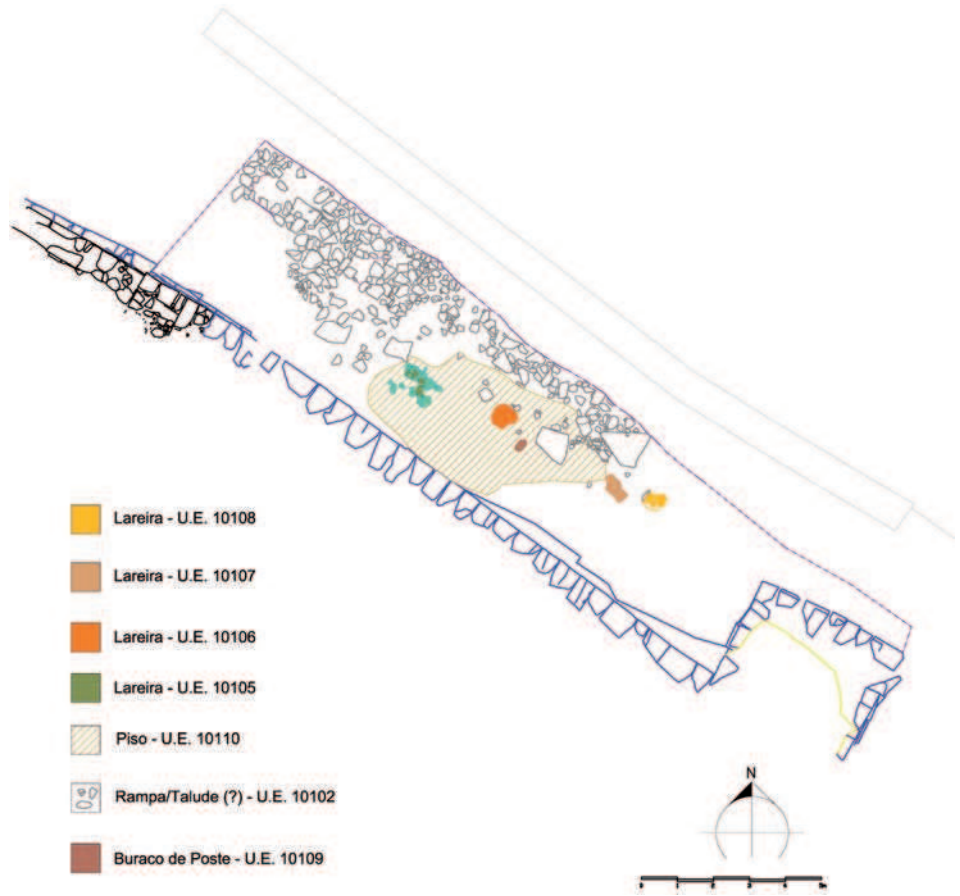


fig. 27 Níveis da 2.ª ocupação.
Representação das lareiras, buraco de poste
e o respectivo piso.



fig. 28 Aspecto geral das estruturas que constituem o nível da 2.ª ocupação.

fig. 29 Lareira (U.E. 10108), pormenor.



fig. 30 Lareira (U.E. 10107), pormenor.

fig. 31 Lareira (U.E. 10106), pormenor.



fig. 32 Lareira (U.E. 10105), pormenor.

fig. 33 Estrutura em negativo, após retirar a pedra de condenação.

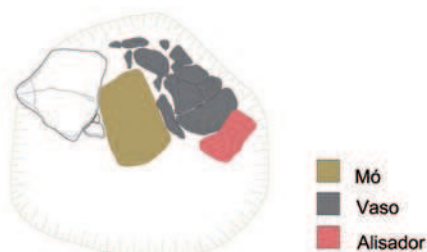


fig. 34 Estrutura (U.E. 10132), com o vaso.

fig. 35 Estrutura (U.E. 10132): representação do vaso, com a mó e o alisador.

fig. 36 Rampa/Talude (U.E. 10102), pormenor



fig. 37 Vista em corte da estrutura (grande massa pétreia)



fig. 38 Bracelete em bronze, in situ.

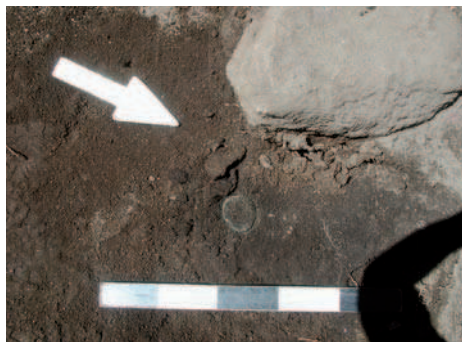


fig. 39 Corte Oeste, leitura dos diferentes níveis de ocupação.

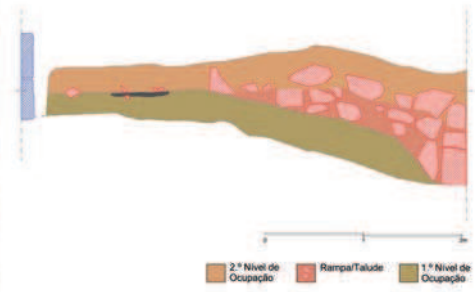


fig. 40 Canal da Estrutura escavada no saibro.



fig. 41 Aspecto da escavação do interior da estrutura.



fig. 42 e 43 Vistas gerais da Porta Norte após o Restauro.



Bibliografia

ALMEIDA, C. A. F. de (1992) – *Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal: A sua lição para a dinâmica urbana de então*. In Cidades e História: Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 137-141.

AZEVEDO, J. A. A. D' (1889) – *Origens de Villa Real: (Protohistoria Portuguêsa)*. In Separata do Instituto. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CHORÃO, M. J. M. B. (1990) – *Os Forais de D. Manuel 1496-1520*. Lisboa: A.N.T.T..

COSTA, A. de J. da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

DIAS, L. F. de C. (1961) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Beira*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.].

DIAS, L. F. de C. (1961) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Trás-os-Montes*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.].

DIAS, L. F. de C. (1962) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Estremadura*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.].

DIAS, L. F. de C. (1965) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Entre Tejo e Odiana..* Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia do “Jornal do Fundão”].

DIAS, L. F. de C. (1969) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Entre Douro e Minho*. Beja: Edição do Autor [Comp. Imp. Tipografia do “Jornal do Fundão”].

DUARTE, L. M. (1997) – *O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações*. Douro: Estudos & Documentos. Porto: GEHVID/FLUP. 2: 3, p. 29-44.

GASPAR, J. (1969) – *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*. Finisterra. Lisboa. 4: 8, p. 198-215.

GOMES, P. J. A. D. (1993) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado].

GOMES, P. D. (1993) – *O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro: Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho*. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 2, p.171-190.

GUILLAUME, Marc (2003) – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

JORGE, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

MARQUES, J. (1983) – *O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII*. Separata da Revista Estudos Transmontano. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 1, p. 105-130.

MAURICIO, M. F. (1997) – *Entre o Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri, p.135 e 229.

NETO, J. M. (1975) – *O Leste do Território Bracarense*. [Torres Vedras]: [A União, Lda.].

PLÁCIDO, M. A. (1986) – *Torre de Quintela*. Vila Real: Ed. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real; Instituto Português do Património Cultural (Série Memórias do Tempo; 1).

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, M. A.; LEBRE, A. G. (2003) – *Cerâmicas Medievais da Vila Velha (Vila Real)*. In Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p.151-159.

SANTANA, O. (1993) – *Os Forais de Vila Real. Vol. I: Edição e Estudo Linguístico. Vol. II: Anexos*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. [Trabalho de Síntese para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica].

SANTANA, O. (1995) – *Foral Manuelino de Vila Real: introdução, transcrição e notas*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real; Governo Civil do Distrito de Vila Real; Região de Turismo da Serra do Marão; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SANTANA, M. O. R. (1999) – *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes: Introdução, edição diplomática e notas*. Mirandela: João Azevedo Editor, p.210-214.

SOUSA F. de (1976) – *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga: a Comarca de Vila Real nos fins do séc. XVIII*. Braga: [s.n.].

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1977) – *Vila Real no século XVIII. Estudos Transmontanos e Durienses*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. 7.

SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real; Câmara Municipal de Vila Real.

TEIXEIRA, R. (2001) – *Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica*. In Programa Polis Vila Real – Plano de Pormenor da Vila Velha. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real; Sociedade Polis de Vila Real.

No âmbito do projecto de valorização e salvaguarda do Campo de Batalha de S. Marcos, em Trancoso, cujo processo de classificação se encontra em fase de conclusão – com despacho de abertura do Vice-presidente do IPPAR em 2003 e homologado por S. Ex.^a o Ministro da Cultura, como Monumento Nacional, em Julho de 2004 – a Fundação Batalha de Aljubarrota e a Câmara Municipal de Trancoso têm vindo a promover um conjunto de iniciativas que incluem um levantamento documental sobre o monumento, um estudo arqueológico monográfico nas suas diversas valências – antropologia, zooarqueologia e paleobotânica, entre outras –, o tratamento da paisagem e, por fim, a construção de um Centro de Interpretação sobre o encontro militar ocorrido no contexto das guerras peninsulares dos finais do século XIV. A área classificada situa-se a cerca de dois quilómetros a Sul da vila de Trancoso e distribui-se pelas freguesias de S. Pedro, Torres e Santa Maria. O objecto patrimonial deste sítio abrange uma área geográfica relativamente extensa coincidente com a zona de posicionamento dos dois exércitos, o local onde teria acampado toda a carriagem e curral castelhanos (a carriagem portuguesa ter-se-ia mantido no castelo de Trancoso), a zona do confronto e, ainda, um pequeno templo, a Capela de S. Marcos, de finais do século XVIII, que perpetuou a memória deste evento. (Fig. 1)

O templo actual é um edifício de planta rectangular, com cobertura de duas águas assente numa cornija de granito e fachada de remate contracurvado. Os cunhais são em cantaria, de granito da região, e os paramentos rebocados. A porta principal, voltada a Oeste, tem ombreiras em silhares de granito, encimadas por lintel ligeiramente saliente e contracurvado nas extremidades, onde se inscreve uma data em caracteres latinos MDCCLIII. Esta data repete-se, em numeração árabe, no cunhal sudeste da capela, juntamente com uma inscrição E.O.A. / I.R.S., cujo desdobramento nos oferece sérias dificuldades (Caramelo, 2003: 536)¹. Sobre a porta, uma janela losangular, com as faces ligeiramente côncavas, reforça o desenho contracurvado da fachada. O telhado, na zona voltada a oeste, é rematado por um crucifixo em pedra, assente em peanha e, lateralmente, por 2 remates de base prismática. A metade Este da capela é rasgada por dois vãos simples, do lado Norte e do lado Sul.

Segundo a documentação e relatos monográficos locais, a capela actual teria sido mandada construir pela Câmara de Trancoso, em época de D. João V (1689-1750), em comemoração da batalha contra os castelhanos, em 1385 (Moreira, 1932: 23, 25-26). De facto o templo existia já em 1732, mas encontrava-se em muito mau estado (*Idem*: 65). O Abade da paróquia de Santa Maria de Guimarães, Diogo Furtado da Costa Mendonça, informava, por essa altura, que a Câmara e povo de Trancoso costumavam fazer, por antigos votos, romarias a esta capela na véspera e dia de S. Marcos que, até à data, fora da administração da família Fonseca, originária de Trancoso. Essa administração tinha cessado pouco tempo antes *porque os descendentes, a quem pertencia ficão sem bens alguns pelos averem arrematado, pela dívida dos pagadores gerais desta província, Com que ficarão a fazenda real D. Luís de Sousa e seu filho Gaspar de Souza, que ambos o forão, e devedores ambos e se faz esta romaria por votto a que ficarão obrigados pela vitoria alcançada no mesmo sítio da Capella* (Correia, 1989: 46). Mais informa este Abade que para dizer as missas destas romarias, que eram três ao todo (S. Marcos, Nossa Senhora da Ribeira e Nossa Senhora de Açores), era nomeado, de dois em dois anos, pelos clérigos da vila de Trancoso (cerimónia presidida pelo Arcipreste e onde apenas tinham voto, na eleição, os Presbíteros) um capelão a quem chamavam Mestre sala e que tinha como função dizer as missas e arrecadar as esmolas. A ele pertenceriam os dízimos de todas as fazendas – *Boucalleiras* - que estavam em zonas exteriores aos limites das Igrejas *que he parte do aro da Villa, e do Couto da serra, Cujos senhores estão fora do Bispado, e as fabricão por sua conta*. Os proprietários que residissem no Bispado, onde deveriam ser fregueses, arrecadariam para si essas rendas (*Idem*: 47).

acta 7

Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385

Maria Antónia Athayde Amaral

Paulo Morgado

Ricarda Moura

António Coelho Rocha

¹ Este autor apresenta uma leitura E(*esta*) O(*bra*) A(*cabou-se*) e o I.R.S. como referente ao construtor, que não nos parece credível.

A cessação da administração da capela por parte da família Fonseca parece sugerir um subsequente período de abandono do templo; pelo menos assim relata o Abade de Santiago Araújo Tavares da Costa (*Idem*: 65), que explicaria a grande campanha de obras impulsionada pela Câmara de Trancoso em 1784 (alargada, de qualquer modo, a vários monumentos da vila), testemunhada nas deliberações camarárias desse mesmo ano, o novo incremento concedido ao mercado que se costumava realizar no dia 25 de Abril na capela de S. Marcos, bem como a data gravada no cunhal Sudeste da capela e no lintel da porta principal. (Fig. 2)

A documentação consultada é inequívoca quanto às obras de reparação do edifício em 1784 e em 1857², não se referenciando nunca obras de construção de raiz. A capela de S. Marcos existente em 1732 é, por conseguinte, a mesma que chegou aos nossos dias, mais ou menos alterada pelas intervenções posteriores, podendo adiantar-se que a sua construção deve remontar, efectivamente ao século XVII, inserida no conjunto de acções simbólicas de afirmação da independência nacional levadas a cabo no período da Restauração pelo poder régio, em todo o País, mas também pelos poderes locais e regionais.

Restava-nos agora, e para colmatar algumas lacunas de informação – ao contrário com do que se passara com o projecto de Aljubarrota, esta zona nunca tinha sido alvo de uma intervenção arqueológica nem havia notícias, antigas ou recentes, que referissem achados medievais no local que historiografia vinha designando, até hoje, como provável da Batalha de S. Marcos – proceder à identificação exacta da capela que, segundo as crónicas medievais, aqui teria existido em finais do século XIV, e que teria sido destruída por acção do fogo.

² A 9 de Março de 1857 a Câmara Municipal de Trancoso deliberou no sentido de mandar reparar a ermida de S. Marcos, que se encontrava em estado de ruína.

A Batalha de S. Marcos, em Trancoso

Se, por um lado, os vestígios materiais da batalha eram, até à data, inexistentes neste local, havia um inusitado manancial de descrições coevas, algo pormenorizadas, sobre a batalha que aqui se desenrolara e sobre o monumento, a capela de S. Marcos, que serviu, para a historiografia posterior, de elemento rememorativo e identificador do local. Importantes cronistas dos finais do século XIV e inícios do XV, nacionais – Fernão Lopes – ou estrangeiros – Pero Lopes de Ayala e Jean Froissart –, teriam deixado as suas impressões, com algumas diferenças e mesmo alguma confusão, sobre o que teria acontecido naquela manhã de 29 de Maio de 1385, na veiga de Trancoso, localizada a sul da actual vila. Conta-se, então, e em síntese, que um pequeno exército, organizado localmente por cinco fidalgos das mais prestigiadas famílias beirãs – Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide de Trancoso, Martim Vasques da Cunha, alcaide de Linhares, Gil Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco, alcaide de Ferreira de Aves e Egas Coelho – surpreendera o poderoso exército castelhano em marcha de regresso de uma das muitas incursões de pilhagem à região das Beiras.

O exército invasor, comandado por João Rodrigues de Castanheda, percorria há já algum tempo a zona entre Almeida e Viseu, sem *receo e de seu vagar... a roubar, cativar, e fazer todo o dano que podiam, a sua vontade, em vista e rosto dos capitães daquela comarca, como homees que se nom receavam delles nem doutra nenhuma pessoa, por então nem ao diante, e entrarom nas igrejas, roubaromnas de quanta prata e averes em ellas achavam* (CDJI, II: 42). A facilidade com que o exército castelhano se movia numa zona do território português que se encontrava nas mãos de poderosas famílias, com capacidade militar para sustentar a pilhagem e destruição, não deixou de ser notada, com alguma ironia, por D. João, Mestre de Avis (*Idem, ibidem*)³, que se encontrava, com D. Nuno Álvares Pereira, nessa mesma altura, em campanhas de Entre Douro e Minho.

³ E a causa desta atitude mais não era consequência do ódio e desvairo que os capitães portugueses que em aquella comarca estavam amtre sy avia, emtemdemdo quue pois dacordo não erao, que se nã juntario comntra eles.

Maravilhado som de Gonçalo Vasquez e de Martim Vasquez e daquelles fidalgos da Beira que alaa estam, andarem asy os inimigos perante elles como per sua casa, fazendo tanto estrago como dizem que fazem, e nom lhe poerem a praça, e leixaremnos assi roubar e ir a seu salvo; parece que se doem pouco da terra que am de lograr e com que soportam suas honras e estados (Idem, ibidem: cap. XIX, p. 44).

João Fernandes Pacheco, guarda-mor del rei, é enviado à Beira com o objectivo de conciliar os fidalgos, *que erom postos em desvairo e omizio por azo de tomadyas que hûus diziaõ aos outros que tomavõ em suas terras naõ ho devendo de fazer (Idem, ibidem: 43)*, e convencê-los a organizarem-se militarmente, o que realmente acabou por suceder, fosse pelas palavras do emissário régio, fosse pela quantia que sabemos ter-lhes sido enviada, talvez pela mão do próprio João Fernandes Pacheco, a que se referem os capítulos especiais das Cortes de Évora de 1436, apresentada pelos procuradores daquela cidade (Arnaut, 1947: 34, 71-72 e 109-110). *E tambem mandaram mujtos djnheiros a gonçalo uasquez coutinho e a martim uasquez da cunha por teerem a batalha de Trancoso (Idem, ibidem: 34, 107-109).*

Seja como for, o facto é que o exército português, composto por 340 homens de armas e cerca de 1400 peões⁴, foi posicionar-se na veiga de Trancoso por onde o exército inimigo haveria forçosamente de passar, no regresso de Viseu. *E sabendo que elles avião de vir perante a villa de Trancoso cõ todo o roubo, poserom su batalha em huma ueiga, a meã legoa pequena da villa, por hu lhes era forçado de passar (CDJI, II: 46).*

Crê-se que o exército castelhano teria preferido o trajecto da antiga via de Viseu à fronteira, seguindo, no regresso, por Povolide, Roriz, Esmolfe, Sezures, Forninhos, Penaverde, Casal do Monte, Venda do Cepo, *ueiga de Trancoso* e daqui, por Póvoa del Rei, Valbom, Pinhel, Pereiro, Valverde e Almeida (Vale de la Mula).

Este exército, bastante mais numeroso que o exército beirão, era constituído por cerca de 400 cavaleiros e um número indeterminado de homens de pé e de besteiros, para além de uma carriagem, muito longa, que englobava mais de setecentas azémolas e outros gados, o saque considerável (*trazião muy gramde roubo*) e um extenso séquito de prisioneiros que incluía homens, mulheres e crianças (CDJI, II: 46), além do conjunto de muares e viaturas onde se transportavam as munições, bagagens, víveres e forragens (Monteiro, 1998: 252), perfazendo uma coluna de marcha de cerca de 3 km de extensão (Arnaut, 1947: 97). *...parecerom...no começo da veiga e quando virom os Portuguese estarem daquelle geito contra si, falando verdade, nom lhes prougue muito.... E fastavãose da veiga aa mão direita, contra a ribeira de Freches por se irem polla ladeira do valle, por antre os Portugueses e a fraga do monte; Hos Portugueses, quando esto virom, moverom loguo por diante, e chegaramsse mais a elles de rosto, hu esta huma ermida que chamão Sam Marcos (CDJI, II: 46-47).*

Depreende-se desta descrição que o exército português esteve primeiramente posicionado um pouco a Norte da ermida de S. Marcos e que, observando a mudança de trajecto do exército inimigo, se colocou junto à capela, impossibilitando o exército castelhano de alcançar a via que conduzia ao Chafariz do Vento e tornando, deste modo, inevitável o confronto. (Fig. 3)

⁴ Um recrutamento, que se sabe apressado, de camponeses dos concelhos vizinhos.

O estudo arqueológico

O objectivo do estudo arqueológico deveria, por conseguinte, tentar responder à questão da identificação do posicionamento dos dois exércitos no terreno, da consequente zona do confronto e ainda da capela desaparecida pouco depois da batalha.

Para tal, tornava-se urgente, antes de mais, proceder ao estudo das vias antigas em torno da vila de Trancoso, com base nas fontes escritas, na cartografia antiga e moderna e, na foto-interpretação; seria, ainda, importante, localizar, através da prospecção geofísica e da escavação arqueológica, a antiga capela de S. Marcos que poderia fazer sob o actual edifício ou, mais provavelmente, nas suas imediações.

1. A foto-interpretação

A foto-interpretação foi o método de prospecção arqueológica indirecto que, desde logo, se nos afigurou capaz de registar e seleccionar os locais preferenciais para a utilização de outros modelos de prospecção, como a geofísica, de que necessitávamos para iniciar a investigação arqueológica numa área tão vasta, reduzindo a área de intervenção, o tempo dispendido e os subsequentes custos.

A foto-interpretação teve por base uma série temporal disponível de fotografias, constituindo pares estereoscópicos, obtidas em voos de 1958, 1968, 1974, 1983, 1995, com filmes a preto e branco. Através deste método analisou-se a evolução da rede viária, e individualizou-se todo o conjunto das vias na actualidade, por um lado, e constituiu-se, por outro, um possível cenário para as vias consideradas antigas, ou seja, aquelas que definiam o emparcelamento da paisagem. Desta análise pôde concluir-se que a rede viária antiga se estruturou a partir de quatro eixos principais, dois com a orientação Norte-Sul – coincidente, a oeste da capela, com o actual eixo principal de ligação entre Trancoso e Fiães, e a Este do mesmo tempo, com a antiga ligação Trancoso – Courelas – Frecha – Freches – e dois com a orientação Este-Oeste – o eixo localizado a Norte da capela de S. Marcos, que liga a povoação de Courelas à estrada de Trancoso a Fiães, o eixo localizado a Sul liga a povoação do Frechão à estrada de Trancoso – Fiães. Estes quatro eixos, curiosamente, interceptam-se exactamente na área em estudo, formando um anel em torno da cumeada onde se implanta a actual capela de S. Marcos. Identificaram-se, ainda, na busca da presença de eventuais estruturas antigas, contrastes anómalos, alinhados ou não, sobre o solo, ou outras alterações significativas na paisagem, quatro zonas de destaque:

Zona A – localizada a cerca de 400 m a Oeste da capela, caracterizada por zonas com contraste de forma aproximadamente circular, de tonalidade mais clara ao centro e com rebordo descontínuo mais escuro sendo bem visível, no voo de 1974, um alinhamento não concordante com os limites de propriedade ou caminhos.

Zona B – localizada a cerca de 400 metros Norte da capela, formada por anomalias lineares identificadas em 4 datas (1958, 1968, 1974 e 1983).

Zona C – prolonga-se a N/NE da capela, à distância mínima de 100 metros e máxima de 400 metros, sendo formada por anomalias em mancha e lineares.

Zona D – A cerca de 150 metros a Nordeste da capela, é constituída por diversos alinhamentos.

Foram ainda detectadas, durante a prospecção de campo de toda a área em vias de classificação, duas zonas com vestígios ceramológicos à superfície, um núcleo a cerca 50

metros a Oeste da capela e outro a cerca de 400 m a Nordeste do mesmo templo.

Em síntese, poderíamos concluir:

1 - Três das quatro áreas identificadas correspondem, grosso modo, à zona correspondente ao local onde a historiografia localiza a batalha.

2 - A zona A pode corresponder à zona onde o exército castelhano terá assentado o arraial, *campo bel et ample* de que fala Froissart (Arnaut, 1947: 23-24) ou ainda as *tierras labradas que y avia por dó avian de passar*, referenciadas por Ayala (*Idem, ibidem*). No mesmo local encontra-se identificado um casal rural romano com vestígios superficiais de cerâmica de construção e de cerâmica comum (Crespo, 2000: 368).

3 - Por fim, não podemos deixar de referir a hipótese de as anomalias identificadas e a respectiva delimitação de zonas poderem ter tido uma génese associada às condições geológicas e pedológicas locais ou corresponderem a acções humanas não relacionadas directamente com a batalha. (Fig. 4)

2. A geofísica

Identificadas estas quatro zonas, o passo seguinte teve, mais uma vez, como objectivo, a restrição da área de intervenção arqueológica que, mesmo depois da redução proporcionada pela foto-interpretação, se apresentava muito extensa para aferição dos resultados.

A prospecção geofísica foi elaborada pela empresa Sigologia em colaboração com a Geosonda, Lda., através de métodos magnéticos e eléctricos, complementados com sondagens mecânicas a trado, ao longo de uma faixa de cerca de 400 metros por 100 metros, inserida num vale muito aberto de orientação NNE, em direcção à povoação de Courelas.

A metodologia utilizada conjugou a prospecção do subsolo baseada em propriedades físicas (magnetismo e resistividade) com a recolha de amostra de subsolo no sentido de atingir os seguintes objectivos:

1 - Identificar anomalias magnéticas;

2 - Identificar anomalias resistivas;

3 - Aferição dos modelos geofísicos através de sondagens mecânicas.

Como conclusão deste trabalho foram sugeridas 7 áreas potenciais para uma intervenção arqueológica, cuja escolha foi baseada na relevância das anomalias detectadas. (Fig. 5)

A zona do adro da actual capela de S. Marcos, que se prospectou com o objectivo de identificar aquela que D. Juan de Castela teria mandado incendiar quando novamente invadiu Portugal, em Julho de 1385, e cuja marcha culminou com o desastre de Aljubarrota, revelou grande variabilidade no parâmetro gradiente magnético e resistividade eléctrica, detectando-se anomalias com alinhamentos paralelos e ortogonais, indicadores da presença da actividade humana e confirmados pelos resultados da campanha de sondagens mecânicas. (Fig. 6)

3. A sondagem arqueológica no adro da Capela de S. Marcos

Em Setembro de 2004 procedeu-se a uma sondagem na zona do adro da capela de S.

Marcos com o objectivo de aferir, pelo menos para o caso da Capela de S. Marcos, os dados proporcionados pelos métodos de prospecção utilizados.

Foi marcada, na zona a Oeste, coincidente com os alinhamentos paralelos e ortogonais detectados na prospecção geofísica, uma sondagem de 8 m x 4 m, com a orientação Este-Oeste, e uma outra, que acabou por não poder ser intervencionada, de 4 x 4 metros a Sul da

capela, onde também tinha sido detectado um ponto de manifesto interesse arqueológico. (Fig. 7)

A primeira decapagem revelaria de imediato uma estrutura constituída por um ângulo (Sudoeste) de um muro de grande envergadura, de 6 metros de comprimento e 85 cm de largura, no sentido Este-Oeste – com duas fiadas de pedras rudemente afeiçoadas, com dimensões entre 58x36 cm a 33x30 cm –, e 4,5 metros de comprimento no sentido de Sul-Norte.

A necessidade de caracterizar esta estrutura obrigou a um alargamento da sondagem 80 cm para Sul e 2 metros para Oeste,

Ao longo da escavação verificou-se o seguinte:

- o muro Sul foi destruído por uma vala, com um depósito de terras negras, com bastantes carvões, onde foram exumados materiais ceramológicos que não ultrapassam o século XVII na parte superior e materiais contemporâneos na inferior, como caricas e plásticos, apresentando uma estratigrafia completamente invertida.
- o muro Oeste apresenta uma interrupção a Norte, que pode corresponder à porta de entrada do templo primitivo.
- uma pedra saliente, na parte exterior do ângulo da estrutura, correspondente ao arranque de um segundo compartimento, sugere a continuidade do edifício para Sul.
- a uma cota inferior, e com um traçado ligeiramente oblíquo ao muro Oeste, surgia uma segunda estrutura, que se prolongava sob o alicerce do referido muro e, conseqüentemente, mais antiga. (Fig. 8)

Conclusão

Os trabalhos desenvolvidos até agora permitiram pôr à vista uma estrutura de grandes dimensões, a Oeste da actual capela de S. Marcos, que pode corresponder ao edifício mandado destruir por D. Juan de Castela, em Julho de 1385⁵.

Esta estrutura, apresenta, a Oeste, cerca de 10 metros de comprimento (4,5 metros visíveis, interrompida por uma porta que poderia ter 1 metro de largura, com prolongamento de mais 4,5 metros), provavelmente encostada aos penedos de granito, e a Este, o mesmo comprimento, ou mais uns quantos metros, perfazendo uma planta quadrangular ou rectangular, que poderia prolongar-se sob a nave da actual capela. Foi ainda registado um nível de ocupação, mais antigo, materializado numa segunda estrutura que se prolonga sob o alicerce do muro Oeste, a uma cota inferior.

Em relação à implantação da capela actual podemos contactar um recuo significativo em relação ao templo primitivo. Após o incêndio do século XIV o local deve ter ficado exposto à acção do homem e do tempo, por longos anos, sendo natural que, quando se tomou a iniciativa de ali erguer uma nova capela em comemoração da vitória sobre os castelhanos, o que pode ter ocorrido, como já foi referido, no tempo de D. João V ou mesmo antes, já não houvesse memória sobre o local exacto da anterior ou, mais provavelmente, que a lógica de implantação fosse outra, não fazendo sentido aproximá-la dos barrocos de granito mas antes recuá-la em relação à via permitindo, deste modo, a definição de um adro amplo, mais apropriado aos dias das romarias e de mercado.

Para finalizar podemos ainda acrescentar que toda esta área aplanada que terá servido de palco à movimentação dos dois exércitos, localizada a Sul da vila de Trancoso, com a cota

⁵ Não podemos, contudo, deixar de pôr hipótese de também se poder tratar de uma outra capela, mandada erigir no reinado de D. João I, a par das obras de beneficiação da fortificação que, sabemos, o mesmo monarca promoveu em Trancoso.

altimétrica entre os 800 e os 850 metros de altitude, constitui-se geograficamente como ponto de divisão das bacias de dois importantes cursos de água – O Douro e o Mondego – e estrategicamente como importante ponto de cruzamento das vias que, desde a Antiguidade, se dirigiam ao Douro, a Viseu, a Coimbra e à fronteira com Espanha. Não admira pois que aqui se tenha erguido, provavelmente desde tempos remotos, um templo que assinalasse, na paisagem, este importante nó viário. Também não surpreenderá que esse mesmo templo, ou outros que antes ou depois da Batalha de S. Marcos aqui tivessem sido erguidos, fosse destruído pelos exércitos que por aqui passaram, como parece sugerir a lenda de S. Marcos relatada por Manuel de Araújo Tavares da Costa, abade de Santiago (Correia, 1989: 99)⁶, e que este local se venha a revelar um importante repositório não de uma mas de várias ocorrências bélicas.

Aguardemos, pois, o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, nesta área, pois só assim poderemos conhecer a história desta região em várias épocas e em várias valências.

⁶ O autor põe a hipótese de aqui se ter dado a batalha de D. Afonso Henriques contra os Mouros em 1140. Teixeira 1932: 15 conta que após Ourique, Omar avança sobre Trancoso assentando arraiais num planalto do desfiladeiro de Freches, onde diz a tradição existiu um convento de monges militares – São Marcos – e breve puseram cerco a Trancoso.



figuras

fig. 1 Capela de S. Marcos.



fig. 2 Cunhal da Capela de S. Marcos.

fig. 3 Dois momentos da Batalha de S. Marcos.

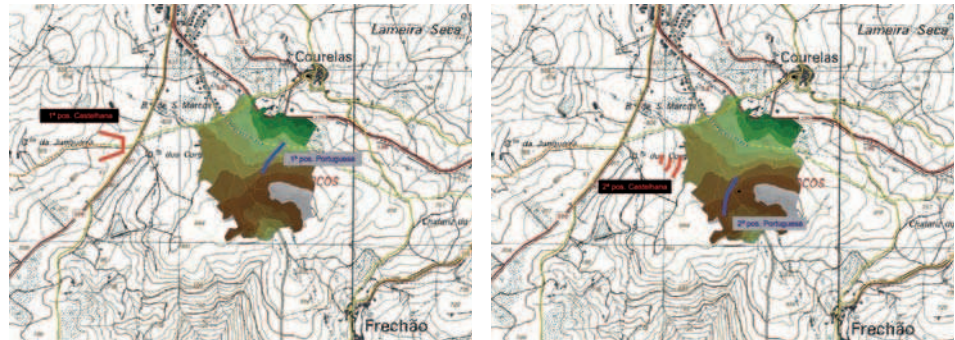


fig. 4 Resultados da fotointerpretação com a identificação da rede viária antiga, a vermelho, das zonas anómalas, a azul e dos vestígios de cerâmicas de superfície a roxo.



fig. 5 Anomalias detectadas pela prospecção geofísica, com a zona da capela de S. Marcos, a Sul.

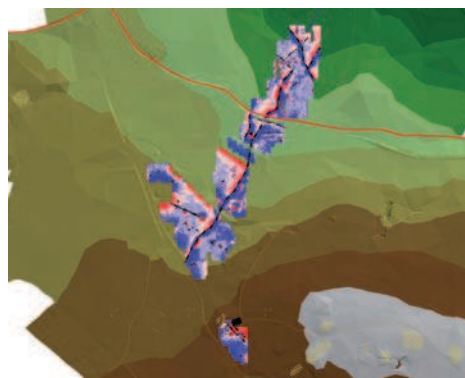


fig. 6 Resultados da prospecção geofísica na zona da Capela de S. Marcos.



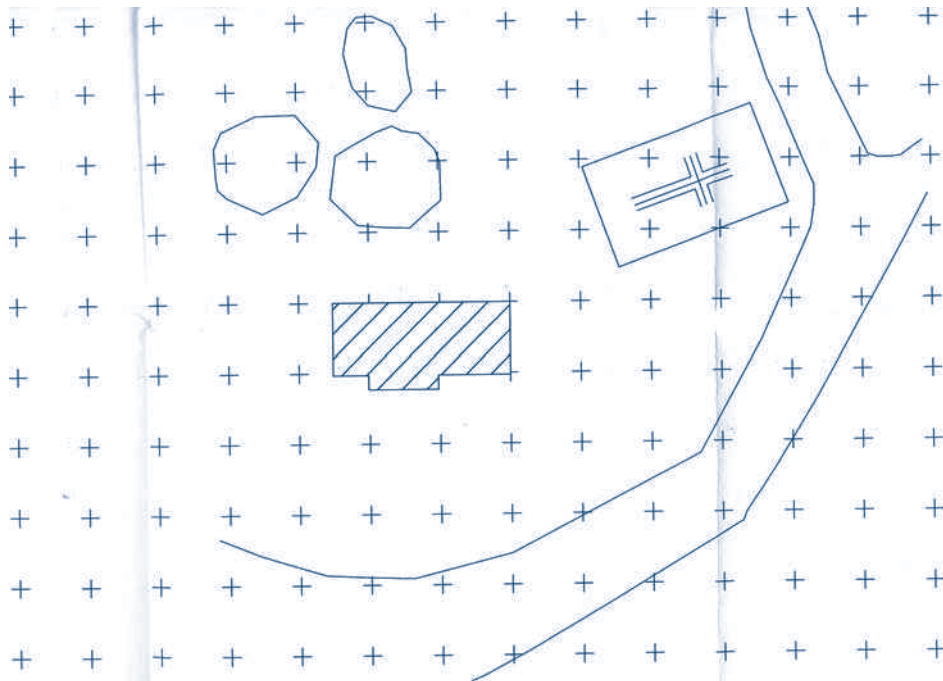


fig. 7 Implantação da sondagem a Oeste da Capela de S. Marcos.

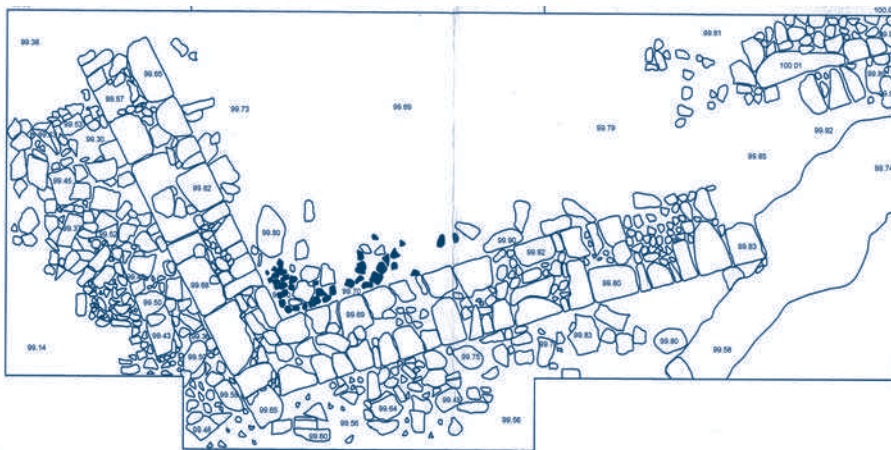


fig. 8 Planta da área escavada dos quadrados MNOP – 12 13.

Bibliografia

- ARNAUT, S. D. (1947) – *A Batalha de Trancoso*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BATLLE I GALLART, C. (1966) – *La fecha de la Batalla de Trancoso (29-5-1385)*. Anuario de Estudios Medievales. Barcelona. 3, p. 525-528.
- CAMPOS, N. (1915) – *Monographia de Trancoso*. Almanach-Anuario de Trancoso.
- CARAMELO, J. F. A. (2003) – *Monografia: Trancoso*. Trancoso.
- COSTA, A. da (1948) - *Dicionário Corográfico de Portugal. Vol. XI*. Porto: Livraria Civilização
- COSTA, F. J. dos S. (1999) – *Breve Monografía de Trancoso*, Trancoso.
- COSTA, F. J. dos S. (2003) – *O Bandarra*. Almanaque Anuário de Trancoso, Trancoso.
- CORREIA, L. (1986) – *Notícias de Trancoso*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.
- CORREIA, L. (1989) – *Trancoso (Notas para uma Monografia)*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.
- CRESPO, M. do C. – Contributos para a Carta Arqueológica de Trancoso. In FERREIRA, M. do C.; PERESTRELO, M. S.; OSÓRIO, M.; MARQUES, A. A., eds. – *Beira Interior. História e Património*. Guarda: [s.n.], p. 361-374.
- DORDIO, P. J. (1998) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento dos territórios da Baixa Idade Média (séculos XII-XIII)*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- DORDIO, P. (1998) – *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais*. In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-73.
- LEAL, A. S. de A. B. de P. (1880) – *Portugal Antigo e Moderno. Vol. IX*. Lisboa: Mattos Moreira, p. 711-724.
- LOPES, F. (1990) – *Crónica de el rei D. João I. Vol. II*. Lisboa: Livraria Civilização.
- OLIVEIRA, Gen. F. A. de (1985) – *A Batalha de Trancoso*. In Aljubarrota 600 anos: Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência Nacional. [S.I.]: S.H.I.P., p. 211-228.
- MARQUES, M. A. F. (2000) – *As terras de Vila Nova de Foz Côa na Idade Média*. In Soalheiro, J. – *Foz Côa: Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 17-29.
- MONTEIRO, J. G. (1998) – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MOREIRA, D. B. S. (1932) – *Terras de Trancoso*. Porto: Ed. de Autor.

MORENO, H. B. (1972) – *Alguns documentos para os estudos das estradas medievais portuguesas*, Revista das Ciências do Homem. Lourenço Marques. 5: Série A, p. 97-110.

MORENO, H. B. (1998) – *A Feira de Trancoso nos séculos XIV e XV*. Separata de Revista de Ciências Históricas. Porto. 3, p. 217-221.

PERESTRELO, M. S., FERREIRA, M. do C. C. (2002) – *Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa*. In FERNANDES, I. C. F. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela.

ROCHA, A. C.; MOURA, R. (2005) – *Campo Militar de S. Marcos: Prospecção Geofísica: Relatório*. [Sigologia, Agosto de 2005].

ROCHA, A. C. (2004) – *Campo Militar de S. Marcos: Levantamento Topográfico: Relatório*. [Sigologia, Maio de 2004].

SOALHEIRO, J. M. (2000) – *Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego: Breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais*. In SOALHEIRO, J. – *Foz Côa: Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p.30-56.

TEIXERA, I. A. (1982) – *Trancoso Terra de Sonho e Maravilha*. Trancoso: Câmara Municipal de Trancoso.

acta 8

Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)

Amândio Jorge Morais Barros

(CITCEM-Universidade do Porto.

amandiobarros@hotmail.com)

Introdução

O objectivo deste estudo é reflectir sobre a construção do espaço económico duriense e transmontano entre finais da Idade Média e princípios da Época Moderna, bem como a identificação dos principais agentes responsáveis por este processo, suas dinâmicas, estratégias de afirmação e alcance dos seus negócios. Tal propósito passa, também, pela caracterização sucinta do território e pela definição das etapas de construção do mesmo, com vista ao estabelecimento de uma cronologia capaz de tornar inteligível a forma de intervenção no espaço e as entidades e grupos mercantis que a realizaram nas diferentes fases. Em face da vastidão do tema, aquilo que aqui se propõe é apenas o enunciado de um conjunto de linhas de investigação fundadas em reflexões suscitadas pela análise de documentação que tem sido pouco explorada com este propósito: a documentação notarial guardada em arquivos distritais e a correspondência comercial entre mercadores portugueses e castelhanos naquele período. Uma e outra são complementares. Se a leitura dos inúmeros registos de tabeliães portugueses (infelizmente quase inexistentes para épocas anteriores a meados do século XVI) indicia a vastidão dos interesses mercantis nacionais, conferindo-lhes, de imediato, um carácter internacional praticamente desconhecido em toda a sua dimensão, a riquíssima informação contida nas cartas dos mercadores (maioritariamente conservada em arquivos espanhóis) levanta qualquer dúvida que subsistisse quanto a esse facto. Além disso, estas fontes demonstram a vitalidade e autonomia das economias ibéricas, bem como o alcance da actuação dos elementos implicados no comércio e na indústria, demonstrando, assim, a necessidade urgente de revisão profunda de vários conceitos (tradicionais) de história económica (e social) da Época Moderna.

Uma das ideias a rever é a de fronteira. As faixas territoriais raianas nunca deixaram de contactar entre si. E a níveis muito elevados. O corredor fronteiriço conheceu permanentemente um vaivém de gentes e bens que contribuíram para dinamizar a região e as economias (não apenas locais), a tal ponto que hoje em dia tem-se a ideia de que a vida (nas suas dimensões económica, social e cultural), neste espaço, alguma vez terá conhecido tanta animação como no período que aqui se estuda. Nesta linha de fronteira – tantas vezes um mero pró-forma político – viriam a constituir-se numerosas comunidades activas, indispensáveis elos de ligação entre os extremos do complexo geográfico duriense e transmontano.

Eis outro aspecto a considerar – e a precisar: o da extracção social dos homens de negócios responsáveis por todo esse dinamismo. Por aqui emergem mercadores, grandes e pequenos, ricos e menos abastados mas todos imbuídos de um espírito de iniciativa que, definitivamente, coloca todo este espaço no “mapa” da economia europeia dos primeiros tempos modernos. Na generalidade trata-se de cristãos-novos, herdeiros dos esquemas de comércio tradicionais da região e portadores de um conjunto de contactos alargados que tornarão a sua actuação muito mais eficaz. A sua presença é destacada desde finais da Idade Média, quando as movimentações provocadas pelas orientações políticas religiosas castelhanas e portuguesas fizeram do Douro internacional um refúgio seguro no qual estruturaram os seus pontos de apoio, modificando definitivamente a geografia económica desta região. É a estes homens, às suas poderosas redes de trato e ao alcance dos seus negócios que se deve a estruturação de uma funcionalidade económica, a promoção de vários povoados da extrema, a sua transformação em sociedades mercantis, desde Trás-os-Montes à Beira, em relação estreita com os localizados em Castela.

Finalmente, e decorrente de tudo isto, importa reconhecer, a partir deste exemplo, a vitalidade da economia ibérica deste período, em boa medida graças à relação (solidária) entre os espaços de um e de outro lado da fronteira, da forte articulação estabelecida entre eles e da

sua afirmação em termos internacionais, resultante da projecção concretizada através dos portos do litoral português, galego e cantábrico.

1. Pode parecer exagerado alongar o vale do Douro pelo território que se espria entre a cidade do Porto, no litoral Oeste, e Burgos, no norte de Castela, e porventura, prolongá-lo ainda até à zona costeira cantábrica e basca de que Bilbao representará o mais importante porto de saída. Exagerado, inclusive, quando não se detectam traços identitários que permitam afirmar a consistência deste espaço. Dito de outra forma: não se encontra uma identidade duriense; encontram-se várias, e não apenas durienses. Também transmontanas, ou beirãs, ou mancomunárias de vale, de vinho, de montanha, em Castela e Leão. Além do mais o espaço em que nos movemos, como se vê, e se escreveu em cima, ultrapassa muito o Douro e as zonas limítrofes deste rio. Contudo, em termos económicos esse imenso corredor encontra-se articulado: cada região desempenha uma função específica, complementar, contribuindo para consolidar o todo. Ainda assim, em termos de geografia física e de economia, importa dizer que estas realidades não decorrem de uma perspectiva natural; trata-se de espaços e de economias construídas. Mas importa saber desde quando. A visão uniformizadora que hoje temos do Douro, a do célebre “país vinhateiro”, e que frequentemente “contagia” as terras contíguas, deturpa a imagem da província dos tempos medievos e modernos. Essa visão, em parte, deve-se à penúria de fontes documentais, que nos leva a valorizar (por vezes exageradamente) os poucos dados disponíveis, como acontece com o belo manuscrito de Rui Fernandes, de 1531-1532, sobre Lamego, no qual o bosquejo acerca dos vinhos, velhos e aromáticos, serve como paradigma descritivo desta região¹. Para estes tempos – e não apenas para eles, porventura – em vez de Douro devemos falar em “douros”; e em vez de vinho devemos falar de vinhos, de sumagres, de azeites, de cereais, de diversidade de culturas e de explorações. E, consoante as regiões (nomeadamente a da actual “região demarcada”), nem sequer por esta ordem. Já falarei mais em pormenor deste tema. O “douro” fez-se, em fases, conforme as necessidades: as das populações locais, como é lógico, e como resposta às pressões/solicitações que lhe foram dirigidas externamente; pelos mercados do litoral, por exemplo². Possivelmente estas serão as mais importantes a considerar já que nos tempos mais recuados – na Idade Média, por exemplo – o povoamento da região era muito escasso e concentrado em modestos núcleos, não desempenhando, portanto, estímulo suficientemente forte para provocar importantes alterações. Detenhamo-nos um pouco pelo exemplo do vinho. A forma como hoje ele se impõe na paisagem determinando o fâcies geo-económico da região é frequentemente transportada para as épocas históricas mais recuadas. Assim, costuma-se caracterizar o vinho como uma produção dominante, de tipo pré-capitalista, interessante para a economia das diferentes entidades localizadas mais ou menos perto do rio, nomeadamente a cidade do Porto. Ora, esta visão deve ser matizada. Certamente, o vinho era uma cultura essencial na estrutura produtiva das terras medievais, sobretudo nas de tradição e fisionomia de tipo mediterrânico. Entrava na dieta alimentar dos homens e impunha a sua presença na estruturação dos campos. Deste modo se explica que tenhamos notícias de vinhedos – de dimensão variável – nos lugares mais impensáveis, pois as necessidades de consumo assim o determinavam. Como sucedia no Douro. Evidentemente que poderia haver estímulo para a comercialização a média e longa distância do produto, nomeadamente quando nas proximidades, ou a bom caminho, existia um centro populoso; no entanto, isso só era possível a partir de zonas onde a produção excedia as necessidades locais, e quando as excedia. O que era mais excepção do que regra. E, também, onde os proprietários fundiários tinham capacidade para deslocar a produção, ou parte dela, para o mercado. No caso particular da relação Porto-Douro isso é

¹ “E são os mais excelentes vinhos e de mais dura que no Reino se podem achar, e mais cheirantes, porque há aí vinhos de quatro, cinco, e sete anos, e de quantos mais anos é, tanto mais excelente e mais cheiroso”. E logo em seguida: “E a maior parte dos vinhos de todo este compasso se carregam pelo Douro em barcas para o Porto e para Entre Douro e Minho, para Lisboa, para Aveiro, para as Ilhas e para as armadas de El Rei nosso senhor; e compram desses vinhos amaris e outros de baixo preço; e os vinhos cheirosos e de maior quantia vão por terra para muitos senhores e para a Corte de Castela e assim alguns para a Corte de Portugal. E há alguns anos que se aqui vende muito vinho a 400 e a 500 réis o almude do velho que cheira e também muitos anos se vende muito vinho para Guarda, Viseu, para Riba Côa, para a Beira, porque há muitos anos, como é este presente em Viseu, que há esterilidade de vinho, que aqui ainda que a haja, por a soma dos vinhos ser muita e as uvas de muitas castas, que se não vingam umas vingam outras; e a terra tem vinhas em terra fria e em terra quente se dá vinho; e quando não vence a terra fria o vinho, vence a terra quente, de maneira que sempre há muita soma de vinho”. FERNANDES, Rui – Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas (1531-1532), edição de Amândio Jorge Morais Barros. Lamego: Beira Douro, p. 21. Importa esclarecer que o vinho será, apesar destes reparos, um dos principais investimentos mercantis desde o século XVI.

² Por sua vez também eles pressionados por estímulos externos, ultramarinos e internacionais.

evidente:

³ Embora ainda com um peso específico muito interessante – e, nalguns casos, maioritário – dos cereais e da oliveira. Ver a este propósito BARROS, Amândio Jorge Morais; LEAL, Paula Montes – *Os pergaminhos medievais da Quinta da Pacheca*, vol. I. Lamego e Porto: Beira Douro/GEHVID, 2001 e vol. II (inédito; projecto financiado – sem publicação – pela FCT no âmbito do Programa Sócrates, 2005).

⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Vereações*, liv. 15, fl. 21v.

⁵ Inclusivamente Ancede é muitas vezes referido autonomamente, não se integrando neste designativo. Em 1533 (11 de Outubro), numa fase em que a comercialização de vinhos já era negócio que a muitos interessava – com choque entre os interesses exportadores e abastecimento da cidade – teve lugar uma importante reunião da Vereação do Porto na qual se debateu o problema “dos vinhos que se compravam em Riba Douro, Lamego, Riba de Pinhão ou noutros lugares rio Douro abaixo para revender”. Insiste-se na proibição desta prática e no controlo apertado deste comércio, que poderia prejudicar a satisfação das necessidades de consumo do burgo. Como começava a ser costume, em determinada altura do ano (no início do Outono quando os stocks existentes já escasseavam e se esperava o fruto na nova colheita – e ainda mais em períodos em que a produção se esperava fosse curta), eram muitos os que iam rio acima comprar vinhos para os revender não na cidade como eram obrigados mas sim nos lugares de ao redor: Matosinhos, S. João da Foz, Massarelos, Gaia, Vila Nova, etc. (presumivelmente locais de onde era fácil promover o escoamento dos vinhos em navios para fora da terra). Ver AHMP – *Vereações*, liv. 11, fls. 99v-101.

Para uma geografia dos vinhos na Idade Média - Mosteiros e regiões produtoras



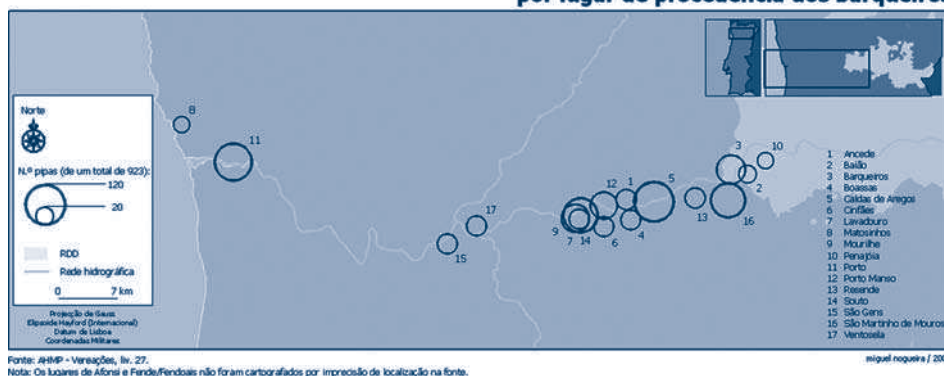
Mapa 1

Conforme se pode constatar na fonte indicada, as referências documentais procedem do Arquivo Histórico portuense e cronologicamente datam do século XV, embora esta seja uma tendência que se vai revelando ao longo da Idade Média. Como se observa, a grande mancha vinícola localiza-se a oeste da actual região demarcada do Douro (aqui assinalada), com maior incidência na zona de Baião, onde havia importantes casas monásticas – como Ancede – cuja produção vinhateira era de tal forma avultada que justificava uma colocação dos seus vinhos na cidade do Porto, centro consumidor em crescimento e, já, em parte, exportador barra fora. No interior da região demarcada, a grande excepção era o já citado caso de Lamego e o seu terreno circundante onde, por essa altura se realizava uma importante expansão dos vinhedos, em particular graças às interessantes iniciativas das casas cistercienses, as verdadeiras iniciadores da economia vitivinícola, quadro facilmente verificável na documentação produzida na área, que nos informa acerca de um investimento seguro na cultura da vinha³. Esta “geografia vinícola” conduz a outra reflexão: a da terminologia toponímica. Desde muito cedo o portuense habituou-se a identificar a região fornecedora de vinhos, designando-a por “Riba-Douro”. Este topónimo tinha “fronteiras” bem definidas e não ultrapassava Ancede/Oliveira; quando muito poderia prolongar-se até Mesão Frio visto “daquy pera bayxo ate a cidade [...] ser navegação de todo anno”⁴, ou seja, porque existia um elemento unificador. E, apesar da tendência conhecida, da época, de fazer corresponder esta denominação a todo o território até à fronteira – e isso aqui também acontecia por vezes – em regra separava-se claramente esta zona, Riba-Douro, do próprio Mesão Frio, do Peso da Régua, de Lamego, de Riba-Pinhão ou da Pesqueira, entre outros, individualizando-os⁵. Esta realidade é também perceptível no caso da navegação fluvial e no peso que ela tinha no processo de articulação do território. O rio era concorrido, era lucrativo, era cobijado pelas entidades que o rodeavam; era veículo de cultura, de informação, de trocas comerciais. Porém, uma coisa é o significado, mais restrito, que ele tem para as acanhadas comunidades que o ladeiam e outra aquilo que ele pode representar a um nível mais global. As características do Douro e a existência de um obstáculo intransponível, o “cachão da Valeira”, na zona de S. João da Pesqueira, como que partiam o rio em dois impondo duas realidades, diferentes, dois ritmos de circulação, também diferenciados: se até ao cachão a navegação, embora sujeita ao regime do rio, pautado pela variação das condições climáticas de Mesão Frio/Peares para cima, era o meio de circulação preferido, daí para montante o trânsito

era maioritariamente realizado percorrendo caminhos terrestres, complementados com passos de barcas, veredas vicinais e portelas. A velha calçada de Alpajares, que vem sendo estudada sistematicamente por Nelson Rebanda⁶, assumiria grande importância na zona de transição entre Trás-os-Montes e a Beira, assim como outros caminhos herdados do sistema viário romano, que a Idade Média nunca desdenhou. Circulação mais lenta. Bastante mais dificultada, portanto. E muito mais dificultada a articulação entre os dois universos. Que apenas se concretizará de modo continuado a partir do século XVI.

Atente-se na representação cartográfica seguinte, relativa ao transporte de vinhos para o Porto numa data tão adiantada como 1585, para verificarmos como este quadro de relações e de espaços económicos persiste⁷.

Número de pipas transportadas entre Janeiro e Fevereiro de 1585 para o Porto por lugar de procedência dos barqueiros



Mapa 2

Mais uma vez a fonte de informação é a municipal. Mais uma vez o ponto central da actividade permanece fora da actual demarcação vinhateira. A única diferença é que, na verdade, o foco produtor já começa a avançar para montante, e aos vinhos somam-se outras mercadorias de grande expressão mercantil, como o sumagre, a seda ou o esparto e o cânhamo, entre outras tradicionalmente transaccionadas. Nesta perspectiva, o século de Quinhentos assume-se como um período fundamental neste processo evolutivo, sendo, por isso, indispensável identificar os protagonistas no terreno.

Trata-se, no fundo, da construção do mercado, da relação entre cidade e território, do estabelecimento de níveis de actuação, atracção e formação do mercado local, do mercado intermédio e do mercado distante. Da relação entre cidade/umland/hinterland/voorland e da forma como a actividade do burgo se delineou no pressuposto da sua projecção comercial. Apesar das tradicionais lacunas documentais portuguesas, é possível detectar as linhas gerais deste relacionamento, conforme os modelos propostos pela historiografia anglo-saxónica, cuja investigação sobre níveis de vida e relações entre espaços económicos se encontra em fase bastante evoluída⁸.

Se a primeira etapa expansionista do Porto vive, essencialmente, da relação de dependência que esta impõe ao espaço circundante (o *umland*), e da acção do primeiro núcleo governativo recrutado no seio da *burguesia* medieval, a mesma relação foi imposta, a partir do século XVI ao *hinterland*, fruto da maior complexidade das relações económicas (internas, de abastecimento, e externas, de exportação e empenhamento em processos expansionistas ultramarinos), do aumento das requisições de mercadorias de lucro comercial (entre as quais se inclui o vinho de qualidade) e da acção de um novo grupo de empresários.

No primeiro caso, a par dos homens da Vereação, dos que ainda em tempos medievos

⁶ Pelos caminhos do Douro. Calçada de Alpajares, coordenação de Nelson Rebanda. S/I: Comissão Executiva das Comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, 2006. Este investigador tem-se dedicado ao estudo do espaço transmontano e avança com várias hipóteses de caminhos de comércio, bem como a evolução das vias de comunicação, revendo matérias há muito mereciam atenção. Agradeço-lhe as informações que amavelmente me deu.

⁷ Considerando, contudo, que a realidade, nesta época, já se vem alterando substancialmente, no sentido em que o contacto entre a cidade e as comarcas mais a montante do Douro já começava a ser efectivo.

⁸ Ver DYER, Christopher – *Small places with large consequences: the importance of small towns in England, 1000-1540*, in “Historical Research”, vol. 75, nº 187 (February 2002), p. 1-21.

⁹ Enquanto isso for possível e enquanto a sua administração não cair em mãos de comendadores rentistas e absentistas, mais interessados na satisfação dos seus interesses imediatos do que na correcta gestão do património.

¹⁰ BARROS, Amândio - “Por ser de sua lavra e cutelo”: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média e VENTURA, Margarida Garcez - O vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à história política, ambos os trabalhos em “Douro: Estudos & Documentos”, vol. III(5). Porto: GHEVID, 1998, respectivamente p. 49-87 e 89-93.

¹¹ Por exemplo, BARROS, Amândio - Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI, in Estudos

em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias, vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, p. 49-69.

¹² BARROS, Amândio - Alterações nas elites mercantis portuguesas no tempo dos Reis Católicos, in Isabel la Católica y su Época. Actas del Congreso Internacional, 2004. Luis Ribot, Julio Valdeón, Elena Maza, coordenadores, vol. 2. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas, p. 877-896 e a bibliografia aí indicada.

¹³ D. João II cobrou uma taxa a todos os elementos judaico-conversos que se instalaram em Portugal por uma licença temporária de permanência. Mais tarde, arrecadou outra para autorizar a instalação permanente de algumas das mais importantes famílias no território nacional. Ver Barros, Amândio - Alterações nas elites, cit. p.882-886.

¹⁴ Todas estas informações em CASADO ALONSO, Hilario, - El triunfo de Mercurio. La presencia castellana en Europa (siglos XV y XVI). Burgos: Cajacirculo, 2003, p. 1-3.

¹⁵ Para além das localidades já apontadas, havia judiarias em Belmonte, Mogadouro, Miranda do Douro, S. João da Pesqueira, entre outras.

¹⁶ Ver BARROS, Amândio - Oligarquia política..., cit., p. 59. Os livros da alfândega de Vila do Conde são os únicos que subsistem nesta cronologia. Mas os exemplos mais tardios do Porto revelam a mesma tendência.

¹⁷ Trata-se de um estudo que estou, neste momento, a preparar. Importa não esquecer que me estou a referir apenas aos contactos ibéricos (dominados pela relação com a poderosa firma castelhana de Simão e Cosme Ruiz), uma vez que todas estas firmas tinham feitores e correspondentes em portos ultramarinos e europeus (como

impuseram um cunho eminentemente mercantil ao Porto, temos, como aliás se revela no mapa 1, uma presença muito marcada dos tradicionais agentes fundiários: os mosteiros e casas religiosas, detentores de património e mão-de-obra suficientes para investir em culturas especulativas e encararem o mercado como elemento relevante para o seu processo de enriquecimento⁹. Quanto aos burgueses da cidade, estes apresentam estratégias de afirmação socioeconómica muito semelhantes às adoptadas há muito pela nobreza, nomeadamente investindo em terras, constituindo quintas e casais em Riba-Douro e, graças ao seu estatuto, privilegiado, de “vizinhos” do Porto¹⁰, colocando no mercado urbano uma substancial percentagem da produção obtida nos seus “domínios”.

Este estado de coisas mudará pelos finais do século XV. Profundamente. Com ajustamentos, por vezes dolorosos, na tessitura social e empresarial de todo este espaço. Eis que nos aproximamos dos tempos modernos. Dos tempos da economia global. Dos tempos do sistema atlântico, das redes urbanas e mercantis, das relações económicas a grande escala. Dos tempos da redefinição de centralidades, de estudo e conhecimento dos mercados, de circulação de informação mercantil, de especulação, de jogos de trocas. De novos protagonismos e protagonistas. Estas temáticas, que há alguns anos venho investigando¹¹, mostram como a realidade é bastante complexa, plena de cambiantes e de aparentes contradições, sobretudo quando se pensa na diversidade de rivalidades, alianças de ocasião e posicionamentos adoptados por cada um dos grupos em cena consoante o evoluir das situações, bem como o jogo de poderes em disputa consoante as circunstâncias.

2. No dia 31 de Março de 1492 os Reis Católicos publicaram o decreto de expulsão dos judeus. E, para muitas zonas da Península Ibérica, nada mais voltou a ser como dantes. O processo é conhecido, o que não quer dizer que o debate sobre ele não continue em aberto. Perseguidos ou, pelo menos, assustados e inseguros, muitos judeus e conversos castelhanos optaram pela saída¹²; nem que esta solução, em muitos casos, tenha sido apenas transitória, uma vez que muitas famílias esperavam simplesmente que o ambiente desanuviasse para poderem regressar à origem. Neste contexto, ficou mais uma vez provado que a fronteira não representava um entrave significativo à circulação: com maior ou menor dificuldade, com mais ou menos dinheiro¹³, os fugitivos encontraram refúgio em Portugal, puderam refazer as suas vidas e, logo depois, retomar os seus empreendimentos mercantis. A par de cidades e lugares marítimos, como o Porto, Vila do Conde, Aveiro e Lisboa, as povoações da raia, estrategicamente colocadas junto de vias de comunicação muito frequentadas (rios e estradas ligando os dois reinos) serviram-lhes os propósitos de ampliação das redes de negócio e de expectativa do referido regresso. A partir de povoados como a Guarda, Celorico da Beira, Pinhel, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, Vimioso, Bragança, Vinhais, e outros localizados no eixo Lamego-Viseu, instalavam frutuoso trato e “espreitavam” o outro lado da fronteira, num movimento incessante que muito contribuiu para o desenvolvimento deste espaço e crescimento, reconhecido, da sua importância económica específica no contexto dos reinos ibéricos no início da Época Moderna. As relações transfronteiriças entre Portugal, Castela e Leão atingem índices de intensidade tremendos desde finais do século XV e até ao século XVII; conforme Hilario Casado afirma, desenvolve-se a economia agrícola e ganadeira mas, acima de tudo, as novas relações económicas fundamentam-se na indústria têxtil, concretamente da lã e da seda.

Por outro lado, aquilo que o mesmo investigador designa como “destino histórico” das duas regiões é também determinado pela existência de estruturas – em grande parte dominadas por estes mesmos homens – básicas de apoio ao negócio, como as grandes

feiras de câmbios, redistribuição de produtos de todas as partes da Europa e do Ultramar, e casas bancárias de Medina del Campo, Medina de Rio Seco, Valladolid, Burgos, Bilbao, entre outras¹⁴. É a presença e articulação destes núcleos, bem como os contactos continuados entre as judiarias de Portugal¹⁵ e Castela (como as de Ciudad Rodrigo, Salamanca, Famoselle, Zamora, Villalpando, Sahagún, Medina del Campo, Avila, Arévalo) que me levam a pensar que o assentamento judaico-converso em terras transmontanas e durienses não foi obra do acaso, antes de uma avaliação ponderada dos proveitos que dela se poderiam retirar. O mesmo se pode afirmar da escolha das cidades e vilas do litoral, de Portugal e da Biscaia, as quais emergem como trampolim de uma expansão que se fará em direcção aos espaços ultramarinos atlânticos e aos mercados redistribuidores do norte da Europa. Fundamentalmente, temos nesta dinâmica mais uma prova da capacidade deste grupo na apreciação efectuada das potencialidades oferecidas por estas estruturas portuárias – explorando a sua tradicional vocação no âmbito do transporte atlântico e dos múltiplos contactos seculares que possuíam – que, desde então vão ser decisivamente ampliadas. Além do mais, o panorama socio-económico dominante nestes centros era-lhes favorável. Na abertura do século XVI a burguesia mercantil do Porto estava descapitalizada. Por vários motivos. Entre eles destaca-se o seu afastamento do processo expansionista indiano e a perda de negócios fundamentais como o dos couros, declarado monopólio régio desde o tempo de D. João II e, como pano de fundo, a “deslocalização” da generalidade do trato internacional para Lisboa. Neste contexto, este grupo era presa fácil para os recém-chegados comerciantes cristãos-novos, detentores de abundantes recursos financeiros e profundamente envolvidos em redes de tráfico transnacionais. Pouco tempo depois de se instalarem no burgo e portos circundantes fazem-se imediatamente notar: em 1504 o mercador cristão-novo Gomes de Paz, rendeiro da alfândega de Vila do Conde e rendeiro da sisa dos panos do Porto, onde vivia, surge, de longe, como o maior importador de mercadorias registado na vila da foz do Rio Ave¹⁶.

A projecção do Douro e de Trás-os-Montes deve-se à apurada visão comercial destes empresários. Já vimos como se aproveitaram das estruturas populacionais mais estratégicas. Muito depressa tornar-se-ão, também os principais responsáveis pelo desenvolvimento económico destas terras. A dois níveis: investindo na promoção de culturas de tipo capitalista suscitando o aproveitamento agrícola da região em novos moldes; e, por outro lado, tornando esta mesma região um ponto intermédio, indispensável, na estrutura de contactos entre o litoral português – por onde principiavam inúmeros negócios – e as feiras internacionais castelhanas – por onde esses mesmos negócios tinham continuidade e, na realidade, projecção. Simão Vaz, uma dos mais abastados comerciantes do Porto, mantém uma importante rede de agentes (alguns deles seus familiares) por diversas povoações: Régua, Lamego, Torre de Moncorvo, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Ciudad Rodrigo, Zamora, Medina del Campo, Valladolid, Burgos, etc. O seu primo Vicente Rodrigues repete os mesmos esquemas, assim como as redes de Miguel Fernandes, Diogo Henriques, Domingos Lopes Vitória e muitos mais¹⁷.

Estes aspectos devem ser salientados. Acima de tudo porque eles enquadram os pressupostos das novas teorias económicas, de comércio e história¹⁸; neste sentido verifica-se que a acção exercida pelos mercadores cristãos-novos e seus associados no terreno e nos prolongamentos aqui mencionados é suscitada por aquilo que os economistas intitulam o *nível macro* do desenvolvimento económico e social, o estímulo que é oferecido a uma determinada zona pela dinâmica geral; o funcionamento do sector comercial no contexto de uma economia mais alargada. Sector comercial de base produtiva, agrária. Com este exemplo duriense e transmontano lidamos com as repercussões e efeitos que o movimento expansionista

Havana, Santo Domingo, Baía, Rio de Janeiro, Bilbao, Nantes, Lyon, Antuérpia, para referir apenas os mais conhecidos.

¹⁸ Ver o enunciado destes pressupostos em GRAFE, Regina – *Entre el mundo Ibérico y el Atlántico. Comercio y especialización regional, 1550-1650*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia, 2005, p. 26-33.

¹⁹ Mais um vez recorrendo ao exemplo da Quinta da Pacheca, sempre vou dizendo que é possível que a expansão da vinha – em moldes pré-capitalistas – esteja de certo modo ligada aos judeus que, desde o século XV se dedicam a arrendar muitas propriedades nas quais investem nesta cultura.

²⁰ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Tecnologia Tradicional – O Linho*. Lisboa, INIC, 1978.

²¹ Em localidades como Bragança, Chacim, Mogadouro, Freixo de Espada-à-Cinta, entre muitos outros.

²² Podendo afirmar-se, por outro lado, que, de certa forma resultam de um processo de “contaminação” recíproca com o outro lado da fronteira, visto que a economia das terras castelhanas há muito revelava também estas facetas.

²³ Ver PRIOTTI, Jean-Phillipe – *Réseaux marchands en conflit et hiérarchisation des centres économiques. L'Atlantique franco-espagnol, 1560-1570*. 2006.

²⁴ No Porto, por exemplo, quem primeiramente se manifestou contra a chegada dos conversos foi a própria comunidade judaica local. O mesmo sucedeu em Goa, em 1527. Temem perda de poder económico face a adversários tão poderosos? Ou receiam simplesmente que a animosidade das autoridades e das populações autóctones se dirija também

contra si? É, pois, indispensável aprofundar estas investigações e alargá-las a outros lugares como o Douro e Trás-os-Montes.

²⁵ Jura-se em Lamego e noutros lugares nas “duas fés” quando se celebram contratos – como os já referidos – entre judeus e cristãos.

²⁶ Torre do Tombo – *Conselho Geral do Santo Ofício*, liv. 91, documento 60, citado por MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A problemática do Judaísmo (séculos XVI-XVII)*, in *Inquisição Portuguesa, Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto et alii. Lisboa-S. Paulo: Prefácio, 2007, p. 134.

²⁷ DIAGO HERNANDO, M. – *Efectos del decreto de expulsión de 1492 sobre el grupo de mercaderes y financieros judíos de la ciudad de Soria*, in “Judaísmo Hispano”, Estudios en memoria de José Luis Lacave Riaño. Madrid: Junta de Castilla y León/Diputación Provincial de Burgos/The Rich Foundation/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, p. 749-764 e, do mesmo autor, *La burguesía en Soria durante el reinado de los Reyes Católicos*, in *La burguesía española en la Edad Moderna*, Luis Miguel Enciso Recio coordenador. Valladolid: Universidad de Valladolid / Fundación Duques de Soria / V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1996, Tomo III, p. 1385-1396.

²⁸ MUÑOZ SOLA, Ricardo – *Inquisición y Conversos en Ayllón (1498-1547)*. Salamanca.

²⁹ Ver opinião oposta em AFONSO, José Ferrão – in “Humanística e Teologia, 2006. Creio que se impõe alguma prudência na abordagem deste tema. Descartando a hipótese de se tratar de uma sinagoga (o ambiente do Porto não se adequava à existência desse tipo de estrutura, facilmente perceptível – entre outras coisas,

do início da Época Moderna exerceu sobre a economia regional. Lidamos com elementos que explicam novas conceptualizações da doutrina e dinâmica económicas, em especial os matizes colocados, actualmente, ao conceito de “vantagem competitiva”, de “auge e decadência”, de crescimento relativo e absoluto, introduzindo dados novos como os de “lucros de intercâmbio” e de “especialização”. Com a acção das novas empresas, a economia produtiva duriense e transmontana transfigura-se: monetariza-se, adapta-se às novas regras da procura internacional, beneficia da amplificação dos movimentos mercantis suscitados pela estruturação das economias-mundo europeias, especializa-se. A partir de agora podemos considerar que o investimento na produção tem em mente o mercado; a partir de agora faz sentido falar em lucros agrícolas: o sumagre, mordente essencial nas indústrias de curtumes e têxtil, passa a ser objecto de grande atenção, explorado e exportado massivamente para o litoral e, daí, para o Norte da Europa; os vinhos, por fim, conhecem um estímulo que se reflecte na modificação da paisagem¹⁹; os linhares²⁰ e as sedas invadem inúmeros terrenos²¹ e são, igualmente, objecto de lucrativo comércio. E outras. A economia transmontana, embora ainda dominada pelos cereais (preocupação, aliás, constante da generalidade do mundo rural português), adquire, progressivamente, esta característica mercantil fundada em elementos como os linhos, os curtumes, as lãs, as sedas e, também, a metalurgia, que conferem identidade à região²². Assim, esta “especialização” orientada trouxe ganhos consideráveis aos investidores e à região, e promoveu a sua integração nos movimentos internacionais, fortalecendo e complementando os esquemas de comércio atlântico.

Noutra perspectiva, a *análise micro* também deve ser contemplada uma vez que é necessário conhecer, profundamente, o desempenho das companhias comerciais modernas e os resultados que elas obtiveram neste mesmo contexto²³. Infelizmente, não dispomos, até ao momento, de análises de pessoas e das empresas que elas integravam. Em linhas gerais pode-se afirmar que elas eram economicamente muito poderosas e funcionaram, repisando algo do que já foi dito, como agentes de intervenção muito activos, sobretudo quando pensamos na teia de interesses e de contactos que elas teceram neste período e na totalidade do espaço que este estudo abarca. O âmbito da sua acção, que estou presentemente a estudar reconstituindo as redes por elas organizadas, demonstra, facilmente, o carácter autónomo e vigoroso da economia ibérica neste tempo, envolvendo inúmeros elementos de diferente categoria (desde anónimos almocreves a distintos banqueiros) e função.

3. Tal como foi apontado anteriormente, a instalação destes novos empresários em terras do Douro, Trás-os-Montes e Beira foi, de certo modo, facilitado pela presença, secular, de comunidades judaicas nestas províncias. Sendo necessário ainda aprofundar o estudo das reacções a este movimento migratório²⁴, parece que a relativa calma que aqui se registava, fundada numa convivência continuada entre as duas comunidades e confissões²⁵, somada ao também relativo isolamento – neste caso bem-vindo – da região, faz tardar por aqui a chegada do aparelho repressor do Santo Ofício, para descontentamento de alguns prelados desejosos de acção. Ainda em 1586, o bispo de Lamego, D. António Teles, informava para o Conselho Geral que “polas visitações destes annos achey que seria grande serviço de Nosso Senhor quando se mandasse visitar por algum inquisidor estas partes, trazer lembrança a villa de S. João da Pesqueyra e Freyxo de Numão porque cuydo que se fará nellas serviço de Nosso Senhor polla disposição que nellas achey e por me dizerem que não fora ainda ahy o Santo Officio”²⁶. Situação semelhante ocorria do outro lado da raia, por exemplo em Soria²⁷ ou Ayllón terra de Segóvia²⁸.

Neste âmbito poder-se-ão explicar os fenómenos conhecidos e duráveis de cripto-judaísmo em diversas terras aos quais devemos associar a organização de locais de culto, sinagogas

ou, com maior probabilidade, casas particulares nas quais se reuniam fiéis adoradores de Adonai a coberto de olhares e bocas indiscretas, questão recentemente relançada pela descoberta de uma alegada sinagoga no Porto, facto despoletado pela revelação de um nicho, interpretado por alguns como tratando-se de um Ehal, e onde se guardavam as escrituras da Lei²⁹. (Fig. 1- “Ehal” da rua de S. Miguel, Porto)

Este padrão, apesar da polémica que o rodeia, concorda com o de semelhantes elementos reconhecidos noutras terras portuguesas, tais como Castelo Mendo ou Castelo de Vide³⁰. (Fig. 2 e 3 – Ehal e “sinagoga” de Castelo Mendo. Fig. 4 – Ehal de Castelo de Vide)

Dada a evidência da presença judaico-conversa na região que este estudo abrange, não é de admirar que tenhamos por aqui exemplos análogos. Nas investigações que efectuei com Susana Pacheco Barros em Trás-os-Montes no âmbito de um projecto de Património, deparamo-nos com a seguinte estrutura, numa casa quinhentista em Freixo de Espada-à-Cinta, que parece corresponder perfeitamente à tipologia apontada pelos especialistas para caracterizar este género de arquitecturas e, porventura, a própria sinagoga local³¹. (Fig. 5 a 8 – Ehal de Freixo de Espada-à-Cinta, pormenor decorativo e casa.)

Outras casas e outros elementos artísticos de culto existirão. Importa conhecê-los no sentido de determinarmos, com rigor, a abrangência da presença judaica neste espaço e do peso que ela teve na definição da sua cultura e identidade, uma vez que em termos económicos já vimos elementos suficientemente eloquentes dessa mesma participação.

Conclusão

Ao reportar-se sobre a família, matrimónio e sociedade no seu estudo sobre os judeus portugueses de Amsterdão Yosef Kaplan escreveu que os estudos sobre os sefarditas se concentram, basicamente, nos aspectos religiosos e culturais, e muito pouco se fala da sua história social³². Os seus trabalhos, continuados por autores como Pilar Huerga e Miriam Bodian contribuíram para preencher essa lacuna³³. Mas outra permanecia: a da sua influência sobre o devir económico e, fundamentalmente, na construção do mundo moderno e do sistema atlântico. Não propriamente do segundo sistema, organizado a partir de Amsterdão e no qual a sua participação é notória, mas na construção do primeiro sistema, ibérico, resultante da sua intervenção nas dinâmicas ultramarinas portuguesas e castelhanas, que o solidificam e colocam em contacto estreito, graças a associações oportunas (e, porque não, oportunistas) que agora começamos a conhecer³⁴. Com o presente trabalho procurei fornecer um contributo para a compreensão dessa dimensão insistindo, especialmente, na necessidade do estabelecimento de cronologias e na articulação efectiva entre os espaços. Chegados a Portugal nos finais do século XV num contexto complicado, bastou meio século para que as companhias de cristãos-novos portugueses se tornassem nos principais agentes de dinamização económica. Graças aos seus esquemas organizativos e ao alcance dos seus empreendimentos, estiveram na vanguarda de movimentos de generalização de consumos (de açúcar, por exemplo) e na modernização económica de diferentes espaços. No final do século XVI e inícios do século XVII os seus agentes, os seus capitais, as suas letras de câmbio, as suas ordens de compra, as suas mercadorias já circulam pelo mundo inteiro. Porém, em Seiscentos o clima na Península tornou-se, para eles, bastante pesado. As perseguições, os confiscos de bens, a permanente instabilidade, as inúmeras frentes de guerra em que a coroa dual estava envolvida, desgastaram patrimónios e comprometeram a prosperidade outrora conhecida. Era tempo de encontrar novas soluções. Era tempo de jogar todos os trunfos na hegemonia das Províncias Unidas.

pelo movimento que em seu redor suscitaria – e denunciada), será possível admitir (desde que análises laboratoriais atestem a antiguidade do achado) que seria um entre outros nichos que, temporariamente, guardariam as Escrituras, sendo que as celebrações e cultos também seriam efectuados em várias casas de conversos da cidade, e não apenas numa.

³⁰ Ver BARROCA, Mário Jorge – O Aron de Castelo Mendo, in Estudos em homenagem João Francisco Marques, vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2001, p. 183-197.

³¹ Que, nesta região, dadas as condições anteriormente sublinhadas, seria mais plausível de existir do que no Porto ou noutra cidade do litoral, mais acossada pela Inquisição.

³² Ver, por todo e em geral, KAPLAN, Yosef – *Les nouveaux juifs d'Amsterdam*. Paris: Chandeigne, 1999.

³³ PILAR HUERGA, BODIAN, Miriam – RÁBADE OBRADÓ, M. del P. – *Religiosidad y práctica religiosa entre los conversos castellanos (1483-1507)*, in “Boletín de la Real Academia de La Historia”, tomo CXCIV, cuaderno I (enero-abril), 1997, p. 83-141; ALPERT, M. – *Criptojudaismo e Inquisición en los siglos XVII y XVIII*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

³⁴ Ver um bom exemplo desta dinâmica económica em *Familia y negocios*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2005.

figuras



fig. 1



fig. 2



fig. 3



fig. 4



fig. 5



fig. 6



fig. 7



fig. 8